



RAQUEL MARIA DE LIMA ALONSO

**Lugar de residência e inserção laboral:
faz diferença morar aqui ou lá?**

CAMPINAS

2013



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

RAQUEL MARIA DE LIMA ALONSO

**Lugar de residência e inserção laboral:
faz diferença morar aqui ou lá?**

Orientador: Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestra em Demografia.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA RAQUEL MARIA DE LIMA ALONSO, E ORIENTADA PELO PROF. DR. JOSÉ MARCOS PINTO DA CUNHA.

CAMPINAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA - CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

AL72L Alonso, Raquel Maria de Lima, 1984-
Lugar de residência e inserção laboral : faz diferença
morar aqui ou lá? / Raquel Maria de Lima Alonso. –
Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: José Marcos Pinto da Cunha
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Segregação. 2. Discriminação na habitação -
Campinas (SP). 3. Trabalho - Aspectos sociais. 4.
Vizinhança. I. Cunha, José Marcos Pinto da, 1959-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Residency location and labor insertion : does it make a difference to live here or there?

Palavras-chave em inglês:

Segregation
Discrimination in housing - Campinas (SP)
Work - Social aspects
Neighborhood

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestra em Demografia

Banca examinadora:

José Marcos Pinto da Cunha [Orientador]
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano
Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Data da defesa: 26/02/2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**LUGAR DE RESIDÊNCIA E INSERÇÃO LABORAL: FAZ
DIFERENÇA MORAR AQUI OU LÁ?**

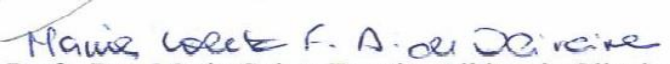
RAQUEL MARIA DE LIMA ALONSO

Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Demografia apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 26/02/2013.

Banca:


Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha


Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira


Profa. Dra. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac – suplente
Prof. Dr. Ricardo Ojima - suplente

CAMPINAS/2013

*Aos meus amados pais, Nasaré e Alonso,
aos meus queridos irmãos, Wagner e Sara, minhas companhias sempre.*

Agradecimentos

A todos os moradores dos bairros em que realizei pesquisa de campo, pelo que disseram e pelo que não disseram, suas palavras e o silêncio fizeram um dos principais eixos para a construção deste trabalho. Pelos copos de água, cafezinhos, ervas medicinais, pela única cadeira da casa que foi destinada a mim, sobretudo por me tratarem com respeito. Minha gratidão, pelo crescimento profissional e pessoal que experimentei em campo.

À CAPES e à FAPESP, em períodos distintos essas instituições me concederam bolsas de mestrado. Certamente isso contribuiu não apenas para viabilizar este trabalho materialmente, mas também para que eu sentisse minha escolha profissional valorizada. Eu sou uma pesquisadora muito feliz pelo que faço (considerando a felicidade como um estado durável, mas sujeito a inconstância, única constância da vida, dizem por aí).

Ao meu orientador, professor José Marcos Pinto da Cunha, pelos esforços em contribuir para meu crescimento acadêmico e pessoal, por me acompanhar desde a iniciação científica e me ajudar a chegar até o final de mais esta etapa. Obrigada, Zé!

Às professoras que compuseram a banca. Maria Coleta e Maria Camila, obrigada pela disponibilidade com a minha dissertação. Fiquei feliz em ser ajudada por ambas.

Ao Alberto, por me ajudar nesses anos com arquivos e mapas. Pelas primeiras aulas e dicas sobre banco de dados e SPSS.

A Luciana, que conheci na última hora, mas que em pouco tempo me ajudou muito com os modelos de regressão. A competência técnica dela foi a base fundamental, mas a paciência contou igualmente pra eu conseguir dar meus primeiros passos com os modelos.

A Melissa, por ajudar a sanar os problemas de redação e ortografia.

Ao Glauco, pela afeição, pelo suporte emocional e técnico que me proporcionou cotidianamente desde a seleção do mestrado até o dia da defesa (foi muito!). Porque estamos de mãos dadas foi menos complicada a chegada. Lindo, meu carinho e gratidão sinceros!

A minha família que amo demais, pelo apoio e respeito. Do mais novo pro mais velho, assim evitamos interpretações escusas sobre a ordenação dos nomes:

Ao Heitorzinho, de primeira é difícil aprender uma palavra complicada, mas dá pra aprender a entonação, né?!

A minha irmã, pelas conversas sobre mestrado, orientação, colegas...e sobre a vida. Acho que hoje já poderíamos forjar conceitualmente a cura pela escuta, adoro ouvir ela falar, me declaro momentaneamente curada, ela terá de escrever a teoria. Cada um com a sua especialidade!

Ao meu irmão, por me mostrar que é possível fazer muitas coisas criativas dessa vida. Tipo, administrar uma livraria, casar, ter um filho, concluir a faculdade com um TCC engenhoso (terceira, de duas que terminou!), passar num concurso (ufa!) e ainda ser um cara bonitão.

À mamãe, por me educar com uma visão sensível ao outro, sem ela eu não poderia trabalhar com o que eu trabalho.

Ao papai, pois ele me permitiu estudar tranquila dando todo o suporte que eu precisei, ou aceitei por dengo, e por manter habitada em nossa casa, e na minha lembrança, uma linda biblioteca.

Agradeço às pessoas que vão comigo pra qualquer lugar. A Kamila, uma afinidade sem início conhecido, amizade de toda a vida. A Marília, uma garota fortuna que tenho como exemplo. A Glauce, minha estimada amiga maluca coerente.

A Lídia, porque foi ela quem me devolveu esse texto várias vezes. Inclusive na última semana antes da entrega.

Aos amigos. Mesmo deixando de fora muitos nomes, o que é mau, sei que é certo citar os que estiveram comigo de perto neste ano. A Kati que dividiu comigo muito verdadeiramente o mestrado na Demografia desde o começo, sou muitíssimo grata a ela, ganhei uma amiga e um caminho mais tranquilo. Ao Akira, pelas piadas ruins e por apostar alto que eu sei me “virar”. A Karen, porque foi mais legal estar no bitolódromo aos domingos em companhia dela.

Aos amigos, outros, vários, todos queridos. Lore, Leninha, Lívia, Alexandre, do colégio. Pessoas da graduação e do mestrado. Agradeço aos caras e às caras que eu fico

tempos sem falar, mas quando vejo, reconheço, meus amigos. Minha sincera gratidão pelos papos por aí, por estarem comigo pela vida, mesmo que só nas lembranças de outros tempos.

Lá de casa. Em especial a Fernanda, porque ela sempre te volta uma ideia ou um sorriso que somam e isso foi diferencial nestes tempos. A Carol, pelas consultorias acadêmicas, por ser gente boa; a Cris, companhia para surtos na hora da defesa; ao Silas, por me ajudar mais de uma vez com o inglês, e o mais importante, de forma gentil.

A todos que me tratam com amizade e respeito. Obrigada!

Tenho sorte em poder dizer que as pessoas que conheci até agora me deixam segura de que a vida é mesmo complicada, mas que é legal precisar dos ovos que ela põe. Qualquer semelhança com o final de Annie Hall é mera imitação, mas que conste que o plágio se encerra por aqui.

“Sente-se longa estrada e poeira antes de chegar ao pouso do quadro; de algum modo este é um pouso, enfim, e recebe.”

Clarice Lispector

Resumo

Lugar de residência e inserção laboral se articulam de forma bidirecional. De um lado, sabendo-nos em uma sociedade de mercado, vem a nós, com facilidade, a constatação de que as possibilidades de moradia estão atreladas ao desempenho no mercado de trabalho. De outro, pode-se pensar que o lugar de residência, com suas características físicas e sociais, tem influência no desempenho, posição e até mesmo nas aspirações visíveis e acessíveis no mundo do trabalho. Esta dissertação procura discutir, principalmente, a segunda parte dessa articulação.

O objetivo principal foi, através da comparação entre distintas áreas da Região Metropolitana de Campinas (RMC), mostrar as diferenças (e similaridades) na inserção laboral dos residentes e contribuir para a reflexão das formas como essas situações se produzem. Especial atenção foi destinada às áreas que abrigam população com baixos atributos socioeconômicos.

Foram utilizadas duas fontes de dados: a pesquisa domiciliar do “Projeto Vulnerabilidade” (Nepo/Unicamp), que levantou informações representativas para a RMC e desagregáveis por quatro estratos socioespaciais (as chamadas Zonas de Vulnerabilidade) – definidos segundo atributos da população residente e do local de moradia; e também uma pesquisa de campo própria, de desenho qualitativo, empreendida em duas áreas de baixos atributos socioeconômicos da região, mas com distintas situações em termos do seu entorno imediato – em uma delas o entorno tem baixos atributos socioeconômicos e na outra altos atributos. Sendo assim, na pesquisa de desenho qualitativo, as áreas escolhidas vivenciam, respectivamente, uma situação de homogenia e uma situação de heterogenia, de tipo enclave.

Portanto, sem esquecer que a própria inserção laboral determina a residência, a contribuição deste texto está em refletir sobre os mecanismos através dos quais o lugar de residência se articula de forma ativa com essa inserção.

Palavras-chave: Segregação, Discriminação na habitação - Campinas (SP), Trabalho - Aspectos sociais, Vizinhaça.

Abstract

Residency location and labor insertion are interconnected. In one way, in our market society, the possibilities of place of residency are largely determined by our performance at labor market. In another way, we can propose that the place of residency, with its physical and social features, has influences on performance, position, and even on visible and really accessible aspirations at labor world. This dissertation tries to discuss, mainly, this second way of interconnection.

The main objective is, through comparisons among some areas in Greater Metropolitan area of Campinas (GMC), to show the differences (and similarities) at labor insertion of the residents and to contribute to the discussion about the ways how that situations are produced. Special attention was given to areas where is found a low socioeconomic status population.

Two sources of informations were used: a survey of “Vulnerability Project” (Nepo/Unicamp), which has representative informations about GMC and about four sociospatial divisions (the Vulnerability Zones, VZs), being the later defined according to features of resident population and of the physical residence location; and also, it was used a qualitative research, done at two areas where lives people under low socioeconomic status, but with a different condition of social composition of the immediate around – in one area, the immediate around has a population with low socioeconomic status, while in the other, it is observed a high socioeconomic status population. Therefore, in the qualitative research, the chosen areas are, respectively, homogeneous and heterogeneous.

In short, not forgetting that the labor insertion determines the place of residency, the contribution of this text is thinking about the mechanisms through which the place is actively interconnected with the insertion.

Key words: Segregation, Discrimination in housing - Campinas (SP), Work - Social aspects, Neighborhood.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos domicílios segundo renda *per capita* em salários mínimos. RMC, 2007 (%) – Página 50.

Tabela 2 – População que realizou ao menos uma mudança de bairro, advinda de dentro ou fora da RMC por motivo da escolha do bairro atual e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 55.

Tabela 3 – População por Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 62.

Tabela 4 – População Economicamente Ativa por Sexo e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 68.

Tabela 5 – População Economicamente Ativa segundo Grupos Etários e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 69.

Tabela 6 – Taxas de Ocupação por características sociodemográficas e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 70 e 71.

Tabela 7 – Ocupados segundo Categorias Ocupacionais e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 76.

Tabela 8 – Ocupados segundo Grandes Setores de Atividade Econômica e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 79.

Tabela 9 – Ocupados segundo posição na ocupação e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 81.

Tabela 10 – Distribuição por tempo no trabalho atual e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 82.

Tabela 11 – Distribuição da população economicamente ativa por existência de pelo menos um mês sem rendimento nos últimos 12 meses e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 83.

Tabela 12 – Modelo de Regressão Logística Binária Multinível, para chance de estar em situação de desempregado (modelo final). RMC, 2007 – Página 88.

Tabela 13 – Modelo de Regressão Logística Binária Multinível, para chance de estar em situação de instabilidade (modelo final). RMC, 2007 – Página 90.

Tabela 14 – Distribuição percentual de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional segundo ZVs e pendularidade para o trabalho. RMC, 2007 – Página 116.

Tabela 15 – Distribuição percentual de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional por ZVs e duração do deslocamento da casa para o trabalho. RMC, 2007 – Página 117.

Tabela A1 – Escores fatoriais, RMC, 2000 – Página 163.

Tabela C1 – Taxas de Participação por ZVs e sexo. RMC, 2007 (%) – Página 173.

Tabela C2 – Ocupados, desempregados com trabalho precário e inativos com trabalho excepcional por ZVs e modo de deslocamento da casa para o trabalho. RMC, 2007 (%) – Página 174.

Tabela C3 – Distribuição relativa de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional por ZVs e percepção da dificuldade de acesso ao local de trabalho. RMC, 2007 – Página 174.

Tabela C4 – Distribuição relativa da população segundo ZVs e tempo despendido a pé à parada de ônibus mais próxima da residência. RMC, 2007 – Página 175.

Tabela C5 – População por ZVs e percepção da gravidade de tráfego pesado no entorno do lugar de residência. RMC, 2007 (%) – Página 175.

Tabela C6 – Distribuição da população economicamente ativa por ZVs e percepção da existência de dificuldades para obter trabalho devido ao bairro de residência. RMC, 2007 (%) – Página 176.

Lista de Figuras

Gráfico 1 – População Economicamente Ativa por Anos de instrução e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 64.

Gráfico 2 – População Economicamente Ativa segundo Cor e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 65.

Gráfico 3 – População Economicamente Ativa segundo Condição de Migração e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%) – Página 66.

Gráfico 4 – Distribuição percentual da população economicamente ativa por tipo de fonte primária utilizada para obtenção de ajuda ou informação sobre trabalho, segundo ZVs. RMC, 2007 – Página 121.

Mapa 1 – Zonas de Vulnerabilidade, RMC, áreas de ponderação do Censo 2000 – Página 59.

Mapa 2 – Setores selecionados pelo Índice de Moran Local para condição socioeconômica Região Metropolitana de Campinas, 2000 – Página 101.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO SOCIAL.....	11
I.1. SOBRE OS LUGARES	13
PERIFERIA E CENTRO	13
SEGREGAÇÃO	16
I.2. SOBRE AS MEDIAÇÕES ENTRE LUGAR DE RESIDÊNCIA E INSERÇÃO LABORAL	20
ALGUMAS ORIGENS DA PERSPECTIVA DE QUE “O ESPAÇO IMPORTA”	20
O PONTO EM QUE ESTAMOS: ABRINDO A “CAIXA PRETA” DOS MECANISMOS	23
REAFIRMANDO A VIZINHANÇA COMO CONSTITUÍDA NA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA SOCIAL	33
CAPÍTULO II: A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, POPULAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.....	39
II.1. APRESENTANDO A RMC	41
UMA METRÓPOLE RICA, [...].....	41
[...] COM UM DOS MERCADOS DE TRABALHO MAIS BEM ESTRUTURADOS DO PAÍS, [...].....	44
[...] PORÉM DESIGUAL.....	49
II.2. O OLHAR DO “PROJETO VULNERABILIDADE” SOBRE A RMC.....	56
II. 3. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E NÍVEL DE OCUPAÇÃO	61
II. 4. QUALIFICANDO A OCUPAÇÃO SEGUNDO ZONAS DE VULNERABILIDADE	74
II. 5. MENSURANDO O NÍVEL DE ASSOCIAÇÃO ENTRE LUGAR DE RESIDÊNCIA E DESEMPENHO NO MERCADO DE TRABALHO	84
CAPÍTULO III: DAS MEDIAÇÕES	93
III. 1. A PESQUISA DE CAMPO: JUSTIFICATIVA, FORMATO E ESCOLHA DOS SETORES.....	93
III. 2. OS LUGARES: DE SETORES A BAIRROS.....	99

O BOA VENTURA.....	102
O SÃO JOÃO.....	107
III. 3. OS MECANISMOS NO DIA-A-DIA DOS LUGARES	115
A) MECANISMOS OBJETIVOS	115
B) MECANISMOS SUBJETIVOS	120
C) COMUNIDADE?	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	155
ANEXO A.....	161
ANEXO B.....	165
ANEXO C.....	173
ANEXO D.....	177

Introdução

Dizem que um título é o menor resumo de um escrito: *Lugar de residência e inserção laboral: faz diferença morar aqui ou lá?* Os termos deste e a ordem com que os dispus dizem muito. Começo, portanto, por algumas considerações sobre o título que escolhi para esta dissertação.

Logo ao escrever o primeiro termo, “lugar de residência”, enfrentei um problema. Essa expressão é neutra e designa apenas um lugar físico, quando muito, evocamos uma categoria operacional de pesquisa. Os lugares de residência que estudei não eram apenas isso e justamente por suas propriedades sociais estão articulados a inserção laboral de seus moradores.

O Brasil como um todo comporta grandes desigualdades econômicas e sociais entre seus habitantes, essas desigualdades se traduzem, sob certas condições, na distribuição espacial de seus moradores (ainda que de forma complexa). Meu estudo esteve voltado para lugares físicos que, em consequência dessas desigualdades e dessa tradução, comportam um tipo específico de morador, aquele que numa escala elaborada a partir de capitais¹ ocupa as categorias mais baixas.

Falo do Brasil hoje, pois é a história que conheço com mais propriedade e porque foi em um de seus subespaços que minha pesquisa se desenvolveu, a Região Metropolitana de Campinas (RMC). No entanto, é manifesto que a tradução, ou *reificação*, da estrutura social no espaço físico (utilizando uma expressão de Pierre Bourdieu, 1999), é uma realidade que tem atravessado o mundo e a história. Com Bourdieu pode-se ir longe nesta ideia.

Em *A casa ou o mundo às avessas*, Bourdieu (2002), nos oferece a descrição do interior da casa no Sahara argelino, entre os Kabila. A partir disso, o autor analisa o que a distribuição física de pessoas e objetos na casa (dividida em pares de opostos, como o

¹ A pesquisa que aqui apresento teve duas fontes de dados, cada uma delas fez uso de um determinado grupo de atributos, ou capitais, para estratificar a população. No corpo do texto apresento com mais detalhes essas estratificações. Por ora, é importante que se tenha em mente apenas que estou falando, sobretudo, de atributos de caráter econômico, educacional e humano (no caso deste último, com o qual em geral temos menos familiaridade, pode-se citar, como exemplo de indicador, a razão de dependência de um domicílio que consiste na divisão entre a população em idade economicamente não ativa pela população em idade ativa).

escuro e a claridade, a natureza e a cultura) representa com respeito às posições sociais, sobretudo quanto aos papéis de homem e mulher.

Wacquant (2004a), por sua vez, ao discutir o conceito de gueto, cita a história de negros e brancos estadunidenses. Nos E.U.A., após a primeira Guerra Mundial, houve uma intensificação da migração de negros para o sul do país e aumento da hostilidade entre brancos e negros. Essa separação, que até então apenas caracterizava duas fraternidades desiguais (sob diversos aspectos) passou a ter também uma realidade espacial clara nos locais de moradia, lazer e estudos, fundando os cinturões negros, externos aos lugares físicos ocupados pelos brancos.

Um pouco mais próximo aos lugares e posições sociais que quero apresentar, Engels, no capítulo *As grandes cidades*, de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escreve:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários “bairros de má reputação” – onde se concentra a classe operária. É certo que é frequente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar à parte, onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. [...] Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. Além disso, a ventilação torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. (ENGELS, 1986, p. 38).

As descrições feitas por Engels das grandes cidades inglesas do século XIX são bastante detalhistas e mostram que além da delimitação entre grupos sociais, traduzida em espaços diferentes de habitação, havia uma desigualdade entre bairros operários e burgueses no que se refere à infraestrutura básica e serviços. Se essa é a imagem mais próxima aos lugares e posições sociais que estudo, em princípio a noção de periferia poderia parecer ser aquela que melhor se identifica com o que quero evocar. Mas devido à complexidade que os espaços têm hoje, essa noção não é um ponto pacífico. Ela também não se encaixa perfeitamente nos lugares que estudei, onde se por um lado há concentração

de uma população que alcança baixos índices numa escala de capitais, por outro nem sempre há carências infraestruturais. Por isso, entender mais claramente de que espaços trato é um exercício que enfrento em termos teóricos no capítulo I e, em certa medida, retomo no capítulo III, quando apresento as informações empíricas levantadas diretamente por mim.

O segundo termo que salta do título é “inserção laboral”. Ao contrário do que acontece com o termo “lugar de residência”, essa é uma categoria que traz um conjunto de sentidos logo à primeira vista. Cabe dizer, portanto, que aqui entendo inserção laboral num sentido sociológico e amplo, se comparado àquele que frequentemente emerge da economia.

Evoco inserção laboral como principal via de provimento da sobrevivência material, ao menos, para maioria de nós, mas também como fornecedora de parte do entendimento de si. Nesse sentido, vale lembrar que de acordo com Silva (2008) o trabalho no mundo moderno é uma simbiose entre labor e obra, fazeres diferenciados na filosofia grega.

Laborar, segundo Silva (que por sua vez se referencia nas formulações de Arendt), é a atividade que não podemos evitar se quisermos sobreviver, pois embutida no ciclo do organismo vivo. Obrar, por seu turno, é uma atividade inerentemente humana, livre, não vinculada à sobrevivência física, e que tem por resultado uma obra permanente, pois não se extingue no consumo imediato. O trabalho, tal qual conhecemos hoje, guarda características do labor e da obra, mas não se confunde com nenhum deles (SILVA, 2008). Para adquirir a sobrevivência material é necessário se submeter aos ditames externos, do mercado, e abrir mão, muitas vezes, como ensina a crítica marxista, da capacidade projetiva, fundamento da obra. Em que pese a alienação do trabalho, o mundo moderno foi no mais das vezes incrivelmente eficiente em vincular a essa atividade valores morais, o que, junto com a necessidade de aquisição material da sobrevivência, são responsáveis pela adesão ao mundo do trabalho como objetivo e meio de vida. Portanto, o trabalho, assim como as expectativas de futuro em relação a ele, representa parte de nossa identidade. Penso, então, na influência que o lugar de residência tem para a aquisição da sobrevivência

material a partir do trabalho e também para a definição da identidade, enquanto os indivíduos sejam trabalhadores ou futuros trabalhadores.

No entanto, nesse título é a conjunção aditiva “e” o que põe em cena meu verdadeiro tema de pesquisa. Ela relaciona “lugar de residência” à “inserção laboral”, conexão que constituiu propriamente o objeto de análise.

Lugar de residência e inserção laboral articulam-se de duas formas. Uma delas, a mais patente até aqui, é devida ao fato de que constituímos uma sociedade de mercado² e em função disso, a moradia é acessada, pela maior parte de nós, através da venda da força de trabalho. Mas não é só isso, lugar de residência e inserção laboral implicam-se mutuamente. Ou seja, a inserção laboral implica no lugar que se reside, mas também o lugar de residência implica na forma com que as pessoas se inserem no mundo do trabalho. A segunda parte da assertiva, o lugar de residência implica na forma com que as pessoas se inserem no mundo do trabalho, foi à que propriamente me ative, é por isso que, na ordenação de termos do título, “inserção laboral” vem depois de “lugar de residência”.

Que o lugar de residência tem associação com a inserção no mundo do trabalho é ponto de chegada de uma série de estudos que se utilizam de modelos de regressão, tendo variáveis indicativas do desempenho no mercado de trabalho na posição de dependentes. São exemplos desses estudos, Cunha e Jakob (2010) e Ribeiro, Rodrigues e Corrêa (2010). Esses estudos são capazes de dizer algo sobre o *quanto* viver em determinados lugares impacta, por exemplo, na probabilidade de se estar na situação de ocupado ou desempregado. Porém, frequentemente eles também advertem para a necessidade de estudos que tratem da forma *como* essa associação acontece, algo que a estratégia metodológica e analítica de que se utilizam é menos adequada para tratar. Cabe dizer que essa advertência é feita por ambos os trabalhos citados. Em outras palavras, põem-se em

² Refiro-me às sociedades em que a integração social se dá a partir de uma relação mercantil, compra e venda da força de trabalho. Por sua vez, sociedades com mercado são aquelas em que um ente regula a distribuição material, de forma que a vida não se subordina totalmente aos ditames do mercado, portanto, a integração ocorre por mais de uma via (Silva, 2008). Não quero dizer com isso que no Brasil apenas o mercado intervenha na distribuição material, na qual se inclui o território. Compartilho da crítica de Eduardo Marques (2005) quanto à necessidade de se revisitar o papel do Estado nas investigações urbanas sem considera-lo como mero cumpridor dos interesses da burguesia. Porém, o nível brasileiro de regulação e a forma do Estado de Bem-estar nos permite pensar mais em uma sociedade de mercado do que com mercado.

cena as mediações e as pesquisas de desenho qualitativo. Considerando essa demanda, no capítulo III, esboço uma contribuição para a busca da compreensão de *como* essa associação ocorre.

A conexão entre lugar de residência e inserção laboral tem sido pensada por parte da literatura especializada através da noção de mecanismos ou mediações. Esses mecanismos compreendem um espectro amplo, que vai desde a consideração de diferenciais espaciais no acesso as informações sobre o mercado até a possibilidade da existência de estigmas de lugar que afetam a empregabilidade. No capítulo I apresento algumas dessas mediações que foram catalogadas por outros autores. O capítulo III apresenta e discute as informações empiricamente obtidas por mim sobre o assunto.

Por sua vez, o subtítulo, “faz diferença morar aqui ou lá?”, é referência à estratégia analítica que atravessou este trabalho. Lembremos que o objetivo central é entender se, sobretudo, como o lugar de residência implica na inserção laboral. Logo, uma das maneiras de colocar em evidência essa relação é apresentando lado a lado informações sobre a inserção de indivíduos semelhantes, mas que residam em áreas distintas. Portanto, assim se procedeu a apresentação dos dados.

Examinei informações referentes à Região Metropolitana de Campinas (RMC) de forma agregada e por áreas de menor dimensão definidas, *grosso modo*, segundo os capitais que comportam em níveis distintos. Foram duas as fontes: 1) A pesquisa domiciliar do Projeto “Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”³, representativa da RMC e desagregável em quatro Zonas de Vulnerabilidade (ZVs) definidas segundo a posse de capitais (os capitais aqui são relativos a características individuais, domiciliares e entorno infraestrutural); e 2) O levantamento de desenho qualitativo realizado por mim em duas áreas da RMC definidas segundo a posse de capitais (em nível de características individuais e domiciliares) e mescla social. Cada uma delas, de formas específicas, oferece informações sobre a inserção laboral em distintas áreas de residência. Como disse, a comparação entre lugares faz emergir mais propriamente as maneiras segundo as quais o lugar de residência implica na

³ Também conhecido como “Projeto Vulnerabilidade”.

inserção laboral. O levantamento qualitativo também permite pôr em discussão o que aqui chamo de “hipótese da composição”. Resumidamente, a hipótese de que os possuidores de baixos indicadores de capitais, residentes em espaços homogêneos em população, tendem a ter pior desempenho na inserção laboral do que quando residentes em espaços heterogêneos.

O texto se compõe desta introdução, três capítulos principais e conclusão. No primeiro capítulo discuto aspectos teóricos do tratamento dispensado à reificação do espaço social no espaço físico e como têm sido lidos os espaços físicos habitados por populações possuidoras de baixos indicadores de capitais. Além disso, como anteriormente referido, faço um levantamento na literatura das mediações catalogadas que relacionam viver em determinados espaços e a inserção laboral que se logra.

O capítulo II é aberto com um histórico panorâmico econômico-social da RMC. Também se apresenta uma descrição da região segundo as quatro zonas de vulnerabilidade supracitadas e características sociodemográficas da população economicamente ativa (PEA) que tradicionalmente são elencadas como interferentes no desempenho no mercado de trabalho. A ideia é mostrar que essas características se distribuem de forma não aleatória segundo as ZVs, conformando populações com possibilidades distintas no mercado de trabalho devido a isso. Além disso, também são apresentados alguns indicadores de desempenho no mercado de trabalho, novamente, segundo zonas e, quando possível e relevante, características sociodemográficas. Por fim, apresento dois modelos de regressão logística multinível com variáveis-resposta relativas ao desempenho no mercado de trabalho e onde o lugar de residência e características sociodemográficas são controladas. A partir dessa técnica é possível ter indicativos sobre se e quanto o desempenho no mercado de trabalho é afetado pelo lugar que se reside, controladas as demais características. O mais importante, contudo, é que com essas informações é possível mostrar que em cada zona a população está em contato com realidades típicas de resultados no mercado. Como ficará claro no corpo do texto, a distribuição sociodemográfica não aleatória da população e a existência de realidades típicas de resultados no mercado são substratos, ou mais propriamente componentes, de algumas das formas através das quais o lugar exerce efeitos sobre a inserção laboral. Pode-se adiantar, com vistas a melhor compreensão inicial, que a

existência dessas realidades típicas pode restringir, por exemplo, as informações sobre o mundo do trabalho, especialmente nas zonas de baixos atributos, onde a população busca com maior frequência que nas demais, essas informações no próprio lugar de residência.

Finalmente, o capítulo III trata do estado em que se encontrou os mecanismos, ou mediações, entre lugar de residência e inserção laboral, nas zonas e em duas áreas da RMC, estas últimas definidas, como dito anteriormente, conforme a posse de capitais e mescla social. Com ele, reflito sobre o alcance explicativo dos mecanismos catalogados pela literatura especializada.

Na conclusão, finalmente empreendo a tarefa que não me foi nada fácil, de esboçar uma resposta sistematizada para a questão: faz diferença morar aqui ou lá?

Uma última consideração, com respeito à seção que se tem na sequência. Como pesquisadora, fiz uma escolha metodológica que situa *grosso modo* minha perspectiva analítica no que Silverman (2009) chama de construcionismo. Isso quer dizer que desde a escolha do tema de estudo, até a maneira como analiso os dados, uso o que o mundo social depositou em mim na história individual e coletiva que é a vida. Dito deste modo poderia parecer que o objeto de pesquisa nas Ciências Sociais é uma ficção inventada pela pessoa do pesquisador. Mas não se trata disso, mais precisamente ele é uma construção que para acontecer se funda na realidade social vivida, sendo assim, o objeto apresentado é mais uma peça dessa realidade. Por isso, não é incomum que alguns cientistas sociais se apresentem em seus textos. O objetivo da apresentação é informar de que ponto da história e da sociedade veem e constroem seu objeto. É o que faço a seguir.

Ao modo de uma breve apresentação intencionada

Minha infância e adolescência transcorreram entre a década de 1990 e os primeiros anos de 2000 na cidade de Belém, Pará. Eu vivia em um bairro infraestruturalmente bem servido, ao menos na parte regular, mas distante do centro da cidade. O centro de Belém é, até hoje, onde se localizam os pontos turísticos do circuito tradicional, os shoppings das lojas mais caras, as escolas mais renomadas, os bairros de

maior distinção social. Estudei a maior parte de minha vida numa escola particular localizada neste centro.

Naquela época e na minha cidade, era bastante comum que as pessoas contratassem empregadas domésticas, que viviam nas casas onde trabalhavam, muitas delas vindas de cidades do interior do estado do Pará ou do Maranhão. Essas mulheres algumas vezes tinham e criavam seus próprios filhos nas casas em que trabalhavam. Na rua eu tinha três grandes amigas, uma delas era a filha de uma professora primária e de um professor universitário, exatamente como eu (até que minha mãe se tornou psicóloga) e outras duas meninas que eram filhas de empregadas domésticas que residiam com as mães nas casas onde estas trabalhavam.

Eu identificava ainda claramente um terceiro grupo de moradores no bairro, aqueles que viviam na parte de trás, ou lado irregular, também chamado por nós de invasão ou baixada. Ali eu não conhecia ninguém. Essa parte do bairro era construída sobre uma área úmida, que enchia durante a época de chuvas, uma realidade muito presente numa cidade fundada praticamente sobre a linha do Equador. Por dentro da baixada era possível passar apenas utilizando uma ponte de madeira que percorria toda a sua extensão, ela ligava esses moradores ao lado regular do bairro e a uma avenida muito movimentada, também conhecida simplesmente como pista. Utilizei essa ponte algumas vezes para acessar a pista, pois ali havia um ponto de ônibus com um número maior de linhas que o ponto que servia a frente do bairro. Minha mãe nunca gostou que eu passasse pela ponte. Primeiro, tinha-se a ideia de que aquele lado era perigoso, onde quem passasse estava sujeito a assaltos, fui assaltada uma vez ali. Segundo, eu passava por essa ponte para acessar um ponto de ônibus que era ele mesmo muito perigoso, sem nenhuma proteção, literalmente, ali se pegava ônibus na beira da pista.

Na minha escola (que como eu disse, era situada no lugar da cidade em que havia tudo, o centro) eu tive algumas amizades que, assim como as meninas da rua, me acompanharam por muito tempo. Eu tinha duas grandes amigas, uma era filha de um juiz e uma advogada, a outra, filha de um político conhecido e uma bancária. Também havia outros dois amigos de escola que residiam em bairros adjacentes e parecidos com o meu, filhos de professores, que de alguma maneira, às vezes, destoavam das outras duas garotas,

como eu. Portanto, nos primeiros estágios de minha vida estive imersa em dois ambientes de socialização que ocupavam, na escala da cidade, lugares físicos e sociais bastante distintos. No entanto, não apenas as relações entre esses espaços, mas também no interior deles, se mostravam complexas e conflituosas. No interior de cada um, as oposições de lugares físicos e sociais também eram marcantes.

Cresci reclamando de ter que acordar muito cedo para percorrer 45 minutos até a escola e aborrecida por não frequentar os mesmos *shoppings* que minhas amigas de escola iam. Na rua, brincava de roda e só muito mais tarde passei a ver com incômodo a qualidade fatídica que assumiria o mando-tiro-tiro-lá, não por acaso, um jogo que fala de crianças dadas para serem criadas por outras pessoas, que não suas mães, mediante a oferta de um futuro profissional para elas⁴.

Fiz faculdade de Ciências Sociais na Unicamp, na sequência o mestrado que aqui apresento. Estudar uma região na qual eu não cresci e explorei muito pouco (em função do caráter deslocado do subdistrito que abriga a universidade) foi um desafio. Na minha cidade eu dominava os espaços e os sentidos que encerravam. Assim, quando buscava entender melhor a estigmatização territorial e me deparei com Wacquant, dizendo: “In every metropolis of the First World, one or more towns, districts or concentrations of public housing are publicly known and recognized as those urban hellholes in which violence, vice, and dereliction are the order of things”⁵ (67: 2007), o que mais reconheci foi minha condição de imigrante. O conhecimento vivido da região metropolitana de Campinas teve que ser substituído pelo levantamento de indicadores sociodemográficos. Se por um lado, isso foi em certos momentos um desafio adicional, por outro, foi um incentivo para conhecer a estrutura da população da região como um todo, o que mais tarde apareceu

⁴ Mando-tiro-tiro-lá conta a história de uma mãe que dá seus filhos a outra mulher mediante a promessa de que ela lhes proporcionará um futuro profissional específico. A proposta profissional é sugestão da mulher que quer a criança e a mãe pode ou não aceita-la. Brinca-se assim: as crianças ficam enfileiradas de braços dados, no centro, aquela que é a “mãe”. Posicionada à frente da “mãe” fica a “mulher” que quer os filhos da outra. A “mulher” faz a proposta de profissão e a “mãe” aceita-a ou não, caso aceite a criança dada passa para o lado da “mulher”, doravante, uma espécie de “mãe adotiva”, tudo é feito em forma de cantiga.

⁵ “Em toda metrópole do Primeiro Mundo, uma ou mais cidades, distritos ou concentrações de *moradias populares* são publicamente conhecidas e reconhecidas como aqueles buracos urbanos infernais nos quais a violência, o vício e o abandono são a ordem das coisas” (WACQUANT, 67:2007). Tradução livre, grifo meu. A expressão *moradias populares* aparece em itálico, pois no original o termo utilizado foi public housing, não encontro equivalente real em português, em inglês designa moradias subsidiadas pelo governo.

como determinante para construção da relevância que o lugar de residência pode ter na inserção laboral por conta da seletividade espacial da população. Além disso, me parece, que ser de “fora”, me proporcionou um olhar com mais dúvidas, sem impressões vividas cotidianamente e que às vezes fazem escapar questões pelo efeito de indiferença que a naturalização pode proporcionar.

Aqueles que creem produzir uma teoria materialista do conhecimento quando transformam o conhecimento em um registro passivo e, assim, abandonam ao idealismo – como já deplorava Marx em sua obra Teses sobre Feuerbach – o ‘aspecto ativo’ do conhecimento, esquecem que todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. Todavia, o princípio dessa atividade estruturante não é, de acordo com a pretensão do idealismo intelectualista e antígenético, um sistema de formas e categorias universais, mas um sistema de *esquemas incorporados* que, constituídos no decorrer da história coletiva, são *adquiridos* no decorrer da história individual e funcionam *no estado prático e para a prática* (e não para fins de puro conhecimento). (BOURDIEU, 2011, p. 435).

Esses, me parecem, foram os termos em que a familiaridade e o estranhamento me acompanharam neste trabalho.

Capítulo I: Espaço Físico, Espaço Social

O espaço físico absoluto é apenas um justaposto de pontos, algo que simplesmente existe. Num mundo físico apropriado não há espaço físico em si. De acordo com Villaça (2011), um dos maiores ganhos da geografia foi a consciência de que o espaço é humanamente construído e significado. Apenas isso possibilitou a superação dos estágios iniciais desta ciência, quando se limitava apenas a descrição do que de imediatamente visível e material havia no espaço físico, para doravante tratar do que descreve como um produto de conflitos ocorridos no espaço social.

Aqui utilizo a expressão espaço social como sinônimo de estrutura social, faço uso, portanto, do sentido dado a essa expressão por Pierre Bourdieu (1999, 2011). O espaço social pode ser visualizado utilizando-se o espaço físico como alegoria. Assim, se no espaço físico, dois corpos não ocupam o mesmo lugar e por excluírem-se mutuamente sabem-se distintos, da mesma maneira ocorre com os grupos sociais, eles não ocupam o mesmo lugar no espaço social e por exclusão entendem-se distintos. Logo, espaço social é um justaposto de pontos definidos pela exclusão mútua. Cada um desses pontos, se colocados em um plano, tem localizações coordenadas, relativas umas às outras. Assim, as posições sociais, como localizações, têm as propriedades de acima, abaixo, ao lado, distante, perto, umas das outras. Estas posições, ou localizações, se estabelecem de acordo com a posse de certos atributos, chamados por Bourdieu de capitais. Existem o capital econômico, cultural, social, e dentro deles, respectivamente, o capital físico (como o território), linguístico e de classe, por exemplo. Os capitais são sempre desigualmente distribuídos e alvos de disputas também desiguais, já que funcionam como artilharia. As lutas são pela apropriação dos capitais, por consequência pela apropriação de posições. Mas contendas também ocorrem para definir o grau de relevância e legitimidade que algum capital tem para definir uma posição no espaço social.

Como já deve ser possível imaginar, o vínculo entre espaço físico e espaço social vai além da alegoria. Encarado o espaço físico como um capital, ele é parte de um

conjunto de capitais que definem posições sociais. Portanto, é alvo de disputas. Além disso, os grupos disputam a legitimidade que o espaço físico ocupado tem na determinação de um lugar no espaço social. Mas não é apenas isso, sendo o mundo repleto de um sem número de capitais, o consumo do território não basta para fazer ocupar uma ou outra posição social. Assim, o poder que a posse de diversos outros capitais proporciona se reflete no consumo de tal ou qual território, mas também naquilo que nele se incorpora. Existe, então, uma relação entre as distribuições dos grupos sociais, do espaço físico, de bens e serviços (públicos e privados) e de imagens simbólicas dos lugares. Relação essa nem sempre imediatamente perceptível ou simples. Isso ocorre em termos de quantidade, qualidade e tipo, mas também em diferentes escalas espaciais, que nem sempre são fáceis de identificar.

Uma vez que o espaço físico é apropriado por grupos que ocupam posições sociais (definidas pela posse do território e por um conjunto de outros capitais) o lugar de residência também passa a ter um lugar no espaço social, construindo-se dele uma imagem simbólica. O valor das coisas, enquanto sendo definido por aquilo que oferecem como funcionalidade técnica e como símbolo do lugar social que se ocupa, proporciona o fato de que seja na relação entre a distribuição de grupos sociais, bens, serviços e símbolos que o valor pecuniário do espaço físico se forma (Bourdieu, 1999).

Tudo dito de uma maneira mais generalista e reducionista, o espaço físico funciona como uma tradução ou reificação, mais ou menos deformada, do espaço social.

A seguir, discuto duas noções caras que relacionam espaço físico e espaço social seja no campo da Geografia, Sociologia, Demografia ou outras ciências humanas: a dicotomia periferia/centro e a segregação socioespacial. Portanto, uma das funções deste capítulo é apresentar alguns usos desses termos e problematizar parte das contendas em torno deles. Como disse na introdução deste texto, o objetivo mais específico disso é mostrar como tem sido entendidos e representados os lugares de residência apropriados por populações que apresentam baixos índices de capitais, seja no nível de características das pessoas ou incluindo a infraestrutura dos lugares que habitam. Na sequência apresento e problematizo também as mediações catalogadas que buscam explicar como o lugar de residência implica na inserção laboral. Assim, cumpro o caminho teórico que informa a interpretação das informações empíricas que levantei.

I.1. Sobre os Lugares

Periferia e Centro

Através do Censo de 1970 revelou-se, com a taxa de urbanização, a conversão, até aqui definitiva e crescente, do Brasil ao urbano. Pela primeira vez a população residente em áreas urbanas superou os 50%, atingindo 55,94%⁶. Não por acaso, foi também nesta década que a sociologia e a geografia urbana começaram a ganhar proeminência no país (MARQUES e TORRES, 2005).

De acordo com Marques (2005a), a periferia se constituiu num dos primeiros e principais temas das disciplinas que estudam o urbano.

Quando se pensa em periferia, sem amarras conceituais, automaticamente a imagem evocada é a de um lugar ocupado por população pobre, repleto de carências infraestruturais e distante de tudo. Em oposição vem a imagem de um centro onde tudo é o inverso. O que mais explica, a não ser a permanência dessa representação, a expressão até hoje usada “ir à cidade” como equivalente de “ir ao centro”?⁷ Lembrando que a palavra cidadão designa no dicionário⁸ o habitante da cidade, ao mesmo tempo que designa o membro integral de uma comunidade, entendido na formulação clássica de T. H. Marshall (1967) como aquele que partilha plenamente dos direitos civis, políticos e sociais.

Informado pela literatura de estudos urbanos, Marques apresenta três acepções para periferia. Uma, onde o valor da terra é o elemento definidor, assim, as periferias seriam locais onde “a renda diferencial tende a zero” (Bonduki e Rolnik, 1979 *apud* Marques, 2005a, p.30), ou seja, onde o valor agregado em função da transformação humana do espaço, como investimentos em pavimentação e proximidade de mercados, é baixo (Singer, 1979; Bonduki e Rolnik, 1979). Outra, que considera ser a periferia o lugar onde se

⁶ Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Censo Demográfico. Série história, 1950 a 2010.

⁷ Nas entrevistas que conduzi para esta pesquisa ouvi essa expressão até mesmo em um setor que pela disposição espacial e condições infraestruturais a que acede está no centro do município de Campinas, mas é ocupado por população possuidora de baixos capitais relativos a pessoa (no caso, renda e escolaridade).

⁸ Cf. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.

encontram loteamentos irregulares, população operária, autoconstrução e ausência do Estado. Por fim, uma terceira, apresentada em separado, que é a expressão da tentativa de organizar a distribuição do espaço físico e social no que chama de modelo. Centro e periferia seriam os componentes de um modelo, pois este seria o padrão de distribuição física de grupos sociais opostos.

As definições que Marques (2005a) apresenta em separado se conjugam numa só colagem no meu imaginário. Em ambos os casos periferia é o lugar em que: 1) há carências infraestruturais 2) é ocupado por um grupo específico de pessoas (população operária, população com baixos indicadores de capitais) 3) é distante (do centro ou de tudo).

Entendo que meu imaginário é alimentado pela imagem mais popular que a sociologia urbana dos anos 1970 nos legou. A imagem da perfeita sobreposição do espaço físico e social sob a forma de centro e periferia que, de acordo com Caldeira (2011), permeou vastamente a literatura entre os anos 1940 e 1980. Isso ocorreu porque, apesar de ser uma simplificação, como toda categoria de análise científica, a infraestrutura e os grupos sociais se distribuía nesse período de forma que permitiam pensar muitas das cidades brasileiras sob esse padrão de sobreposição “perfeita” entre espaço físico e espaço social. Um exemplo dessa aceção pode ser encontrado na mesma coletânea de artigos em que Singer (1975), Bonduki e Rolnik (1979), apresentam periferia como local onde a renda diferencial da terra tende a zero, assim, esta dupla de autores também escreve:

Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa⁹ [...] (Bonduki; Rolnik, 1979, p. 147).

Por seu turno, a maneira como Marques (2005a) organiza as definições de periferia me parece estar norteada pelas novas configurações espaciais de distribuição de grupos sociais e infraestrutura. Nessas novas configurações não há mais nem a vinculação

⁹ Grifo meu.

simples e perfeita entre grupos sociais e a distribuição de infraestrutura urbana básica, nem a disposição tão marcante desses elementos em um centro e uma periferia espaciais¹⁰. Por isso, o autor apresenta três distintas definições de periferia que conjugam de formas diferentes as três características que antes definiam juntas o termo periferia. Portanto, hoje o espaço urbano é mais complexo e isso explica que uma revisão conceitual, proposta pelo mesmo Marques (2005a), seja necessária.

Há de se dizer também que, ao mesmo tempo, uma mudança do ângulo analítico fez pôr em evidência as heterogeneidades dos lugares. Ao invés de privilegiar o enquadramento classificatório em grandes esquemas conceituais, tem-se atentado mais aos detalhes e isso tem, igualmente ao aumento da complexidade, alimentado uma revisão conceitual (Marques, 2005a).

O que se disse até aqui não é o mesmo que dizer que a relação entre grupos, bens e serviços e sua disposição no espaço físico perde significado para a análise da sociedade. A forma como os grupos se apropriam do espaço, como se distribui a infraestrutura e até mesmo as imagens que fazemos dos lugares, permanecem na lista de características que compõem o sistema de estratificação social. Apenas a maneira como a vinculação entre esses termos se dá é que parece estar mais complexa.

Por um lado, há espaços ocupados por grupos sociais que alcançam baixos índices de capitais, como renda e escolaridade, e que são infraestruturalmente consolidados; por outro, ainda persistem periferias clássicas; além disso, engendram-se espaços nas bordas de municípios que são totalmente opostos ao que se convencionou pensar por periferias. Sobre estes últimos, Ojima *et al* (2010), por exemplo, falam em *desestigmatizar* certos municípios que mantenham relações intensas com uma sede, pois tendem a ser vistos como espaços homogêneos em população pobre e com carência infraestrutural, quando, às vezes, por suas propriedades, a não ser a disposição espacial, seriam mais próximos ao que outrora chamávamos de centro. Na mesma linha, fala-se também em uma sobreposição de modelos (Caldeira, 2011), ou, numa postura mais moderada, na reconsideração do que seja

¹⁰ Essas afirmações não devem ser trasladadas, sobretudo para outras regiões do país, sem a devida consideração das especificidades locais. No entanto, o esmorecimento do modelo clássico, centro e periferia, tem sido observado em diversas cidades latino-americanas (Vignoli, 2008).

o centro e a periferia nas realidades metropolitanas (D'Ottaviano, 2006; Baltrusis e D'Ottaviano, 2009). O próprio Marques (2005b), afirma que, no município de São Paulo, a distribuição do espaço entre grupos sociais definidos pelo critério renda ocorre de maneira grosseiramente radial, com o centro ocupado por grupos com mais altos rendimentos. Mas, o que de fato precisa ser enfatizado neste momento é que permanece o espaço físico como tradução do espaço social, ainda que esta ocorra de maneira mais complexa e confusa do que em outros momentos da história.

Segregação

Sob um certo ponto de vista, a noção de centro e periferia é um caso da ideia genérica que pretende vincular espaço social e espaço físico, a segregação. Ambas são noções que falam da apartação espacial de pessoas segundo algum atributo que as definem como integrantes deste ou daquele grupo. Mas a ideia de centro e periferia está relacionada a uma realidade infraestrutural e a uma estratificação socioeconômica específicas, além de definir uma estrutura espacial de separação sob a forma de um modelo determinado, nada disso acontece com a ideia de segregação. Dada a maior heterogeneidade de distribuição dos grupos sociais no espaço físico, a noção de segregação, por ser mais abrangente, parece mais proveitosa para apreender a realidade da vinculação supracitada do que a de centro e periferia.

O mesmo autor citado no item anterior, Marques (2005a), apresenta três acepções do termo segregação. Numa delas ele é associado à ideia de cidadela ou gueto, dependendo se é uma segregação voluntária ou uma separação forçada, respectivamente. Essa acepção também exige que a apartação se exerça por meio de barreiras físicas e legais. Uma segunda definição é a que trata segregação como sinônimo de desigualdade de acesso, em termos de políticas públicas e condições de vida de forma geral. Por último, segregação também é entendida como homogeneidade interna de um grupo que ocupa um espaço físico específico e heterogeneidade externa.

Segundo Marques, a produção brasileira sobre o assunto oscila entre a definição ancorada na desigualdade e aquela que pensa a partir da composição, considerando serem

definições compatíveis que, na realidade, observam o mesmo fenômeno sob duas perspectivas distintas. Para ele, desigualdade e separação são, na realidade nacional, processos indissolúveis que devem ser pensados em conjunto sempre, muito embora ele mesmo afirme utilizar o termo segregação segundo a acepção referenciada na composição, postura teórica que justifica como resultado de uma demanda por clareza.

A visão de vinculação entre separação e desigualdade é sintetizada no argumento do autor relativo à produção e reprodução da separação no espaço e acesso a infraestrutura. Ele explica que em espaços escassos de infraestrutura, como nas cidades brasileiras, os grupos pobres se dirigem massivamente para as áreas onde o valor da terra é menor, justamente aquelas onde a infraestrutura não existe. Isso eleva a concentração de grupos pobres e a homogeneidade social dos lugares.

Quanto à ideia de gueto, Marques a exclui alegando tratar-se de um fenômeno bastante específico e extremo com incidência questionável no Brasil. Não se observam aqui espaços em que haja barreiras legais à saída de pessoas. O mesmo não pode ser dito sobre a existência de espaços que limitam a entrada de pessoas, pois existem os condomínios fechados, ou cidadelas. Além disso, o autor também pondera essa exclusão conceitual com a percepção de que grandes distâncias entre grupos poderiam significar quase uma limitação física de contato, pois para os grupos pobres o custo do transporte é muitas vezes proibitivo à mobilidade espacial.

Com respeito ao mesmo tema, Sabatini e Sierralta (2006) procuram, partindo de uma crítica à definição dos estadunidenses Massey e Denton, delimitar um conceito que seja adequado à realidade latino-americana. Assim, para eles, a segregação é a separação espacial de pessoas ou famílias que pertencem a grupos sociais distintos e a aproximação daqueles que pertencem ao mesmo grupo, seja qual for o critério que o defina. O conceito possui três dimensões: a *concentração*, dimensão objetiva de posição, referindo-se à convergência de certos grupos para áreas específicas; *homogeneidade*, dimensão objetiva de composição, referindo-se à conformação de áreas onde os iguais são muito mais

frequentes que os diferentes¹¹; *percepção*, dimensão subjetiva, concernente à ideia que se constrói do viver e pertencer a áreas onde grupos são objetivamente segregados, tanto por aqueles que residem nestas áreas quanto pelos que vivem fora dela.

Ao contrário de Marques, Sabatini e Sierralta são muito enfáticos em apresentar segregação e desigualdade de forma desvinculada. Ainda que muitas vezes estes fenômenos estejam relacionados, para estes autores não existe relação direta, indissolúvel, pois nem toda desigualdade funda um espaço segregado.

Não há também nenhuma consequência negativa inerente à segregação, de forma que ela não é vista como um problema em si. Em determinados contextos históricos Sabatini e Sierralta consideram que a segregação pode até contribuir para a geração de efeitos positivos, e em outros, para a geração de efeitos negativos. Segundo eles, um exemplo do primeiro tipo de situação pode dar-se quando a segregação se produz a partir de uma diferença, como uma característica étnica. Neste caso, o grupo teria mais chances de persistir e se fortificar, enriquecendo algumas vezes a vida cultural da cidade como um todo. Com respeito às situações em que gera efeitos negativos, afirmam que elas ocorrem quando grupos vulneráveis ou discriminados, portanto, sob efeito da desigualdade, são isolados em espaços homogêneos, diminuindo as possibilidades de contato social com outros grupos.

O acordo mais evidente entre os autores mencionados até aqui é o de que a noção de segregação que parte da composição é a que apresenta maior alcance analítico. É esta noção que amplia o conceito de segregação tornando possível ver a dicotomia centro/periferia como um caso específico. Por isso é nesta noção que me apoio. Mas é

¹¹ É importante perceber que a concentração não leva a homogeneidade necessariamente e vice-versa. Imagine-se um grupo delimitado de acordo com uma característica específica que compõe a população de uma cidade da qual representa 1% do total. Esse grupo pode concentrar-se numa determinada área da cidade, mas dificilmente, sobretudo se a possibilidade de desagregação espacial dos dados for baixa, chegará a ser único, ou muito mais frequente, portanto, homogêneo, nessa área a ponto de não haver diferentes. Assim, a medição de cada uma das dimensões da segregação faz emergir problemas de classificação específicos e considerações pontuais sobre o que é ou não e em que nível está uma situação de segregação. É preciso avaliar em cada situação a escala adequada de medição, além da dimensão que melhor a expressa. Para uma discussão sobre os limites e alcances da medição e definição da segregação consultar Sabatini e Sierralta (2006).

preciso fazer algumas considerações sobre certos aspectos colocados pelos autores mencionados.

Primeiramente, existe uma relação inerente entre o conceito de segregação e a desigualdade ou a diferença¹² que nenhum deles nega. Segregação é uma apartação e toda apartação para se produzir exige uma classificação em pertencente ou não pertencente ao grupo que se funda em uma determinada característica de distinção. Logo, se nem toda diferença ou desigualdade funda uma segregação, o inverso não é verdadeiro, toda segregação é fundada em diferença ou desigualdade. Com a maior heterogeneidade na distribuição espacial de grupos sociais, existem espaços ocupados por grupos de baixa renda, bem delimitados e concisos, em áreas de infraestrutura consolidada. Portanto, nem sempre a concentração e homogeneidade de pessoas pobres em um espaço se vinculam ao acesso a uma infraestrutura ruim ou desigual. Sendo assim, a segregação sempre se funda numa diferença ou desigualdade, mas não necessariamente de acesso à infraestrutura.

Segundo, afirmar a independência entre segregação e desigualdade, no sentido de que nem toda desigualdade leva a segregação, precisa trazer um complemento que evite certos equívocos. Qual seja, o de que, em que pese essa independência, a tradução da estrutura social no espaço físico é uma constante histórica, mesmo em áreas não segregadas, mas produzidas em realidade desigual. Sendo assim, continuo reforçando a perspectiva de Villaça que abriu este capítulo, ou seja, de que o espaço físico apropriado é o produto de relações sociais e conflitos. Perspectiva que também pode ser representada com a afirmação de Bourdieu (1999):

“Não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 160).

¹² Embora sejam por vezes palavras intercambiáveis, falam de distinções fundadas em características de distintas ordens. Diferença é uma distinção que ocorre na ordem das essências, como, por exemplo, a cor da pele. Desigualdade é uma distinção que ocorre na ordem das circunstâncias, como, por exemplo, a condição de escravo. Por isso, fala-se em *ser* negro, mas alguém apenas poderia ter *estado* sob um regime de escravidão (Barros, 2005).

I.2. Sobre as mediações entre lugar de residência e inserção laboral

Algumas origens da perspectiva de que “o espaço importa”

Até aqui me referi apenas a como o espaço físico pode ser lido como uma tradução da estrutura social. No entanto, pensar em como o lugar de residência influi sobre a inserção laboral é afirmar que, através do espaço físico e do que nele existe enquanto tradução do espaço social, forças atuam encaminhando as pessoas tortuosamente a uma ou outra posição desse mesmo espaço social. A inserção laboral é um dos componentes desse posicionamento.

A história daqueles que pensaram o espaço físico como importante na conformação de forças que conduzem para disposições, comportamentos e estados gerais de condições de vida é longa e diversificada. De acordo com Sampson (2011), ela se inicia com as chamadas análises ecológicas que mapearam condutas e aspectos do bem-estar variados percebendo sua não aleatória distribuição no espaço físico. A ocorrência desses estudos regride cronologicamente no mínimo ao século XIX, com o francês André-Michel Guerry com o *Essai sur la Statistique Morale de la France*¹³.

Estudos desse tipo estavam interessados na demonstração de distribuições espaciais típicas de certos comportamentos, frequentemente relacionados ao crime, e havia pouca preocupação com a relação entre essas distribuições e instituições ou outros aspectos locais. Portanto, não chegaram propriamente a discutir a questão relativa a como os comportamentos típicos e os resultados para o bem-estar estavam sendo produzidos. Essa questão começa a ser levantada por estudos contemporâneos aos ecológicos, mas que também classificavam a população segundo características dos moradores, que julgavam ser de ordem explicativa. Dessas características deduziam o caráter moral dos residentes que conformaria comportamentos e o bem-estar local (SAMPSON, 2011).

¹³ Ensaio sobre a Estatística Moral da França. Tradução livre.

Entretanto, provavelmente um dos investimentos mais conhecidos para entender o espaço no circuito da produção e reprodução de comportamentos e bem-estar é aquele feito pela chamada Escola de Chicago. Kaztman e Retamoso (2005), por exemplo, atribuem a essa tradição o próprio início dos investimentos no tema em questão. Para os fins da pesquisa que realizo é necessário falar de três aspectos das formulações dessa escola.

Primeiro, tal qual os estudos predecessores, mapear a distribuição espacial típica do crime e entender essa distribuição não aleatória foi de interesse da Escola de Chicago. Como novidade, trouxeram as relações de vizinhança para o centro da pesquisa. Portanto, não é mais a presença, por exemplo, de um determinado tipo de caráter moral que conformaria comportamentos, mas sim as características da vizinhança. No caso do comportamento criminoso, por exemplo, a ausência de normas partilhadas no interior da vizinhança é o que permitiria a transmissão intergeracional do comportamento disfuncional, é a chamada de tese da desorganização social. Isso porque a ausência de valores comuns e do controle social entre os moradores faria emergir práticas fundadas no indivíduo contrárias à vida em grupo (SAMPSON, 2011; COULON, 1995).

De acordo com Sampson, mais tarde a desorganização também foi entendida como a situação em que os próprios vínculos de fraternidade estavam ausentes ou eram frágeis, o que comprometia a transmissão de valores. A tese de que um processo de desorganização estaria no cerne da concentração de criminalidade em determinadas áreas foi, no entanto, contestada com a antítese de que nessas áreas haveria formas de organizações próprias, com vínculos de reciprocidade específicos (SAMPSON, 2011; COULON, 1995).

Em segundo lugar, a distribuição socioeconômica do espaço foi lida pela Escola de Chicago a partir de categorias das ciências naturais, aos moldes da ecologia (SAMPSON, 2011; COULON, 1995). Nesse caso, a distribuição geográfica da população, necessariamente dividida em grupos distintos, seria o resultado de um ciclo natural. Esse ciclo seria compreendido de rivalidade, surgida naturalmente entre grupos distintos (de forma inconsciente), conflito (quando a rivalidade se tornaria consciente) e, mais tarde, adaptação (espécie de mutação, quando os indivíduos tentam ajustar-se a situação da

presença do diferente) e assimilação (quando as diferenças se diluem e os valores que os conformavam distintos são misturados). Ou seja, haveria um ciclo conduzindo a distribuição espacial típica observada e a uma espécie de equilíbrio natural, pois o fim primordial da sociedade seria o controle da rivalidade (COULON, 1995).

A partir dos anos 1970, a perspectiva identificada com a ecológica, tal qual a supracitada, passa a ser lida por um conjunto de analistas, por sua vez identificados com o marxismo, da seguinte forma:

[...] a organização social do espaço é aceita pelos analistas convencionais como inevitável, quaisquer que sejam seus padrões de diferenciação interna. A partir de tal perspectiva, intervenções no espaço servem apenas para exacerbar problemas ao interferir nos mecanismos naturais de auto-ajustamento, que presumivelmente possuem a qualidade de racionalidade transcendente. (Gottdiener, 1993, p. 264).

Contra a leitura da distribuição naturalizada, Gottdiener considera a existência de uma complexa estrutura econômica, política e cultural composta por atores sociais com poderes desigualmente repartidos, dentre os quais cita o setor privado e o Estado. De acordo com ele, é através dessa estrutura que o espaço seria concorrido e produzido, num processo conflituoso de interesses, sem tendência a qualquer busca de, ou obtendo como resultado um equilíbrio natural.

O terceiro aspecto da Escola de Chicago que acho relevante para meus objetivos suscita uma crítica similar. Foi essa escola que colocou no centro da análise do espaço a vizinhança. Ela seria, portanto, unidade espacial de análise. Porém, a percepção da vizinhança como tal, enquanto aliada à ideia de ente isolado e autodeterminado, foi um segundo alvo das críticas pela mesma Sociologia Urbana incorporada em analistas como Gottdiener. Mais uma vez, é reivindicada a dimensão estrutural da determinação dos espaços que não ocorre de forma autóctone no interior das vizinhanças.

Em nossa concepção, uma ciência das formas de espaço de assentamento deve estar baseada num conhecimento da articulação entre a organização social e espaço. Lugares e formas não fazem nada e não produzem nada por si mesmos – somente as pessoas dentro das redes de organização social é que possuem esse poder. (Gottdiener, 1993, p. 265).

Se a afirmação de Gottdiener não é exacerbada e convertida em um estruturalismo sem sujeito é possível entender a postura de Sampson (2011), um dos representantes contemporâneos dos estudos de vizinhança, a qual coloca como um dos objetivos centrais desses estudos justamente a compreensão da articulação entre o lugar de residência e a estrutura social. Assim, seria possível uma compatibilização de perspectivas, ou seja, não perder de vista a estrutura social, e tampouco a dimensão explicativa da vizinhança, já que esta é parte daquela estrutura.

Como ficará claro nos próximos itens, minha análise dos lugares de residência está ancorada na ideia de que apenas é possível compreendê-los em referência à estrutura social. Entendo, a partir de Bourdieu (1999), o espaço físico como um constructo resultado de conflitos incessantes, nem sempre racionais, entre grupos sociais distintos e desigualmente detentores de capitais para aceder a seus objetivos de apropriação do espaço físico e demarcação de posições sociais. O espaço físico, apropriado e disputado, se afigura como mais que um bem material com recursos infraestruturais muitas vezes desigualmente distribuídos entre grupos sociais distintos, ele é também um bem simbólico através do qual um lugar no espaço social é expressado e adquirido.

O ponto em que estamos: abrindo a “caixa preta” dos mecanismos

Como espero ter mostrado com o histórico apresentado no item anterior, que o lugar de residência tem papel na conformação de aspectos variados das condições de vida e bem-estar é um ponto relativamente pacífico investigado desde data longínqua. No entanto, a forma como isso acontece ainda permanece em disputa, por isso, Sampson escreve:

“[...] while the urban ecological tradition has yielded a treasure trove of correlates and the knowledge base of facts is considerable, the social mechanisms and dynamics processes accounting for neighborhood effects have remained largely a black box” (SAMPSON, 2011, p. 46)¹⁴.

¹⁴ “[...] enquanto a tradição dos estudos ecológicos produziram um tesouro de correlações e a base do conhecimento dos fatos é considerável, os mecanismos sociais e os processos dinâmicos que respondem pelos

Assim, a busca pelos mecanismos segundo os quais o lugar tem o papel que se planteia é atualmente uma das principais pautas de pesquisa na agenda de estudos urbanos.

Considerando que entendo a inserção laboral num sentido amplo, envolvendo desde as expectativas de alocação profissional até o efetivo posicionamento no mercado de trabalho, busquei autores que levantaram mecanismos tanto referentes ao desempenho escolar quanto aos resultados no mercado de trabalho.

Partindo de literatura de língua inglesa e de pesquisa própria, Flores (2006) propõe um marco analítico que pretende levar em consideração tanto o que chama de mecanismos de efeitos de bairro, quanto da geografia de oportunidades objetiva e subjetiva. Kaztman e Retamoso (2005), por sua vez, propõem a existência de duas classes de mecanismos, os de tipo instrumental e os de socialização¹⁵. Levando em consideração ambos os estudos e outras pesquisas (por vezes menos claramente identificadas com o objetivo de levantar tais mecanismos, mas que contribuem para o tema), apresento a seguir algumas das mediações de ocorrência na literatura. Foram elas, sobretudo, que me propus investigar em minha pesquisa, embora, como se verá, tenha chegado a níveis distintos de entendimento sobre cada uma.

Agrupei as mediações, ou mecanismos, de maneira um pouco diferente do que fizeram tanto Flores, quanto Kaztman e Retamoso. Distingo duas ordens de mecanismos, aos quais chamei de mecanismos objetivos e mecanismos subjetivos.

A divisão que proponho é também, obviamente, discutível. Como se poderá depreender da exposição que faço a seguir, os mecanismos objetivos são aqueles referentes às possibilidades de mobilidade e à distribuição de oportunidades de trabalho no espaço físico. Os mecanismos subjetivos, por sua vez, são aqueles que envolvem aspectos menos tangíveis, mas que têm efeitos reais sobre a alocação no mercado de trabalho e sobre a formulação de expectativas de futuro profissional. Eles envolvem a socialização e a convivência, seja no interior dos espaços de residência, ou com entidades externas, mas que se referenciam no lugar de residência para estabelecer a relação. No entanto, vale dizer que

efeitos de vizinhança tem permanecido por muito tempo em uma caixa preta” (SAMPSON, 2011, p. 46). Tradução livre.

¹⁵ Os autores advertem que tomam a nomenclatura dessa tipologia emprestada de M. Small e K. Newman, no entanto, os mecanismos que apresentam não são os mesmos destes autores.

eles não partem do sujeito, como a designação “subjetivos” talvez possa sugerir, e sim das relações que estes estabelecem a partir das posições que ocupam no espaço social e que estão demarcadas no espaço físico. Como toda classificação, o que exponho é uma simplificação e por isso limitada, no entanto, parece-me útil como recurso para a apreensão de aspectos complexos da vida social.

a) Mecanismos Objetivos

Existem pelo menos duas maneiras segundo as quais o lugar de residência pode afetar de forma objetiva a inserção laboral. Elas ocorrem pelo padrão de distribuição espacial dos postos de trabalho e através da acessibilidade que é diferenciada segundo os lugares.

No âmbito dos estudos sobre a articulação entre lugar de residência e trabalho, a distribuição espacial do emprego é alvo de investigação principalmente por parte de demógrafos que estudam a mobilidade pendular e economistas em trabalhos que Oliveira (2010) chama de TTWAs (Travel to Work Areas). Existe uma distribuição espacial das vagas do mercado de trabalho que faz variar as oportunidades dos habitantes de uma região de acordo com o lugar específico que residem. Isso proporciona vantagens ou desvantagens locais aos habitantes dependendo da subárea em que vivem e da demanda nela por trabalhadores com as características específicas que possuem.

Esse mecanismo foi alvo de investigação por Gomes e Amitrano (2005), num estudo para a Região Metropolitana de São Paulo em que demonstraram a assimetria por áreas de ponderação¹⁶ entre o montante dos postos formais de trabalho e o volume da PEA (População Economicamente Ativa) moradora. Os autores encontraram a maior concentração de postos formais de trabalho por moradores nas áreas centrais da região e a maior escassez de postos por moradores nas áreas do extremo leste. Esses resultados coincidiram com a distribuição espacial das taxas de desemprego, maiores no extremo leste, e que, por sua vez, foram calculadas tendo sido controladas as características

¹⁶ Uma área de ponderação é a menor unidade geográfica para a qual o censo demográfico é capaz de oferecer informações constantes no questionário de amostra.

sociodemográficas classicamente conhecidas como interferentes. Sendo assim, as pessoas teriam probabilidades desiguais de estar em condição de emprego/desemprego dependendo de seu local de moradia.

Kaztman e Retamoso (2005) levantam ainda um aspecto específico com relação à população que possui baixos índices de capitais. Segundo eles, a população de baixa qualificação escolar está atualmente muitas vezes empregada no setor de serviços pessoais. Quando o espaço físico está hierarquicamente distribuído entre grupos sociais de forma que se localizam em áreas opostas de residência, a população de empregados no setor de serviços pessoais se desloca diariamente para os distantes locais onde a riqueza e os postos de trabalho, a ela acessíveis, se concentram. Além disso, segundo estes mesmos autores e Flores (2006), no caso de lugares de residência muito isolados, dados os baixos salários auferidos em postos neste setor, a probabilidade de empregar-se estaria afetada pelo custo do transporte. Assim, nas palavras de Oliveira (2010), esse tipo de trabalhador está mais “preso” ao lugar de residência, o que reduz seu escopo de oportunidades de trabalho.

Não se pode esquecer ainda que quando a distância entre local de residência e trabalho é grande, a experiência da jornada diária de trabalho¹⁷ do empregado é negativamente afetada por viagens longas. Um dos poderes mais importantes que a posse do capital territorial proporciona é o poder sobre o tempo, pois é um poder sobre a própria vida.

No entanto, o isolamento é o resultado não apenas da distância física a outros pontos do espaço, mas também das possibilidades de deslocamento. Nesse sentido, também levanto a questão da acessibilidade aos locais de trabalho e aos meios de transporte.

Como parte dos serviços regulados por instituição pública, pode-se estender aos transportes coletivos públicos e ao que envolvem (como as vias de trânsito) o raciocínio geral sobre a distribuição da infraestrutura em espaços hierarquicamente organizados. Como argumentam Bonduki e Rolnik (1979) e Marques (2005a), o oferecimento da infraestrutura alcança por último as pessoas que estão posicionadas em lugar periférico da estrutura social, ou sua apropriação entra em um ciclo vicioso, no qual os espaços

¹⁷ Quando falo em jornada diária de trabalho estou fazendo alusão ao tempo que o trabalhador passa em trânsito e no próprio trabalho (Oliveira, 2010).

socialmente periféricos, e seus residentes, são continuamente deslocados quando a renda diferencial da terra que habitam aumenta. Sendo assim, a distribuição da possibilidade de mobilidade cotidiana no espaço é desigual, colocando em desvantagem certos espaços e seus residentes na hora de buscar e manter seus empregos. Os moradores de lugares onde há problemas com o deslocamento estão, por exemplo, mais sujeitos à atrasos, e, portanto, sofrem mais com as consequências que isso acarreta diante do empregador. Além disso, tais problemas podem implicar jornadas diárias de trabalho mais cansativas com as limitações que isso proporciona em outras esferas da vida, inclusive a busca por melhorias na qualificação profissional.

b) Mecanismos Subjetivos

Redes Sociais

De acordo com Guimarães, Brito e Silva (2010), o mínimo denominador comum entre as pesquisas em sociologia, demografia e economia que estudam o trabalho foi por muito tempo, o foco no mercado de trabalho, entendido como o momento em que demandantes e ofertantes da força de trabalho encontram-se. No entanto, afirmam que na década de 1970, com Mark Granovetter, abriu-se uma linha de investigação interessada numa espécie de “antessala” desse momento, a intermediação das oportunidades de trabalho.

Passou a estar em pauta a maneira como as pessoas obtêm informações sobre o trabalho. Hoje se sabe que a obtenção dessas informações mobiliza recursos variados. Eles são desde as redes de relações dos espaços de sociabilidade das pessoas até espaços diretamente voltados para a mercantilização da informação, como as agências de empregos. A pesquisa conduzida pelo trio de autores supracitado mostrou que de seis capitais brasileiras, cinco tinham na busca de informações entre parentes e amigos a principal via de acesso às informações. Sendo que a capital do estado de São Paulo é uma dessas cinco cidades.

Dada a importância que as redes de relações têm para a obtenção de empregos nas cidades brasileiras e, sendo o bairro, um espaço de sociabilidade importante, sobretudo para grupos vulneráveis à exclusão social (Kaztman e Retamoso, 2005), a vizinhança conforma um conjunto de informações disponíveis e, com isso, de oportunidades de trabalho acessíveis (Flores, 2006; Kaztman e Retamoso, 2005). Portanto, a probabilidade de se estar em situação de empregado/desempregado e até mesmo o tipo de ocupação acessível está relacionada, dentre outros fatores, às informações que circulam no âmbito das redes sociais locais.

Assim, por exemplo, lugares com altas taxas de desemprego tenderiam a reproduzir essa situação laboral devido ao tipo de informação que no interior deles circula. Ao passo que, quando há informações sobre trabalho circulando no local de residência é mais provável aceder a um posto. Este argumento é extensível ao tipo de ocupação acessível. Ele está, em certa medida, circunscrito pela dimensão local da experiência. Nesse sentido, locais homogêneos em situação, tipo e setor de ocupação, seriam menos favoráveis à empregabilidade e à variabilidade de potenciais empregos que os locais heterogêneos (Kaztman e Retamoso, 2005; Kaztman e Filgueira, 2006; Flores, 2006).

Guimarães, Brito e Silva corroboram o argumento apresentado no parágrafo anterior:

Assim, a posição (na estrutura social) dos contatos acionados pelos indivíduos em sua busca de empregos, e não apenas seus atributos pessoais, poderia definir não somente a possibilidade de vir a encontrar trabalho, tal como documentado por Granovetter (1985), mas a qualidade do emprego a ser obtido e, por essa via, as chances de realização socioeconômica e mobilidade individual (DEGENNE et al., 1991; HSUNG; LIN; BREIGER, 2009; LIN, 2001) (2010, p. 91).

Por sua vez, incluindo a dimensão espacial, e controlando os atributos pessoais utilizados nas análises econômicas neoclássicas de segmentação do mercado de trabalho, Gomes e Amitrano afirmam: “[...] as pessoas moradoras de áreas mais pobres têm menos chances de estar empregadas não só porque residem em áreas com pequena oferta de emprego, como também porque estão inseridas em “comunidades” com baixo capital social, por assim dizer” (2005, p. 192).

Por fim, partindo dessa perspectiva, Gomes e Amitrano fazem a sugestão de que sejam criadas agências de emprego em áreas de maior concentração de população com baixa escolaridade e renda. Dessa maneira, acreditam que se poderia auxiliar a sanar a deficiência de informações sobre trabalho característica dessas áreas.

Efeito de pares, modelos de papéis, filtro de percepções

De acordo com Kaztman e Retamoso (2005), o espaço da vizinhança é um dos mais importantes lugares de socialização. Eles entendem que, sob certas condições, a proximidade física entre as pessoas é capaz de produzir encontros fortuitos que ensejam a formação de redes (ou “tramas”, nos termos de Kaztman e Retamoso) e a circulação de capitais em seu interior. Estes capitais são de diversos tipos e não somente constituem-se em informações sobre trabalho.

Para Kaztman e Retamoso, e Kaztman e Filgueira (2006), os bairros ocupados por populações vulneráveis à exclusão social tendem a ter maior influência nos hábitos e expectativas das pessoas. Isso ocorreria porque a exclusão social (que em sociedades de mercado se dá, sobretudo, pela ausência de capital financeiro, auferido pela maioria de nós através do mercado de trabalho) é um processo de esvaziamento das fontes de construção de identidade e reconhecimento. Quanto menos fontes de identidade e reconhecimento se tem acesso, mais o entorno imediato assumirá o papel de fonte principal. No entanto, essa influência estaria afetada por algumas características da vizinhança, como o nível de seguridade e o *status* social do bairro. Segundo eles, dependendo da seguridade e posição social que enxerguem o bairro em que residem, os habitantes tendem a ter maior ou menor abertura às influências do entorno. Essa possível centralidade corrobora a importância de mecanismos de socialização internos a vizinhança.

Um desses mecanismos é o que Flores (2006) apresenta sob o nome de “efeito de pares”. De acordo com Flores, é a ideia de que os comportamentos dos indivíduos são uma imitação do comportamento de outros indivíduos próximos. Esse mecanismo exerce efeitos na adolescência e infância, sendo o próximo, portanto, o vizinho de idade similar. Como mecanismo de socialização, trata-se de uma hipótese sobre o processo de

aprendizagem. Na exposição de Flores, esse processo se dá, nos termos da autora, por “contágio”, “epidemia”: “Bairros onde a pobreza se concentra concentram também problemas de disciplina e condutas de risco – vício de drogas e crimes –, atitudes legitimadas entre as crianças, que são contagiadas na medida em que desenvolvem a própria identidade” (FLORES, 2006, 199). Assim, com respeito à inserção laboral esse mecanismo teria influências na conformação de expectativas de futuro profissional e comportamentos de adesão ou deserção do investimento pessoal na formação educacional.

Outro mecanismo de formulação muito similar a de efeito de pares é o que Flores (2006), Kaztman e Filgueiras (2006), Kaztman e Retamoso (2005), chamam de “modelos de papéis”. Ele se refere ao comportamento aprendido por crianças e jovens tendo como referência não um par, mas um adulto modelo. Os adultos passam às crianças e aos jovens a expectativa do que podem ser no futuro. Por isso, quando a experiência do desemprego é muito recorrente num espaço, não há modelos a serem seguidos, nem exposição à ética do trabalho. Assim, tanto o sistema de expectativas quanto a adesão à ética do trabalho ficam debilitados nas gerações mais jovens. Kaztman e Retamoso utilizam o mesmo argumento com referência às expectativas entre os adultos e falam na expansão do desalento¹⁸ no caso de lugares de residência em que os modelos são débeis.

Num sentido similar aos outros dois mecanismos de socialização até aqui mencionados, Flores também fala do “filtro de percepções”, mas nesse caso as fontes de ensinamento são mais diversificadas do que no caso dos modelos de papéis e efeito de pares. Segundo essa noção, as oportunidades acessíveis são determinadas pelo que se reconhece. Existe um sentido objetivo nessa afirmação, afinal, se algo não aparece não pode ser objeto de escolha. No entanto, há também uma dimensão que se refere à conformação da capacidade de perceber e aspirar a.

De acordo com Flores (2006), neste mecanismo a maneira através da qual se conhecem as oportunidades são principalmente as redes locais e os meios de comunicação de massa. As aspirações vistas como possíveis e desejáveis são aquelas que circulam nos

¹⁸ O desemprego por desalento ocorre quando o indivíduo simultaneamente não trabalha, não busca emprego, mas manifesta o desejo por trabalho. Na classificação da Fundação SEADE, a ausência da busca por emprego deve estar vinculada a problemas de saúde, recursos financeiros que permitam a busca, ou a percepção desfavorável do mercado de trabalho que desestime a procura por trabalho.

meios a que se tem acesso e reforço, um dos quais, a vizinhança. Mais uma vez, aqui o que se planteia é a ideia de que, através desse mecanismo, se conformam expectativas de futuro profissional.

Estigma e Socialização institucional diferenciada

É quase consensual entre aqueles que estudam efeitos de lugar que o mecanismo do estigma é uma das formas através das quais os efeitos operam. No âmbito das relações laborais, argumenta-se que alguns diferenciais podem ser parcialmente produzidos pela existência de estigmas (Kaztman e Retamoso, 2005; Almeida, D'Andrea e Lucca, 2008; Andrade e Mendonça, 2010; Borges e Carvalho, 2012). Isso ocorreria em função de que, na contratação, aqueles residentes em áreas estigmatizadas teriam menos chance do que aqueles residentes em áreas não estigmatizadas.

Para Goffman (1988), o estigma é uma falta de correspondência entre aquilo que se espera encontrar em uma pessoa plena e aquilo que efetivamente se encontra. Portanto, para haver estigma é necessária uma discrepância entre o que chama de identidade social virtual (plena) e identidade social real (parcial), e, além disso, que essa discrepância seja capaz de, nas relações, produzir um descrédito de quem a apresenta, impedindo o estigmatizado de participar da vida social como membro do grupo. Portanto, o estigma é um sinal, visível ou passível de conhecimento, que aponta uma falta que desabilita o estigmatizado a vida com os demais.

Lugares de residência habitados pelos que apresentam baixos índices de capitais podem apresentar características que funcionam como sinais de descrédito. Um dos quais, a irregularidade urbanística, no caso brasileiro. Nos E.U.A, por exemplo, a residência em moradias subsidiadas pelo governo (public housing) é que são entendidas como sinal de falta. (Wacquant, 1999; Wacquant, 2007).

Como expressou Wacquant (2007), é notável que Goffman não tenha mencionado o lugar de residência como uma das “incapacidades” que produzem desqualificação a ponto de alterar negativamente a participação plena na vida social. Ainda mais notável se torna se considerarmos que Goffman praticamente abre o livro *Estigmas*:

notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, com a seguinte afirmação “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontradas¹⁹” (Goffman, 1988, pp. 11-12).

Como dito, há estigmas imediatamente visíveis e aqueles passíveis de conhecimento, nas palavras de Goffman, estes são o desacreditado e o desacreditável. Em cada caso, a manipulação do sinal no momento do encontro com o outro em prol da busca por aceitação enseja distintas estratégias.

Segundo Wacquant (2007), o estigma territorial coloca questões específicas, pois é mais facilmente dissimulável, ou mesmo expurgável, através da mudança de residência. Portanto, ele é do tipo desacreditável. Assim, pessoas que residem em áreas estigmatizadas por vezes escondem seus endereços, evitam visitas de conhecidos, frequentemente dão desculpas pela moradia nessas áreas ou utilizam recursos que as distanciam da micro sociedade local que é a vizinhança (Wacquant, 2007). Essa manipulação estabelece por sua vez uma espécie de difamação lateral, como forma de proteção da identidade pessoal. O local de residência degrada o morador simbolicamente e ele degrada o local de residência em retorno (Bourdieu, 1999).

Quando o sinal de degradação é amplamente conhecido, se processa o reforço em diversos níveis de relação e não apenas nas relações que se estabelecem entre os moradores do lugar degradado. Segundo Wacquant (2007), uma vez que uma área é publicamente rotulada com sinais negativos, sobretudo relacionados a atividades ilegais, é mais fácil para o poder estatal intervir com regime de exceção, com violação de direitos civis. O que, da mesma maneira que ocorre com a degradação lateral, pode ter o efeito de ampliar a estigmatização. Nesse sentido, Bauder (2002), propõe a existência de uma socialização institucionalizada para a “desposseção”. O processo de degradação da identidade aconteceria ao longo da história de vida através não apenas de movimentos

¹⁹ Grifo meu.

locais, como a degradação lateral em busca da proteção da identidade pessoal, mas também de instituições.

A socialização institucional diferenciada consiste no ensinamento, através das instituições que atendem áreas ocupadas por populações detentoras de baixos atributos de capitais (sobretudo crianças, no âmbito da escola) de uma perspectiva de “desposseção”. Assim, por exemplo, crianças residentes em áreas onde a média educacional é baixa serão socializadas institucionalmente como crianças não funcionais para a educação universitária (Flores, 2006). Isso irá criar a perspectiva da “desposseção” de forma internalizada, o que é, entre os pedagogos, comumente conhecido por de profecia “autorrealizadora”. Esse mecanismo seria parcialmente responsável por baixas expectativas de futuro profissional entre crianças e jovens residentes em áreas de baixos índices de capitais.

Reafirmando a vizinhança como constituída na relação com a estrutura social

Quando se fala, por exemplo, em distribuição desigual de meios de transporte ao longo do espaço físico e se tem em mente que este espaço está repartido de forma também desigual entre grupos sociais, a relação entre mecanismo e estrutura social é bastante evidente. Que a distribuição desigual de bens materiais seja entendida com referência a uma estrutura social é intuitivo, mas que a distribuição desigual de saberes e visões de mundo guarde a mesma relação com essa estrutura parece menos evidente.

A leitura marxista do mundo a partir das lutas de classes é bastante enraizada. Em sua formulação clássica, ela percebe a estrutura social a partir de duas classes, que se definem por referência a posse de um bem, *grosso modo*, material, os meios de produção. Assim, existe a burguesia, detentora dos meios de produção e o operariado, alienado dos meios e do produto de seu trabalho. No entanto, quando o assunto é a socialização, o que se tem é também uma distribuição desigual de saberes, de visões de mundo, bens imateriais, e que isso ocorra em referência a uma estrutura social não é tão óbvio. Existe um efeito de naturalização em torno desses aspectos que torna necessário afirmar sua referência na estrutura social.

A palavra socialização pode designar o processo de aprendizagem de uma forma genérica. Mas para alguns cientistas sociais, a exemplo de Bourdieu, ela designa a aprendizagem que ocorre para a incorporação de uma posição social. Nos estudos sobre efeitos de lugar, quando esse termo não é assim considerado, levanta-se a possibilidade de que os mecanismos de socialização sejam entendidos como autóctones à vizinhança, o que, como mencionei, é uma visão que já atravessou os estudos de lugar, na época em que foram empreendidos pela chamada Escola de Chicago. Essa percepção inclusive, parece atravessar a antítese da tese da desorganização social, pois, esta tese é refutada com base no argumento de que as vizinhanças possuem formas de organização social próprias. Portanto, entendo que a crítica de Gottdiener precisa ser relembada quando se fala da socialização. Os lugares e formas em si não produzem nada “[...] somente pessoas dentro das redes de organização social²⁰ é que possuem esse poder.” (Gottdiener, 1993, p. 265).

Admitir a necessidade de não se perder de vista esta crítica não nega a percepção de que existam mecanismos de socialização que atuam em nível das vizinhanças, assumindo conteúdos também específicos a elas. Mas também não invalida o fato de que estes mecanismos e a vizinhança propriamente dita, mesmo em sua especificidade, se constituem na relação e como parte de uma estrutura social que atravessa a sociedade. Uma vizinhança, seja qual for, é parte de um todo, e se define na relação com ele, nunca à parte.

Entendo, portanto, que para me apropriar devidamente dessa perspectiva sobre a vizinhança e a estrutura social é preciso considerar uma formulação que contemple o processo de socialização com referência à estrutura. Há quem considere que Pierre Bourdieu empreendeu a tentativa de operar essa teorização, e que a logrou com o mérito de conservar a capacidade criativa dos sujeitos, sem entender, portanto, que o aprendizado é um processo mecânico ou natural de internalização de uma estrutura. Assim, de acordo com Ortiz (1983), a problemática teórica central desse autor é justamente a reconciliação entre uma perspectiva que leve em conta as experiências dos indivíduos e aquela que constrói as relações em referência às estruturas. Ou seja, a reconciliação da ideia da existência de um

²⁰ Grifo meu.

sujeito ativo e criativo, que experimenta o mundo e o constrói, ao mesmo tempo que detentor de uma estrutura social incorporada.

A teoria de Bourdieu comporta pelo menos dois conceitos-chave de interesse para compreender o processo de socialização com referência à estrutura social, o de *campo* (ou espaço social) e o de *habitus*.

O *campo* (ou espaço social) é, como em outro momento mencionei, um justaposto de posições definidas em relação umas as outras. A posição ocupada por um agente ou grupo social em um *campo* está de acordo com a posse em qualidade e quantidade de capitais diversos. Esses capitais podem ser desde bens materiais, como o território, até bens imateriais como o capital linguístico. Devido a essa desigualdade de distribuição, o *campo* se caracteriza pela existência de dominantes e dominados.

Há constantemente lutas pela apropriação de capitais ou para redefinição dos capitais que legitimam as posições (RAUD, 2007). Nesse sentido, Bourdieu (2011), exemplifica com as disputas em torno de diplomas e do valor que assumem para o alcance de cargos profissionais. Segundo ele, a expansão da escolarização na França, proporcionou uma espécie de “inflação” de diplomas. Os cargos que os diplomas garantiam no passado já não podem mais ser garantidos exclusivamente através deles. Assim, certas estratégias de acesso aos mesmos cargos são utilizadas pelos grupos que no momento anterior os detinham pela simples posse do capital escolar. Uma delas é o uso mais intensivo do capital social²¹. Neste exemplo, o capital escolar tem sua centralidade deslocada para definição da posição social, aqui tomada como a ocupação de um cargo profissional. Em certa medida redefine-se o capital que dá acesso ao cargo. Também se redefine o valor do capital escolar, entendido nesse exemplo, como o diploma.

Os capitais, que posicionam no *campo*, existem enquanto realidade objetiva. Por exemplo, viver em um ponto x ou y de uma cidade é uma realidade material, o território é um capital material, porém, eles também existem de forma incorporada,

²¹ O capital social aqui é entendido no sentido que se depreende do seguinte excerto: “[...] *capital social*: capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer “apoios” úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade e, por conseguinte, de sua clientela, além da possibilidade de servir de moeda de troca, por exemplo, em uma carreira política.” (Bourdieu, 2011, p. 112).

internalizada. Com respeito ao lugar de residência, Bourdieu (1999) fala da possibilidade de ocupação física de um espaço, sem a ocupação social do mesmo, pela ausência de recursos do tipo material ou incorporados.

Pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente falando se não se dispõem dos meios tacitamente exigidos, a começar por um certo hábito [...]. Sob a pena de se sentirem *deslocados*, os que penetram em um espaço devem cumprir as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes. Pode ser a posse de um certo capital cultural, cuja ausência pode impedir a apropriação real dos bens ditos públicos ou a própria intenção de se apropriar deles. (Bourdieu, 1999, p. 165).

Esse descompasso entre habitar fisicamente, mas não socialmente é o responsável pelo deslocamento. Ele pode ser sentido, por exemplo, quando se entra em um ambiente ao qual não se está habituado ou onde algo nos marca como atípicos. E sendo ou não sentido, é também o responsável por inviabilizar a participação efetiva no ambiente, impossibilitando o estabelecimento de contatos e trocas de capitais. Pode-se pensar, por exemplo, na entrada em um país estrangeiro, onde a ausência do capital linguístico impede a participação efetiva. Mas também, como Bourdieu sugere, nas próprias instituições ditas públicas. Muitas delas são inacessíveis, pois se quer é conhecida sua existência, como acontece às vezes com as universidades públicas.

Por sua vez, a incorporação da realidade objetiva é o que Bourdieu designa por *habitus*. O *habitus* é propriamente um conceito teórico sobre o processo de socialização e da prática enquanto, respectivamente, aquisição e expressão de um lugar social. Ele é a mediação entre o agente e a sociedade. Enquanto a sociedade se deposita no agente, este a exterioriza em suas ações de maneira criativa. É um estruturador de comportamentos, sentimentos e pensamentos, estruturado pelo meio e que atua como estruturante do mesmo. Wacquant (2004b) oferece uma analogia bastante elucidativa para o conceito, a gramática gerativa de Noam Chomsky. Nessa noção os sujeitos falantes dominam as regras gramaticais, por isso são capazes de produzir sentenças de acordo com elas, mas de maneira impensada e inventiva, não obstante, previsíveis quanto a sua forma básica. O resultado de uma situação do mundo percebida através do *habitus*, com sua dimensão criativa e ao mesmo tempo estruturada, é a prática (Wacquant, 2004b; Bourdieu, 2011). Assim, a ação

humana não é uma atitude de devolução mecânica, ou natural, que o meio inculca. Nem é o resultado da perseguição intencional de objetivos individuais ou da mera execução de regras objetivas, externas a quem executa (Bourdieu, 2011).

Como realidade que foi incorporada, o *habitus* tem referência nas experiências do sujeito. Para Bourdieu (2011), a experiência primeira tem lugar de destaque, pois toda aquisição passa pelo prisma das primeiras experiências pedagógicas e ganha sentido através delas. O mundo é conhecido e, então, reconhecido com base nas categorias de conhecimento. Por isso, a história do agente é importante.

Por ter como substrato as experiências, e por elas serem ao mesmo tempo individuais e partilhadas, o *habitus* tem realidade individual e social. A internalização do exterior ocorre de maneira subjetiva, cada trajetória de vida é única. No entanto, existe certa homogeneidade dos *habitus* subjetivos pelo compartilhamento da experiência de mundo com outros que se posicionam no mesmo ponto do *campo*, portanto, que fazem parte de um mesmo grupo. O *habitus* individual é uma “variante estrutural” do *habitus* do grupo social do qual o agente faz parte. (Ortiz, 1983) (Wacquant, 2004b).

Mas apesar de ser construído com base em experiências objetivas, o *habitus* é “história tornada natureza” (Bourdieu, 1980/1990, p. 56 *apud* Wacquant, 2004b, p. 3), experiência internalizada, tornada sujeito. Por ser história, engendrada a partir das experiências e não inato, é produto de uma conjuntura e isso o torna transponível, mas por dissimular-se em natureza, é durável.

Como disse no começo deste item, a ideia de que visões de mundo, perspectivas e saberes têm fundamento na estrutura social é menos intuitiva do que a noção de que bens materiais o têm. Isso acontece porque estabelecer esse fundamento significa admitir que algo que é internalizado tem raízes numa realidade exterior.

Nesse ponto, acredito que poderia ser retomada a distinção entre diferença e desigualdade. Embora ambas sejam palavras que contrastam com igualdade, têm sentidos distintos. A diferença é distinção com base numa característica de essência, enquanto a desigualdade é distinção com base numa característica criada conjuntamente. Na medida em que as essências não podem ser mudadas, a dissimulação de uma desigualdade em diferença torna essa desigualdade mais rígida e difícil de ser transposta. Segundo Barros

(2005), o processo de abolição da escravidão no Brasil foi justamente a reconversão da escravidão em uma desigualdade, já que foi, por algum tempo, representada como diferença, a ausência de alma. Os empecilhos para libertar um ser humano que a história converteu em escravo são, sem dúvida, menores do que aqueles que se impõem quando se pretende dar esse *status* a um ente sem alma. O *habitus* é uma internalização da estrutura social que ocorre a partir da realidade exterior, por ser internalizado se dissimula muitas vezes em essência, mas é, como todo produto de conjuntura, desigualdade, condição.

Campo e habitus se relacionam de forma circular. Certa posição no *campo* leva a um conjunto possível de experiências que engendram um determinado *habitus*. Por sua vez, certo *habitus* permite a posse subjetiva de uma posição no *campo*.

Se a prática, ou ação, é estruturada por meio da posição no campo, e do *habitus* enquanto *campo* internalizado, a interação também é. Não existe “um” que entra em relação com “outro”, mas agentes ou grupos que entram em relação desde uma posição na estrutura social.

O lugar de residência, enquanto propriedade de agentes, está posicionado socialmente na estrutura social e, por isso, se relaciona com o todo a partir dessa posição (Bourdieu, 1999). Se há uma distribuição desigual de capitais materiais no espaço físico que confere aos lugares de residência distintas infraestruturas é porque, no mais das vezes, esses lugares tem uma posição correspondente no espaço social que lhes confere possibilidades diferenciadas de luta pela apropriação de bens e serviços. Se o espaço físico é distribuído não aleatoriamente, permitindo o reconhecimento de padrões de espacialização de grupos sociais, e isso conduz a possibilidades distintas de conformação de redes de informações é porque a estrutura social está manifestada nesse espaço físico.

Se há mecanismos de socialização específicos das vizinhanças é porque há socializações específicas para grupos sociais específicos. E se o resultado da socialização aparece, sob certa perspectiva, como natureza, é porque quando a estrutura social, produto das condições materiais, é internalizada, acaba por dissimular-se.

Capítulo II: A Região Metropolitana de Campinas, População e Mercado de Trabalho

O que se expôs no capítulo anterior foi a ideia de que em sociedades onde o espaço social é hierarquizado, o espaço físico se reparte de forma não aleatória, seguindo os parâmetros dessa hierarquia, embora, às vezes isso ocorra de maneira não imediatamente evidente. Também se defendeu que essa situação conforma realidades distintas nos subespaços para os grupos sociais que os habitam. Distinções que ocorrem na ordem das condições materiais, da convivência e também da socialização, entendida como a aprendizagem para aquisição de uma posição no espaço social. Isso provoca diferenciais na inserção laboral das pessoas, pois de acordo com o lugar em que vivem experimentam o mundo, inclusive o mundo do trabalho, sob determinadas condições inscritas no lugar de residência. Do ponto de vista cotidiano esses diferenciais se engendram através de um conjunto de mecanismos que ainda seguem em uma espécie de “caixa preta”, mas sobre os quais já se esboçam na literatura especializada algumas proposições.

A proposta deste capítulo é dar atenção ao fato de que ao longo da história certas características sociodemográficas foram associadas a posições no espaço social. No que tange aos resultados no mercado de trabalho, os estudos econômicos neoclássicos apontam para a relevância das associações que ocorrem com as variáveis raça/cor, sexo, idade, escolaridade e, por vezes, condição migratória. Como se sabe, essas associações ocorrem em parte devido a práticas discriminatórias no mercado de trabalho (Pochmman, 2006). No caso exclusivo da escolaridade, também em função da defasagem entre demanda e oferta do tipo de força de trabalho disponível. Além de ocorrerem devido à existência de variáveis intervenientes nem sempre conhecidas ou levantadas, como, por vezes, o próprio lugar de residência. Contudo, o que há de mais importante é que certas características sociodemográficas são capazes de fornecer indicações sobre o possível desempenho das pessoas no mercado de trabalho.

Essas características também não se distribuem aleatoriamente no espaço físico. Por isso, sua distribuição é capaz de fornecer indícios sobre a experiência típica de inserção laboral que os lugares estão mais propícios a comportar. Sendo assim, a própria

composição sociodemográfica dos lugares, se não é propriamente um mecanismo através do qual o espaço exerce influência sobre a inserção laboral é, sem dúvida, um importante componente destes mecanismos. Isso porque na medida em que a composição delimita a experiência típica de inserção dos lugares, pode alterar, por exemplo, as informações sobre trabalho a que se tem acesso e também as expectativas de desempenho futuro.

Considerando o que se disse no parágrafo anterior, um dos objetivos específicos desse capítulo é apresentar a composição sociodemográfica da população economicamente ativa (PEA) em quatro “subespaços” da Região Metropolitana de Campinas. Em seguida são apresentadas taxas de ocupação estratificadas segundo esses “subespaços” e as características sociodemográficas referidas. Esse segundo passo tem duplo objetivo. Primeiro, permite visualizar a direção da influência que as diferenças nas composições sociodemográficas dos “subespaços” introduzem na inserção laboral. Segundo, pela possibilidade de comparação dessas taxas de ocupação em distintos subespaços esse passo permite ter indícios de que para além da composição das áreas outros fatores influem para distintos desempenhos laborais. Quais sejam, os mecanismos apresentados no capítulo anterior.

Além da descrição da composição da PEA e das taxas de ocupação, também se apresenta dados que qualificam a situação de ocupação nos “subespaços”. Com o objetivo de mensurar propriamente o grau em que o lugar de residência se associa com a inserção, controladas as características sociodemográficas, se apresenta ao final do capítulo os resultados de um processo de modelagem.

Este capítulo também comporta, em sua abertura, uma apresentação panorâmica da RMC, necessária para melhor situar as informações anunciadas nos parágrafos anteriores. Ainda, apresenta-se um item que visa esclarecer brevemente o marco teórico e o processo de elaboração dos mencionados “subespaços” ou, mais propriamente, Zonas de Vulnerabilidade. Afinal, essa estratificação ao mesmo tempo espacial e social é amplamente utilizada a partir deste capítulo II.

II.1. Apresentando a RMC

Uma metrópole rica, [...]

Legalmente a Região Metropolitana de Campinas foi instituída em 2000, pela Lei Complementar Estadual nº 870. Ela é composta por dezenove municípios, que são: Campinas, Monte-Mor, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Santa Bárbara D' Oeste, Americana, Paulínia, Cosmópolis, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Pedreira, Valinhos, Vinhedo, Itatiba e Indaiatuba. Os primeiros resultados do Censo 2010²² revelaram uma população total de 2.797.137 habitantes.

Estudos sobre a região entendem que sua configuração econômica tal qual hoje se apresenta começa a se desenhar ainda no século XIX. Segundo Semeghini (2006), durante a economia cafeeira o município de Campinas rivalizava a centralidade econômica e populacional com São Paulo. A capital do estado passou a ser a “metrópole do café” apenas na metade da década de 1880.

Campinas se destacava por ser o local de onde partiam duas das principais vias de escoamento do café do estado, as ferrovias de Mogiana e Paulista. Também por ter recebido, desde aquela época, indústrias, as de máquinas e equipamentos de beneficiamento de café. Além de ter sido um dos primeiros municípios a experimentar o trabalho livre. Ainda no século XIX, é relevante dizer que ao lado das grandes fazendas que consolidaram Campinas, outras pequenas e médias propriedades se desenvolveram com produção mais diversificada, essas mais tarde deram origem a alguns dos municípios que compõem hoje a RMC. Essa conformação “precoce” de infraestrutura viária, experiência com o trabalho livre, existência industrial e diversificação da produção agrícola foi diferencial para

²² Embora o Censo de 2010 seja citado eventualmente neste trabalho ele não foi uma das fontes principais de informações. Isso ocorreu porque no momento em que a maior parte desta pesquisa se desenvolveu os microdados não haviam sido divulgados pelo IBGE, nem haviam, obviamente, sido apropriados por outros autores. No entanto, as informações constantes no levantamento bibliográfico que informa este cenário panorâmico, e que usam dados que chegam até o ano de 2000 (ano censitário), são elucidativas a respeito das especificidades da RMC, que tem conformação histórica. O perfil mais recente da região ficou por conta de dados datados do ano de 2007, sobre os quais se apresenta esclarecimentos em outro momento deste capítulo II.

consolidação atual da RMC como uma região dinâmica que rapidamente se adapta aos reveses na economia.

No entorno da ferrovia Paulista, com a crise do café, no final da década de 1930, o plantio foi rapidamente expurgado e a implantação de indústrias e outras culturas ocorreu, adensando a população da área. Foi neste espaço que a rodovia Anhanguera foi construída, no final dos anos 1940.

Na década de 1950, a região que hoje é a RMC, foi a única do interior a atrair indústrias em escala relevante, pois o restante do estado perdeu com a polarização do processo de industrialização na capital. A atuação do governo com o Plano Nacional de Metas, instituído entre os anos de 1956 e 1960, foi decisiva para tanto. Segundo Fernandes, Brandão e Cano (2002), foi neste período que o setor industrial sofreu uma verdadeira transformação qualitativa passando a se concentrar em setores mais dinâmicos, o que persiste nos dias de hoje. Com isso, no final da primeira metade do século XX, a cidade de Campinas já apresentava desempenho econômico notável e indicadores relativamente elevados de qualidade de vida (SEMEGHINI, 2006).

A partir de 1970, com a desconcentração industrial da capital, se intensifica ainda mais a implantação de estabelecimentos industriais na região. Muitos deles se dispõem ao longo da rodovia Anhanguera, começando na capital do estado e atravessando a RMC. Nesta região, a maior parte das indústrias está entre Campinas e Limeira, passando por Sumaré, Hortolândia e Americana. No entanto, como esse espaço vinha sendo ocupado por indústrias desde 1950, em 1970 já apresentava sinais de saturação, assim outras rodovias tiveram a partir daí o mesmo destino, comportar estabelecimentos industriais as suas margens. Nesse sentido, são também importantes a Santos Dumont, segundo eixo fabril (ligando Campinas a Indaiatuba), a ligação entre Campinas e Paulínia (município que sedia usinas e refinarias), a ligação entre Campinas, Sumaré e Monte-Mor e a rodovia Dom Pedro I (que corta Campinas ao norte e liga a Anhanguera à via Dutra, passando por Itatiba). Nesta última e na rodovia de Mogi-Mirim se concentram as indústrias de alta tecnologia, estando próximas a duas universidades destacadas, Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e PUCC I (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) (SEMEGHINI, 2006).

Portanto, desde longa data o desempenho econômico da região é notável. O aparato industrial está hoje, em grande parte, em setores dinâmicos e de alta tecnologia, o que exigiu também um desenvolvimento científico, suprido atualmente por instituições como o CPqD, Unicamp, CTI e outros. Tudo isso, por um efeito de mercado, induziu a implantação de pequenos e médios fornecedores de insumos na área, além de uma ampliação e diversificação de outros setores, pois há uma demanda intensa por comércio e serviços diversos (STOCO, 2011). A sofisticação atual do setor terciário é de tal ordem que Semeghini (2006) afirma que ele já atende áreas que ultrapassam a metrópole, incluindo nestas, Sorocaba, Mogi-Mirim e sul de Minas Gerais. Atendimento que ocorre tanto através de serviços voltados para empresas (consultorias, propaganda, etc.), quanto de serviços pessoais (médicos, dentistas e serviços ligados a entretenimento, hotelaria, alimentação). Por fim, além do desempenho positivo do setor secundário e terciário, a partir de 1960, a RMC também se destaca pela evolução da agricultura, avicultura e rebanho leiteiro, se especializando em bens exportáveis, produtos modernos e rentáveis.

Cabe dizer também que tal qual o que ocorre no restante do território nacional, o que se observa na RMC é um sistema produtivo compósito. Persistem formas de produção arcaicas que se imiscuem com modernas. A exemplo, respectivamente, de situações extremas como a transferência do processo produtivo do espaço fabril para as residências (ANTUNES, 2006) e os polos tecnológicos. Essa configuração também é chamada de heterogeneidade estrutural e caracteriza o processo histórico brasileiro de desenvolvimento.

A respeito do setor de serviços, Fernandes, Brandão e Cano (2002), destacam também que, embora a RMC possua uma posição de destaque suprimindo outros municípios, a proximidade com a região metropolitana de São Paulo, por vezes, atua como fator negativo para o aprimoramento de determinados subsetores. Um bom exemplo disso, segundo os mesmos autores, está nos serviços relativos à cultura. Neste caso, o perímetro de influência e a robustez da RMC são limitados pela RMSP.

No entanto, permanece a grande vantagem da região, que é a diversificação produtiva, o que lhe confere maior estabilidade em contextos de crise e transformações econômicas do que na maioria do território nacional (FERNANDES, CANO e BRANDÃO,

2002). Por isso, o crescimento da importância e o desempenho positivo da economia da região prosseguem sustentados através dos anos, mesmo durante períodos macroeconômicos menos favoráveis, como a década de 1980 e 1990 (FERNANDES, CANO e BRANDÃO, 2002), o período de grande crise mais recente da história do país.

[...] com um dos mercados de trabalho mais bem estruturados do país, [...]

A última grande transformação econômico-produtiva no país que afetou de forma destacada o mercado de trabalho ocorreu nos anos 1990. Uma série de ações no plano macroeconômico foram responsáveis por isso. Dentre elas, Oliveira (2010) destaca as elevadas taxas de juros, a abertura comercial e financeira, e a valorização cambial. Essas ações levaram a uma perda de capacidade de investimento estatal, além de favorecer as importações. Dentre outros efeitos, para o mercado de trabalho houve um aumento progressivo do desemprego, até a recuperação que passa a acontecer no país a partir de 2004.

Em todo o país essas ações desencadearam transformações em vários setores. O setor mais afetado em termos de estoque de empregos foi o industrial, pois a indústria de bens intermediários perdeu espaço para os importados (Pochmann, 2010). Tradicionalmente, é neste setor onde os postos são mais estáveis, protegidos e os rendimentos mais elevados, por isso os efeitos deletérios do período para o mercado de trabalho foram particularmente graves.

Na RMC em particular, Oliveira (2010) destaca que os efeitos deletérios fizeram-se sentir, sobretudo, no ramo químico e têxtil. No entanto, ao mesmo tempo, o período foi de benesses para o ramo de materiais elétricos, de comunicação e produtos farmacêuticos. No caso do ramo de materiais elétricos, esse desempenho positivo esteve ele mesmo também relacionado aos reveses do período, pois foi fruto da transferência de plantas industriais da RMSP para a RMC, o que ocorreu pela busca de condições mais competitivas. Sendo assim, os ganhos de determinadas regiões converteram-se em perdas para outras, interligando-se regiões do estado de São Paulo, como a RMSP e a RMC, e também nacionais, como o Nordeste, que por seu turno recebeu plantas industriais

tradicionais que emigraram da RMC. Portanto, embora o tom geral tenha sido de crise, o tipo de ressonância da década de 1990 teve realidades específicas nos subespaços brasileiros.

Observe-se com mais detalhes um subespaço da RMC, o município de Americana. Americana é um importante polo industrial nacional no ramo têxtil. Em função, dentre outros fatores, dessa posição produtiva conforma um grau de influência que caracteriza uma periferia imediata própria, composta por Nova Odessa e Santa Bárbara D'Oeste. No ramo têxtil, com vistas a fazer frente à concorrência “desleal”, engendrada pela abertura comercial não planejada e valorização cambial, houve “modernização” da produção, através de estratégias organizacionais e tecnológicas. Implementou-se maquinário mais automatizado e também houve emigração de indústrias para outras regiões nacionais, mais competitivas em termos fiscais e em relação ao preço da força de trabalho (segundo Oliveira, notavelmente para o Nordeste brasileiro). No plano do mercado de trabalho isso acarretou redução de postos. Além disso, expandiu-se o fenômeno da terceirização, com as perdas de proteção e estabilidade laboral a que esse fenômeno tem se associado. Nesse escopo, deve-se destacar que parte dos efeitos negativos da terceirização para o mercado de trabalho não são propriamente mensuradas nas fontes tradicionais de informações. De acordo com Antunes (2006), a terceirização proporciona um obscurecimento das relações de trabalho, o que enfraquece a solidariedade de classe e o potencial contestatório do trabalhador. Vale dizer a respeito disso que, na década de 1990, a terceirização do polo têxtil de Americana atingiu, na expressão de Jinkings e Amorin (2006), “níveis gigantescos”. Portanto, a RMC foi neste período afetada tanto por perdas quanto por ganhos no setor industrial, ambos se refletindo no mercado de trabalho que ela circunscreve.

No setor terciário da RMC, os anos 1990 foram marcados pela redução de postos de ocupações médias e ampliação daqueles no comércio, serviços pessoais, domésticos e prestados a empresas industriais e do setor terciário (como resultado da terceirização) (OLIVEIRA, 2010). Um dado interessante é o que diz respeito ao tipo de serviço prestado às empresas, pois apresentaram peso significativo os serviços relativos à

segurança e locação de mão de obra (FUNDAÇÃO SEADE, PAEP, 2001)²³. Esse dado se repete para o ano de 2007, quando são levados em conta os postos de trabalho apenas no setor formal (MINISTÉRIO DO TRABALHO, RAIS, 2007)²⁴. Isso é extremamente condizente com as afirmações de Antunes (2006) a respeito da flexibilização das relações de trabalho que exige serviços especializados na administração da locação volátil da força de trabalho.

Das informações desagregadas segundo setores de atividade, e mais claramente, a partir do exemplo de Americana, depreende-se que a diversidade produtiva da RMC proporciona distintas reações do mercado de trabalho em períodos mudanças econômico-produtivas, como a década de 1990. Além disso, conforme se depreende, por exemplo, do fenômeno da terceirização, há variados níveis de análise que permitem observar com menor ou maior propriedade a qualidade do trabalho. No entanto, no nível agregado e comparado pode-se dizer que a RMC comporta um dos mercados de trabalho menos oscilantes e mais bem estruturados do estado e do país, sendo essa estabilidade proporcionada pela diversidade produtiva que encerra.

Fernandes, Brandão e Cano afirmam, para a RMC, que “mesmo em um ambiente macroeconômico de medíocre crescimento durante as décadas de 1980 e 1990, a economia regional apresentou dinamismo econômico diferenciado da média observada para o país” (2002, 414). Por seu turno, segundo Oliveira (2010), a conformação econômico-produtiva da região contribuiu:

[...] para que se formasse um mercado urbano de trabalho assalariado, com importante participação dos segmentos mais organizados, da grande empresa, de ocupações médias e do emprego público de maior qualificação e altos salários, conformando também um mercado consumidor de elevado porte.” (Oliveira, 2010, 128).

Mesmo em períodos menos favoráveis, e sentindo os efeitos que eles proporcionam, o desempenho econômico e do mercado de trabalho na RMC agregada tem permanecido na média do estado de São Paulo ou mesmo acima dela.

²³ Consultar Oliveira (2010).

²⁴ Idem.

Alguns indicadores²⁵ exprimem claramente o que se disse no parágrafo anterior. A taxa de ocupação (em atividades não agrícolas) da RMC medida no ano 2000 foi maior do que aquela observada tanto na RMSP, quanto no restante do estado de São Paulo (excluindo-se as regiões metropolitanas, RMs). Situação que já se observava na taxa calculada para o ano de 1991. Além disso, o desempenho positivamente diferenciado do mercado de trabalho na RMC, mesmo em períodos desfavoráveis, pode ser aferido do fato de que ao longo da década de 1990, a queda da ocupação na região foi menos acentuada do que na RMSP. Vale dizer que essas ocupações se distribuíram, principalmente, entre as atividades industriais e do terciário (tanto nas informações relativas a 1991, quanto a 2000), sendo que, nos dados de 2000 o setor industrial perdeu postos comparativamente a 1991, tendo o terciário desempenho inverso. Mais uma vez, esse fenômeno foi mais acentuado na RMSP do que na RMC, o que, recorde-se a maior formalização dos postos industriais, coloca a RMC novamente em posição de vantagem em relação à RMSP. Oliveira (2010) atribui esse desempenho ao fato de que, apesar do cenário desfavorável, na RMC permaneceu a entrada de investimentos, o que lhe conferiu melhor desempenho em nível agregado.

Com respeito ao nível de formalidade do mercado de trabalho, pode-se utilizar como indicador a evolução do percentual total de trabalhadores do setor privado com carteira assinada e empregados do setor público. Em que pese a degradação deste percentual total e aumento das categorias conta própria e sem carteira, tanto na RMC, quanto na RMSP, quando se comparam as taxas de 1991 e 2000 entre as regiões, tem-se que na RMC essa degradação foi menos acentuada (CENSOS 1991 e 2000, IBGE)²⁶. Além disso, a partir dos primeiros anos de 2000, quando se inicia um processo de recuperação econômica generalizada que se reflete positivamente no mercado de trabalho, a RMC apresentou o melhor desempenho do estado de São Paulo na geração de empregos formais (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, RAIS)²⁷.

²⁵ Apresentados por Oliveira (2010) a partir de dados dos Censos de 1991 e 2000, IBGE.

²⁶ Consultar Oliveira (2010).

²⁷ Idem.

De tudo o que se expôs tem-se que comparativamente a outras regiões do Estado, a RMC apresenta um mercado de trabalho vantajoso tanto no nível de ocupação quanto de formalização. Como as demais áreas do país, a região é afetada pelos reveses da economia nacional, no entanto, ao longo da história, tem sido de forma menos acentuada. Vale alertar que isso não significa imprimir ao mercado de trabalho da RMC um caráter de positividade absoluta, pois, definitivamente ele não o tem. A positividade da RMC aqui apresentada é relativa a outros mercados e acontece, sobretudo, quando os dados são observados de forma agregada para a região. Por isso, conforme se mencionou, quando os dados são desagregados, por exemplo, por municípios, é possível perceber distintos comportamentos dos mercados de trabalho locais. Há situações diversas de especialidade produtiva, níveis de absorção e qualidade de postos, com distintas capacidades de dinamismo.

Além disso, conforme mencionei, existem, por exemplo, efeitos deletérios de fenômenos, como a terceirização, em plena expansão na região, mesmo e principalmente em períodos de benesses econômicas. Efeitos que não são propriamente percebidos pelos levantamentos tradicionais de informações sobre o mercado de trabalho. Cabe dizer também que todas essas considerações são tecidas sem que, até aqui, tenham sido mencionadas outras características do mercado da RMC e dos postos por ele circunscrito que igualmente colocam em xeque o que até aqui pode parecer um otimismo absoluto. Nesse sentido, apenas a título de exemplo, pode-se falar nos rendimentos percebidos. Em 2000, na RMC, o percentual daqueles que recebiam até dois salários mínimos era superior ao observado na RMSp, e totalizava mais de um terço dos trabalhadores da região (Censo 2000, IBGE)²⁸. Concentrando-se os postos de trabalho, portanto, em atividades de baixa remuneração.

²⁸ Consultar Oliveira (2010).

[...] porém desigual.

Segundo a descrição da história pretérita e contemporânea da economia, a RMC é uma região rica. De acordo com Manfredo (2007), ela é precisamente a região mais rica do interior paulista. Do ponto de vista do consumo da população, Fernandes, Brandão e Cano (2002) fornecem informações interessantes. De acordo com eles, em 1999, o Índice de Consumo de Bens da RMC superou o de todas as outras regiões metropolitanas do país, inclusive o da região metropolitana de São Paulo. Levando em conta a construção deste índice²⁹, isso significa dizer que na RMC se observou para aquele ano a mais alta proporção de domicílios permanentes que consumiam bens duráveis de tipo que denotam um elevado poder aquisitivo. Outro dado bastante chamativo é o da renda *per capita*. Segundo os mesmos autores, em 1999, ela era 2,5 vezes maior do que a brasileira. Além disso, para o mesmo ano, o PIB (Produto Interno Bruto) da região só era menor do que os dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia.

O mercado de trabalho da RMC, quando comparado ao de outras regiões do Estado, como a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e São Paulo (RMSP), também apresenta vantagens. Segundo as análises de Oliveira (2010), mesmo em períodos de crise ele manteve ao longo da década de 1990 um nível de absorção acima da RMSP e do estado de São Paulo (exceto regiões metropolitanas). Além de níveis de formalização acima daqueles encontrados na RMSP e no restante do país.

No entanto, juntamente com a autora citada no parágrafo anterior, Manfredo (2007), Caiado (1998), Caiado e Pires (2006), Cunha et al (2006b), Fernandes, Brandão e Cano (2002) e Semeghini (2006), dentre muitos outros, são coincidentes em mostrar que essa riqueza e positividade não se distribuem de forma equânime entre as pessoas; nem através do espaço.

²⁹ O índice consiste no quociente entre os domicílios particulares permanentes com telefone, automóveis, geladeira, rádio, televisão em cores, freezer e máquina de lavar roupa, e o total de domicílios particulares permanentes, elevado à sétima potência (SEMEGHINI, 2006).

Informações obtidas a partir de uma pesquisa domiciliar realizada em 2007, no âmbito do projeto “Vulnerabilidade”, mostram que na RMC a distribuição do rendimento domiciliar *per capita* acontece da seguinte forma³⁰:

Tabela 1
Distribuição dos domicílios segundo
renda *per capita* em salários mínimos.
RMC, 2007 (%)

Sem renda	0,9
Até 1/4	2,1
]1/4 a 1/2]	11,0
]1/2 a 1]	27,1
]1 a 2]	39,6
]2 a 3]	9,5
]3 a 5]	6,6
]5 a 10]	2,3
]10 a 15]	0,5
Mais de 15	0,4
Total	100 (4184)

Fonte: Pesquisa Domiciliar do projeto Vulnerabilidade, NEPO/Unicamp (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

Segundo os dados da Tabela 1, um pequeno montante da população alcança altos rendimentos, estando mais de um terço da população nos estratos baixos da distribuição, até um salário mínimo, o que evidencia a desigualdade da distribuição de renda. Muitos ganham pouco e poucos ganham muito. Essa distribuição desigual é a razão pela qual a renda *per capita* calculada a partir da divisão do PIB pela população total não é propriamente um bom indicador dos rendimentos de uma população.

³⁰ No *Anexo A* faço a ressalva de que houve uma grande recusa de participação na pesquisa “Vulnerabilidade” por parte dos estratos econômicos mais elevados. No caso da renda, essa situação levou a uma redução artificial da média do rendimento. Isso é corroborado pelo confronto das informações da Tabela 1 com os dados do Censo 2000. Segundo este censo, em 2000, a categoria acima de cinco salários mínimos somou 12,9% da população da região (Manfredo, 2007); nos dados apresentados aqui, para 2007, esta categoria não alcançaria os 5%. Alguém poderia objetar a possibilidade de uma efetiva redução da média do rendimento entre o ano de 2000 e 2007. No entanto, há de se considerar o desempenho econômico atual da região e do Brasil, com a intensa recuperação, sobretudo, partir de 2004 (Pochmann, 2010). Sendo assim, é necessário reconhecer que a distribuição apresentada na Tabela 1, embora evidencie a desigualdade da aferição de renda, não é a imagem mais adequada da intensidade dessa desigualdade.

Por seu turno, com dados do censo de 2000, estratificados por renda *per capita* familiar, Manfredo (2007) mostra que existe uma clivagem espacial na distribuição das pessoas segundo renda que se manifesta na composição dos municípios. Segundo esses dados, Cosmópolis, Monte-Mor, Hortolândia, Sumaré e Campinas destacam-se por abrigarem um percentual de população sem rendimento acima da média da região. Na faixa de renda até um salário mínimo destacam-se também, Santo Antônio de Posse e Engenheiro Coelho, novamente aparecem com incidência acima da média, Monte-Mor e Hortolândia. No outro extremo, os municípios que apresentam percentuais acima da média da região em população com mais de dez salários mínimos são Vinhedo, Valinhos, Holambra e Campinas.

O que Manfredo constata é bastante condizente com a imagem sintética da “cordilheira da pobreza”, a Oeste e Sudoeste da Anhanguera (com exceção de Americana) em contraposição a “cordilheira da riqueza” a Leste. Essa figura é proposta por Cunha et al (2006b) a partir dos mesmos dados utilizados por Manfredo. Mais precisamente, o que Cunha et al afirmam com respeito a distribuição espacial da população segundo a posse de capital econômico é o seguinte:

[...] três direções (oeste, sudoeste e norte) destacam-se por consolidarem áreas cuja ocupação foi induzida pelas ofertas imobiliárias para a população de mais baixa renda, em duas outras (nordeste e sudeste), percebe-se uma maior concentração de áreas com maiores atrativos para a população de mais alta renda, como os condomínios fechados, as áreas de preservação e até mesmo um complexo de atividades de alta tecnologia (Cunha et al, 2006b, p. 341).

Sendo assim, para além do fato da renda ser distribuída de maneira desigual, existe a realidade de que os detentores de capitais econômicos desiguais, distribuem-se de forma não aleatória no espaço físico, conformando, *grosso modo*, municípios ou direções, onde residem “os ricos” e municípios ou direções, designadas a residência “dos pobres”.

Cabe ainda dizer que o fato de que, por exemplo, o município Campinas apareça, na descrição de Manfredo, ao mesmo tempo entre os municípios que apresentam percentual acima da média em população sem rendimento e entre os que apresentam

percentual acima da média em população com rendimento superior a dez salários mínimos não surpreende, nem caracteriza paradoxo. Isso evidencia que existe uma polarização dentro do próprio município que divide ele mesmo, *grosso modo*, em Oeste-Sudoeste e Leste.

Essa realidade também não se observa apenas em Campinas. Ainda que não seja difícil reconhecer que os municípios se destinam a usos e para estratos socioeconômicos específicos há uma grande heterogeneidade interna aos territórios, conforme ao que venho argumentando em consonância com a literatura. Mesmo que a dinâmica da distribuição desigual de capitais provoque uma tendência a espaços homogêneos em população, há pontos de interrupção e inúmeras questões de escala a serem consideradas.

Os caracteres socioeconômicos específicos que assumem os municípios e porções da RMC, a partir do momento em que concentram populações específicas segundo características socioeconômicas, tem origem numa conjunção de fatores. O mínimo denominador comum entre eles é o fato de que os agentes posicionados no campo social se utilizam de seus capitais em prol da conformação territorial, sendo assim, quanto menor a posse de capitais, em quantidade e qualidade, menor a possibilidade de intervenção.

Na RMC, os agentes diretamente ligados à indústria exerceram um papel importante na indução da conformação metropolitana e, como parte disso, da localização populacional. Na região, o fenômeno do transbordamento da população da sede para o entorno é frequentemente associado na literatura à localização das indústrias ao longo das rodovias. Isso acontece a despeito do fato de que na década de 1980, quando o transbordamento se intensifica, o município de Campinas contar com metade de seu território vazio (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, PREFEITURA DE CAMPINAS, *apud* SEMEGHINI, 2006). Situação não muito diferente é constatada onze anos depois, em 1991, segundo Fernandes, Brandão e Cano.

No que tange à população de mais baixo capital econômico, aquela que aqui se tem como foco principal, o papel da Cohab (Companhias de Habitação) em definir a direção de sua localização teve certa relevância. Segundo Caiado e Pires (2006), a direção

Oeste, que como se mencionou, comporta a população de baixa renda, teve sua ocupação induzida, dentre outros fatores, pela localização dos conjuntos habitacionais.

Além disso, como muitos afirmam (dentre os quais, Bonduki e Rolnik, 1979; Semeghini, 2006), o mecanismo clássico de especulação imobiliária³¹ envolve a manutenção de glebas vazias, intercaladas a áreas habitadas, pelo período em que a infraestrutura básica não alcança essas áreas. Não é incomum que esses espaços vazios sejam ocupados de forma irregular por grupos despossuídos de capital econômico, sobretudo pelo período em que a infraestrutura é inexistente. A partir do momento em que a infraestrutura chega e a valorização acontece esses grupos são, em geral, deslocados para outros espaços, onde o território tenha menor renda diferencial.

Nesse sentido, Caiado (1998) afirma que em áreas desvalorizadas, a ocupação irregular é permitida como forma de garantir a moradia, mas não a propriedade. Ao passo que, em áreas valorizadas “a legislação passa a valer e a norma volta a vigorar” (Caiado, 1998, p. 461). Sendo assim, a localização desta população está largamente determinada por esse processo não regulado de movimento constante e não somente pela intervenção do Estado (através, por exemplo, da referida Cohab). Um episódio recente de desocupação no Estado que ganhou grande repercussão na mídia pela violência com que se efetuou foi a expulsão dos moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos. Este caso é exemplar, pois reúne todos os elementos a que estão sujeitos os que, sem possibilidade de aquisição de moradia adequada por outra via, ocupam glebas vazias, que por vezes são propriedades de grandes especuladores.

Ainda no que se refere às ocupações irregulares, a situação do município de Campinas é bem traduzida por um conjunto de informações conhecidas. Assim, segundo Cunha et al (2006b), apenas neste município há mais de cem ocupações irregulares. Outro dado que compõe essa imagem é fornecido por Baltrusis e D’Ottaviano (2009). De acordo

³¹ Refiro-me ao mecanismo segundo o qual os agentes do capital imobiliário induzem a ocupação do território pelo loteamento para habitação ou através da implantação de atividades, como indústrias em um local, de forma rarefeita. A manutenção de glebas vazias tem por objetivo impulsionar a implantação de infraestrutura básica nos locais ocupados e por consequência nas glebas vazias, que com eles se intercalam. Como se sabe, a renda diferencial do solo está associada a instalação de infraestrutura, portanto, o uso deste expediente tem por objetivo auferir lucro sobre o beneficiamento urbano promovido pelo Estado. Devido às normas urbanísticas atuais a utilização deste mecanismo tem sido cada vez menos possibilitada.

com eles, em 2000, o município de Campinas estava entre os dez municípios brasileiros com maior número de aglomerados subnormais³². Números que devem ser ainda mais preocupantes se considerarmos o conjunto da região metropolitana.

Por fim, pensando mais amplamente nos locais de residência, sejam regulares ou irregulares, a possibilidade decisória de localização dos grupos que alcançam os menores índices de capitais³³ pode ser resumida através da Tabela 2 (lembrando que a zona 1 é aquela que alcança os menores índices, em oposição à zona 4:

³² Segundo a definição do IBGE, os aglomerados subnormais são conjuntos de moradias com, no mínimo, 51 unidades que, em sua maioria, não são adequadamente atendidas por infraestrutura básica. Elas também devem estar ocupando ou ter ocupado terreno de propriedade alheia (pública ou particular), sendo que a regularização pode ter ocorrido até dez anos antes do levantamento. Por fim, frequentemente, também os caracterizam estarem as moradias dispostas de forma desordenada e densa. (IBGE, www.ibge.gov.br).

³³ Lembre-se o leitor que as zonas constantes nesta tabela foram definidas segundo os valores alcançados por seus residentes nos indicadores de capital físico, humano e social. Maiores esclarecimentos constam no item *O olhar do projeto Vulnerabilidade sobre a RMC* e no Anexo A desta dissertação.

Tabela 2
População¹ que realizou ao menos uma mudança de bairro, advinda de dentro ou fora da RMC, segundo o motivo da escolha do bairro atual e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
O bairro é mais barato para morar	71,8	57,9	25,3	5,3 ^A	43,8 (1584)
Proximidade com o local de trabalho	6,9	14,0	15,4	11,9	13,7 (438)
Proximidade da escola dos filhos	1,9 ^B	0,8 ^B	2,1 ^B	1,1 ^B	1,3 (55)
Proximidade de parentes	13,7	13,9	21,0	11,5	15,9 (505)
Maior infraestrutura/Melhor qualidade de vida	5,7	13,5	36,1	70,2	25,3 (839)
Total	100 (1013)	100 (1013)	100 (883)	100 (512)	100 (3421)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

1. A informação levantada teve como referência explícita o responsável pelo domicílio que nem sempre foi o informante direto, preferencialmente os informantes foram as mulheres responsáveis pelo domicílio ou as cônjuges dos responsáveis pelo domicílio.

A. O número de registros nesta categoria é inferior ao mínimo para se considerar a informação estatisticamente confiável, no entanto, esta distribuição é compatível com o que se esperava para a realidade da quantidade e qualidade de ativos da ZV4.

B. O número de registros nesta categoria é inferior ao mínimo para se considerar a informação estatisticamente relevante.

Tomando de empréstimo a expressão da clássica da literatura sobre migração, os autores Fernandes, Brandão e Cano (2002), tratam da configuração espacial da região sob a noção de “fatores de atração” e “fatores de expulsão”. Enquanto uma parcela da população é atraída para determinados espaços, outra é expulsa, assim se espalha a

metrópole. O que a Tabela 2 fornece é justamente uma sinopse daqueles que são atraídos e dos que são expulsos, pois resume motivações e possibilidades decisórias.

II.2. O olhar do “Projeto Vulnerabilidade” sobre a RMC

A partir deste item apresenta-se uma descrição da população e do mercado de trabalho na RMC nos dias atuais. A principal fonte de informações desta descrição é a pesquisa domiciliar, para 2007, empreendida no âmbito do projeto *Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade nas Metrópoles do Interior Paulista: Campinas e Santos*, também conhecido como “Projeto Vulnerabilidade”. Ele foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, dentro do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas entre os anos de 2004 e 2009.

O projeto que brevemente se apresenta nesta subseção não supriu minha pesquisa apenas com um banco de dados. Ele também forneceu a estratificação básica dos dados deste capítulo e de parte dos dados apresentados no capítulo III, qual seja, a estratificação por “Zonas de Vulnerabilidade” (ZVs). Como se poderá depreender das próximas linhas, há dois grandes diferenciais entre a estratificação por ZVs e o que até aqui se apresentou.

O primeiro diferencial, diz respeito à consideração multifatorial do fenômeno da vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social e ao tratamento desta multifatorialidade através de um indicador sintético, o que o “Projeto Vulnerabilidade” logrou. O segundo diferencial diz respeito à forma utilizada pelos pesquisadores do projeto para o tratamento dos dados, que não leva em conta as amarras dos limites das fronteiras municipais para analisar a distribuição de grupos e atributos. Essa abordagem permite ver a distribuição de grupos e seus atributos com melhor observância da complexidade dessa distribuição. Complexidade esta que muitas vezes acaba obscurecida por imagens analiticamente úteis, mas por vezes excessivamente simplificadoras dos municípios como aqueles que abrigam este ou aquele tipo específico de grupo e atributos. Para melhor esclarecer esses pontos, passemos a apresentação do “Projeto Vulnerabilidade”.

O projeto partiu, em termos teóricos, da noção de vulnerabilidade. Esse conceito inicialmente ganha publicidade com as formulações de Caroline Moser, nos relatórios para o Banco Mundial. No entanto, foi incorporado e reformulado, sobretudo com respeito aos aspectos estruturais, por outros autores, dentre eles, Rúben Kaztman e Carlos Filgueira (1999), ganhando a designação de enfoque AVEO (ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades). Esse enfoque foi a principal referência do “Projeto Vulnerabilidade”. Em artigo que compõe um dos livros resultantes do projeto, Rúben Kaztman e Fernando Filgueira (2006) escrevem:

Em nosso caso, chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social às situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar. (2006, p. 71).

Neste trecho aparecem os dois determinantes do bem-estar das pessoas: os recursos que possuem e a estrutura de oportunidades a que acedem através destes recursos. No enfoque AVEO, esses recursos são tratados como capitais ou ativos que se realizam através do mercado, Estado, e comunidade/sociedade civil, tendo também como fontes esse mesmo conjunto de instituições, pilares da estrutura de oportunidades. O fato de que através dessa estrutura os capitais se realizem e sejam adquiridos aponta para o caráter interconectado das vias de acesso ao bem-estar (Kaztman e Filgueira, 1999), (Kaztman e Filgueira, 2006).

Nas formulações de Kaztman e Filgueira (1999), e Kaztman e Filgueira (2006), os capitais podem ser classificados em três tipos principais, o capital físico, o capital humano e o capital social. O objetivo principal do “Vulnerabilidade” foi levantar informações com respeito aos capitais dos domicílios na RMC, permitindo assim conhecer o nível de vulnerabilidade dos mesmos. As definições dos capitais utilizadas para tanto foram inspiradas no enfoque AVEO. Assim, o capital físico é aquele relacionado a propriedades pecuniárias ou diretamente conversíveis nelas, são exemplos deste capital, moradia, terra, máquinas, animais, bens duráveis, poupança e crédito. O capital humano é aquele que circunscreve a possibilidade de obtenção de meios de sobrevivência a partir do

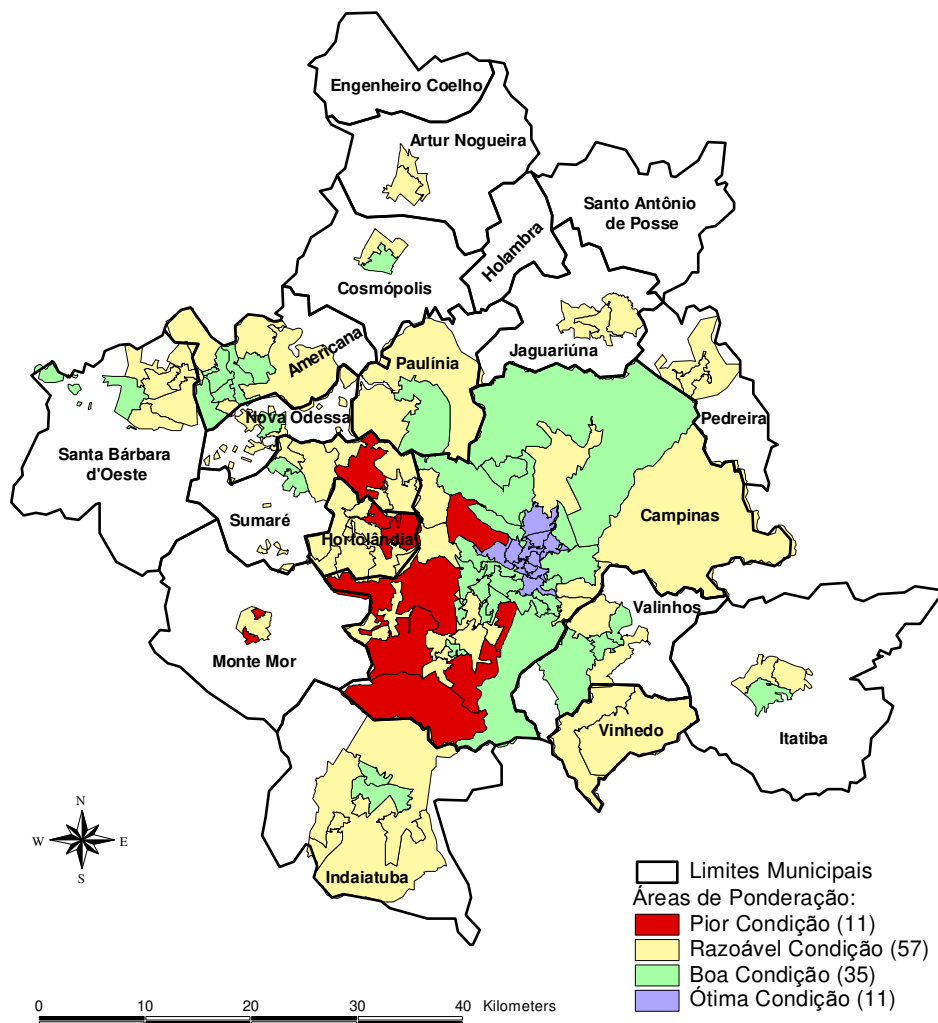
trabalho, assim, refere-se, por exemplo, à capacidade física para trabalhar e à qualificação profissional. Por fim, o terceiro tipo, o capital social, é relativo às redes de reciprocidade, contatos e acesso a informação (Cunha et al, 2006a).

Inicialmente os pesquisadores da equipe do “Vulnerabilidade” elaboraram indicadores derivados do censo demográfico 2000 que acreditaram representarem os capitais físico, humano e social³⁴. A partir dos valores assumidos nestes indicadores os pesquisadores criaram quatro zonas por agrupamentos de áreas de ponderação semelhantes, através da técnica de análise de conglomerados (cluster analysis). Essas áreas agrupadas foram chamadas de Zonas de Vulnerabilidade (ZVs). Sendo a de menor concentração de capitais a que se chamou de Zona de Vulnerabilidade 1 (ZV1) e a de maior concentração a que se conhece por Zona de Vulnerabilidade 4 (ZV4) (Cunha et al, 2006a). As ZVs foram utilizadas como elementos de estratificação da amostra da pesquisa domiciliar realizada através de um questionário especialmente desenhado.

Na apresentação deste capítulo me refiro a essas zonas como “subáreas”. As aspas são derivadas do fato de que essas áreas não têm necessariamente contiguidade espacial, conforme se pode visualizar no Mapa 1; sendo assim, uma mesma zona pode se manifestar em pontos distintos da região. Apesar disso, as áreas classificadas como do mesmo tipo (pertencentes à mesma zona) têm uma distribuição agrupada, conforme se depreende do mesmo mapa. Assim, a ZV1, por exemplo, ocorre ao sul, sudoeste e oeste da região, enquanto a ZV4 é encontrada principalmente no centro do município sede. Isso mostra que, conforme venho argumentando, em consonância com a literatura, existe um padrão de agrupamento espacial da população de acordo com os capitais que detém, porém esse agrupamento não é totalmente contíguo, uniforme ou mesmo imediatamente percebido, uma vez que acontece em variadas escalas e também dimensões, de concentração e homogeneidade.

³⁴ A lista de indicadores utilizados encontra-se no *Anexo A* desta dissertação, neste anexo estão outras informações complementares, como o tamanho da amostra da pesquisa e os grandes temas investigados. Assim, visa-se ampliar a possibilidade de uma opinião metodologicamente informada com respeito aos dados que aqui apresento.

Mapa 1
Zonas de Vulnerabilidade, RMC, áreas de ponderação do Censo 2000



Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Elaboração Alberto Jakob.

As ZVs se caracterizam da seguinte forma³⁵:

Zona 1 (em vermelho no mapa 1): Conforme Stoco (2011), a zona 1 pode ser designada em situação de vulnerabilidade absoluta. Todos os capitais nestas áreas de ponderação tem

³⁵ A descrição que se apresenta pode ser numericamente visualizada a partir dos escores fatoriais que caracterizam as zonas. Esses escores foram apresentados no Anexo A, em conjunto com a lista de indicadores que lhes deram origem.

baixa incidência. São áreas com menos infraestrutura urbanística e onde os moradores apresentam os mais baixos índices de escolaridade e renda. A exceção é em relação ao capital social relacionado a estratégias familiares (como a família estendida com vistas a minorar os efeitos das dificuldades econômicas).

Zona 2 (em amarelo): Designada por Stoco como de vulnerabilidade relativa alta. A maior diferença em relação à zona anterior é que a ZV2 ocorre em áreas com melhor infraestrutura de serviços públicos. No entanto, a população que ocupa essas áreas é de baixa renda e escolaridade, embora, tenha melhores índices de proteção social relacionada ao mercado formal de trabalho.

Zona 3 (em verde): Segundo Stoco, pode ser designada como situação de vulnerabilidade relativa média. Nesta zona as condições de acesso aos serviços públicos e infraestrutura são bem consolidadas, sendo uma das zonas mais bem servidas da região. O nível de proteção social relacionado ao mercado formal de trabalho é o mais alto, a renda é média e a carência de capital humano é baixa, indicando também níveis médios de escolaridade.

Zona 4 (em azul): Chamada por Stoco de zona com vulnerabilidade relativa baixa. São áreas com população de alta renda e escolaridade, consolidadas em termos de infraestrutura pública e características específicas do domicílio (densidade e situação de propriedade, por exemplo). Também apresenta maior número de idosos e de pessoas morando sós. Essa última característica minora o capital social relacionado às estratégias familiares. No entanto, pelo conjunto de características que esse estrato apresenta tem mais autonomia do que os demais no que se refere à necessidade do uso destas estratégias para reduzir sua vulnerabilidade.

Como disse em outro momento, esse levantamento foi realizado no ano de 2007, sendo o mês de junho desse ano o mês de referência. Portanto, embora as zonas tenham sido conformadas com informações do Censo 2000, os dados que apresento na sequência deste capítulo, e que tem como fonte o projeto Vulnerabilidade, referem-se ao ano de 2007. Como se verá, os valores aferidos para anos de escolaridade e indicadores do desempenho no mercado de trabalho em 2007 foram condizentes com o esperado para as zonas, de acordo com o nível de vulnerabilidade observado com base no Censo de 2000.

II. 3. População Economicamente Ativa e Nível de Ocupação

Como referido, ao longo da história, uma série de características sociodemográficas têm sido associadas às posições no espaço social. No que tange especificamente ao mercado de trabalho, as características que têm sido mais frequentemente consideradas são cor, sexo, idade, condição migratória e escolaridade. Por vezes, essas associações acontecem devido a práticas discriminatórias acionadas no momento do encontro entre empregador e potencial empregado. No caso específico da escolaridade pode haver uma defasagem real entre posto e potencial empregado, o que produz o desemprego estrutural. Sem que possamos esquecer também que em qualquer situação as características em questão aparecem reunidas, sendo o peso explicativo de cada uma de difícil aferição. Além disso, os lugares de residência agregam uma série de fatores “independentes” das características sociodemográficas que igualmente se associam a inserção laboral e, portanto, a posição social que se logra.

Em conformidade ao marco teórico aqui adotado, a experiência típica dos locais de residência é constitutiva das maneiras através das quais o lugar exerce influência sobre a inserção laboral. Por isso, a distribuição não aleatória no espaço das características supracitadas importa para construir conclusões a respeito dessa influência. Locais que em sua composição apresentam altos índices de características desfavoráveis no mercado de trabalho encerram internamente uma conjuntura de experiência coletiva com o trabalho desfavorável. Sendo assim, a seguir descreve-se a população economicamente ativa (PEA) da RMC segundo subespaços, no caso, Zonas de Vulnerabilidade, e características sociodemográficas.

Optou-se por utilizar a população economicamente ativa ao invés da população total por dois motivos. Primeiro, tal escolha reduz significativamente o efeito de composição etária das zonas que aparece quando se observa a população total. Esse efeito, basicamente propiciado por concentração diferencial de crianças tende a interferir no nível de escolaridade, e, obviamente, na idade média das zonas. Isso é bastante relevante, sobretudo quando se compara ZV1 e ZV4, uma vez que entre essas zonas se observam os

maiores diferenciais etários, já que apresentam, respectivamente, um peso acentuado no extremo inferior e superior da estrutura etária. Em outras palavras, a ZV1 é uma zona jovem e a ZV4 é uma zona envelhecida. Segundo, para os fins analíticos desta seção é mais importante tratar das características sociodemográficas da PEA do que da população total. Digo isso, pois, embora o foco da pesquisa geral seja a inserção laboral num sentido amplo, o que envolve até mesmo a expectativa de futuro profissional de crianças e jovens, nesta seção estou preocupada mais estritamente com o nível de ocupação nos lugares, ou seja, com aspectos relativos ao desempenho no mercado de trabalho.

Após a descrição da PEA, apresento uma síntese de taxas de ocupação segundo zonas e as mesmas características usadas na descrição da população. A ideia aqui é permitir que se possa ter indícios da forma e direção com que a associação entre características sociodemográficas e inserção ocorre, bem como entre espaço de residência e inserção.

A população total da RMC se distribui segundo as zonas de vulnerabilidade da seguinte forma:

Tabela 3
População por Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
1	2	3	4	
8,7	51,2	31,3	8,8	100

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

Como se pode observar, aproximadamente 60% da população encontra-se entre as zonas 1 e 2. Isso significa, conforme a caracterização das mesmas, que mais da metade da população da região está em situação de vulnerabilidade absoluta (8,7%) ou vulnerabilidade relativa alta (51,2%), a despeito de a região ser a mais rica do interior paulista. O Mapa 1, onde se observam as zonas, mostra claramente a distribuição espacial concentrada da população e dos recursos, principalmente nas situações extremas, zona 1 e zona 4. As áreas de ponderação que alcançaram os piores índices de capitais, zona 1, concentram-se a Oeste e Sudoeste, enquanto as áreas com melhores índices encontram-se

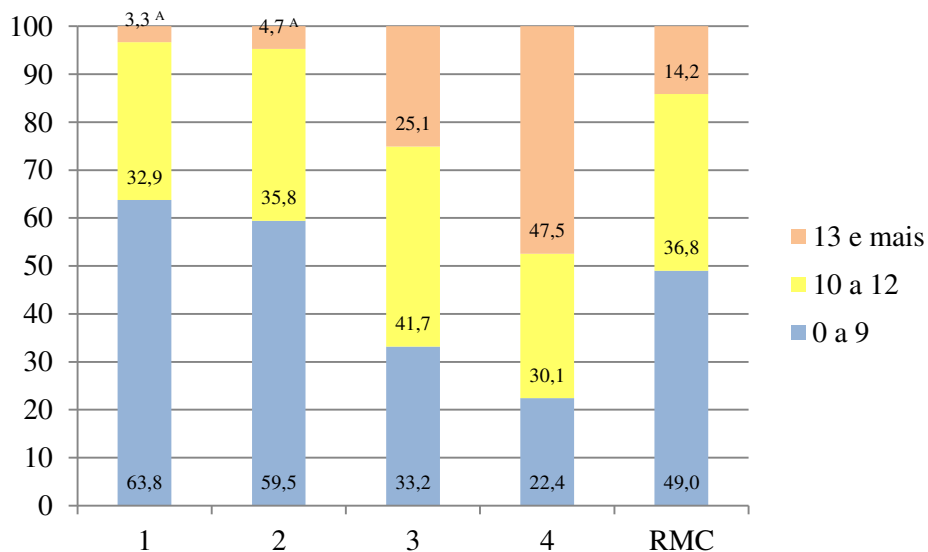
no centro do município-sede, Campinas. Essa distribuição espacial corrobora, em certa medida, a dimensão da segregação que Sabatini e Sierralta (2006) denominaram, nesse ponto em concordância com Massey e Denton, por concentração.

A distribuição da PEA segundo zonas é muito similar à distribuição da população total: a zona 1 responde por 8,5% da PEA, a zona 2 por 53,7%, a zona 3 por 29,4%, e finalmente, a zona 4 por 8,4%. Essa distribuição alerta-nos para o fato de que a média dos indicadores, daqui em diante apresentados, são influenciados em maior medida pelas ZVs 2 e 3, pois são as zonas mais populosas.

Na RMC, a maioria da PEA possui entre “0 e 9 anos” de instrução (49,0%). Como se poderia esperar, nas zonas 1 e 2 esse montante é bastante superior à média da região, enquanto nas zonas 3 e 4 o inverso se observa. Situação diametralmente oposta tem-se com respeito à categoria “13 anos e mais” de instrução, que equivale ao ingresso no chamado ensino superior. Essa informação resume bem a grande disparidade de anos de estudos entre as zonas. Comparando-se o percentual da PEA na categoria “13 anos e mais” na zona 4 e na zona 1, temos que o percentual na zona 4 é 14,3 vezes o da zona 1.

Por outro lado, as zonas 1 e 2 tem entre si composição muito similar com respeito ao número de anos de instrução. Se consideramos o discurso meritocrático corrente em amplos setores da sociedade, sobretudo, no interior das instituições formais de ensino, seria de se esperar que isso conferisse a ambas as zonas uma situação também muito similar com respeito à inserção laboral, o que, veremos a seguir, não acontece sempre.

Gráfico 1
População Economicamente Ativa por Anos de instrução e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)



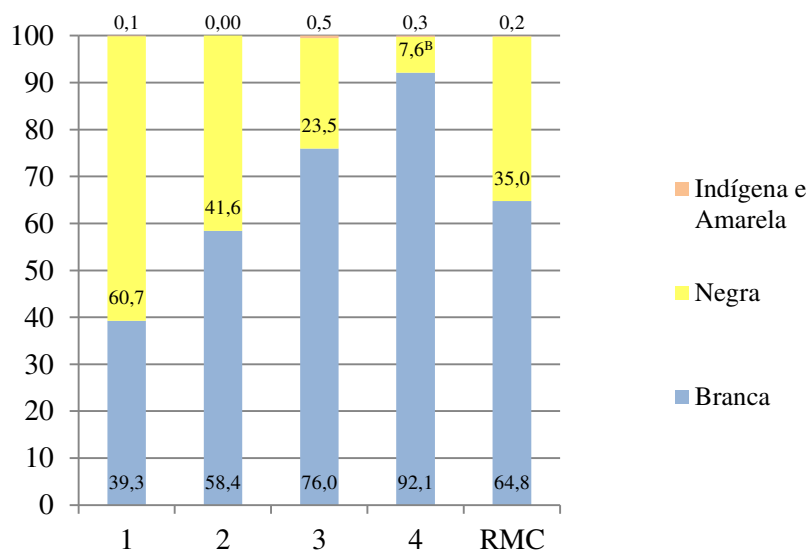
Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Elaboração própria.
 A. Valores que devem ser vistos com cautela devido ao número pequeno de ocorrências, no entanto, estão condizentes com o que se poderia esperar destas zonas, dada sua caracterização em termos de capitais.

Informação que deveria ser muito menos óbvia é aquela que se obtém ao estratificar a PEA por zonas e cor da pele.

O Gráfico 2 mostra que na RMC a maioria da PEA se declara “Branca” (64,8%), seguida pela cor “Negra” (35,0%) e com um pequeno percentual da cor “Amarela e Indígena” (0,2%). No entanto, a composição da zona 1 é de maioria negra (60,7%), enquanto as zonas 2, 3 e 4 tem maioria branca (respectivamente 58,4%, 76,0%, 92,1%). É importante notar que a gradação de capitais existentes entre as zonas é acompanhada *pari passu* pela distribuição das cores branca e negra, colocando em evidência a história pretérita e contemporânea do racismo brasileiro convertido em questão social.

Além disso, vale destacar que ao contrário dos “Anos de Estudo”, na característica “Cor” as composições das zonas 1 e 2 se distanciam bastante.

Gráfico 2
População Economicamente Ativa segundo Cor e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)



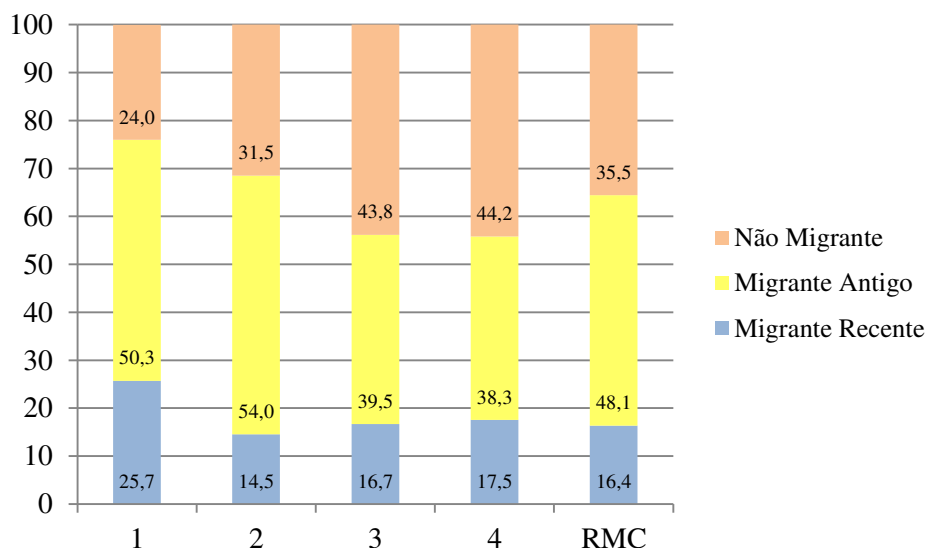
Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Elaboração própria.

A. Optou-se por agrupar estas duas categorias pois o número de observações foi muito reduzido em cada uma delas. Sendo assim, trata-se mais propriamente, neste gráfico, de uma categoria residual, pois o agrupamento não tem qualquer embasamento teórico analítico.

B. O número de ocorrências nesta categoria na zona 4 foi bastante pequeno, isso recomenda cautela na leitura deste valor, no entanto, ele está condizente com a história social do país.

A condição de migração, representada no Gráfico 3, também aparece de forma distinta na composição de cada Zona de Vulnerabilidade.

Gráfico 3
População Economicamente Ativa segundo Condição de Migração^A e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)



Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Elaboração própria.
A. Foram considerados migrantes todos os que residem no município atual por tempo inferior a própria idade. Os migrantes recentes são aqueles que residem no município atual por período inferior a 10 anos, enquanto os antigos por período igual ou superior a 10 anos.

Na composição da PEA da RMC, “Migrante Antigo” tem o maior percentual (48,1%), seguido por “Não Migrante” (35,5%) e, por fim, “Migrante Recente”, que é responsável por 14,2% da PEA. Essa composição, com uma alta incidência de migrantes, é o resultado da intensa migração para a região a partir dos anos 1970, com origens fora da RMC, e mais recentemente, a partir de 1980, da intensificação dos processos de migração intrametropolitana.

Na composição das zonas, o percentual de “Não Migrante” cresce à medida que a zona agrega capitais. Zonas 3 e 4 tem composição muito similar entre si, enquanto a zona 2 se destaca das demais pelo maior percentual de “Migrante Antigo” e menor percentual de “Migrante Recente”, ao passo que de todas as zonas, a zona 1 é aquela que em sua composição apresenta o maior percentual nesta última categoria.

Conforme diversos estudos sobre migração e tempo de residência têm apontado, os migrantes recentes, frequentemente, têm características socioeconômicas mais

dissimiles em relação à população não migrante, dentre as quais as relativas à inserção laboral, enquanto os migrantes antigos se aproximam mais desta população³⁶. Por isso, o dado mais importante para nossos objetivos se encontra na zona 1. Isso porque nesta zona a representação de migrantes recentes alcança um quarto de sua PEA, ficando acima da média da região, e também das demais zonas nas quais esse grupo responde por cerca de 15% das respectivas PEAs. Portanto, também quanto a esta característica as composições das zonas 1 e 2 se distanciam. Vale lembrar que as zonas 1 e 2 tem elas mesmas temporalidades distintas, a ZV1 é a mais recente e menos infraestruturalmente consolidada (embora essa defasagem infraestrutural não ocorra nem exclusivamente, nem principalmente em função do tempo de existência) quando comparada a ZV2.

No que tange a composição da PEA na região por sexo (Tabela 4), tem-se uma razão de sexos³⁷ acima da unidade (1,26). Isso significa que existe certa seletividade no mercado de trabalho em favor dos homens, seja como empregados ou desempregados. Nas zonas 1, 2, 3 a composição da PEA por sexos é muito similar, sendo composta mais por homens do que por mulheres, enquanto na zona 4 o inverso acontece. Possivelmente isso é o resultado de dois fatores. Primeiro, a população total da ZV4 comporta mais mulheres do que homens, isso ocorre em função da estrutura etária da região, mais envelhecida. Segundo, esse resultado reflete o estado atual das relações de gênero nas zonas. A zona 4 tem taxas de participação³⁸ por sexo mais equânimes que as demais zonas, o que deve estar relacionado à maior simetria de poder entre gêneros, ao passo que as grandes disparidades nessas taxas nas demais zonas apontam para a maior assimetria entre gêneros, o que reduz a participação das mulheres no mercado de trabalho.

³⁶ O que não significa uma “assimilação”, pois também pode ocorrer por “sobrevivência”. Ou seja, permanecem na área de imigração, tornando-se migrantes antigos, apenas aqueles que por suas características prévias mais próximas a população local puderam “sobreviver” mais facilmente a reemigração. Para uma discussão mais aprofundada sobre essa questão ver MARTINE, 1980.

³⁷ Razão obtida pela divisão do número de homens pelo número de mulheres.

³⁸ Consultar *Anexo C*.

Tabela 4
População Economicamente Ativa por Sexo e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Masculino	56,4	56,6	57,6	44,8	55,9 (1607)
Feminino	43,6	43,4	42,4	55,2	44,1 (1262)
Total	100 (882)	100 (896)	100 (710)	100 (381)	100 (2869)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

Por sua vez, a Tabela 5 mostra que na RMC a maioria da população que participa do mercado de trabalho está no grupo etário de “25 a 39” anos, característica observada também em todas as zonas. No entanto, cada zona tem particularidades evidentes quanto à composição etária de suas respectivas PEAs.

Na zona 1 se destaca a categoria “25 a 39” que está acima da média da região. Na zona 2, o que chama a atenção é a categoria “16 a 24”, que também está acima da média da região, o que somente ocorre nesta zona. Na zona 3, no comparativo entre zonas e confronto com a média da RMC, se sobressai a categoria mais envelhecida. Por fim, na zona 4, o que salta aos olhos é a menor importância do grupo mais jovem, abaixo da média da região, e a maior relevância da categoria “25 a 39”, acima da média da RMC. Além disso, dentre todas as zonas, a zona 4 é aquela onde esta categoria tem maior peso na composição.

Tabela 5
População Economicamente Ativa segundo Grupos Etários
e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
16 a 24	22,8	26,5	22,1	18,8	24,2 (655)
25 a 39	43,1	36,9	38,0	43,9	38,3 (1127)
40 a 54	28,6	30,0	28,4	31,1	29,5 (844)
55 e mais	5,5	6,7	11,5	6,2 ^A	8,0 (221)
Total	100 (874)	100 (890)	100 (704)	100 (379)	100 (2847)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. Valor que deve ser visto com cautela devido ao pequeno número de ocorrências. No entanto, esse resultado é condizente com o que se observou com respeito a proteção social nesta zona, o que pode ser apreendido através da Tabela A1, *Anexo A*.

A relevância dessas características para a inserção laboral pode ser visualizada através da Tabela 6. Nesta tabela tem-se reunidas as taxas de ocupação segundo zonas, segundo características sociodemográficas, e segundo zonas e características.

A primeira informação que essa Tabela 6 nos oferece são as taxas de ocupação simples, apenas por zonas. Como era de se esperar, o nível de ocupação acompanha a gradação de capitais segundo zonas, sendo o maior nível obtido na zona 4 e o menor na zona 1. Vendo pelo ângulo do desemprego, a disparidade fica mais evidente já que a taxa de desemprego total na ZV1 (20,8%) é 3,5 vezes a taxa na ZV4 (5,9%), e também é maior do que na ZV3 (12,5%) e ZV2 (15,3%).

Tabela 6
Taxas de Ocupação por características sociodemográficas e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total	Razões entre Zonas	
	1	2	3	4		4 e 1	2 e 1
	79,2 (882)	84,7 (896)	87,5 (710)	94,1 (381)	85,8 (2869)	1,19	1,07
Anos de estudo							
0 a 9	80,4	83,68	78,72	87,48	82,5 (1406)	1,09	1,04
10 a 12	75,3	85,26	90,08	95,32	86,8 (1024)	1,27	1,13
13 e mais	88,3 ^A	93,0 ^A	94,8	96,2	94,8 (422)	1,09	1,05
Razões entre '13 e mais' e '0 a 9'	1,10	1,11	1,20	1,10	1,15		
Cor^B							
Branca	78,8	89,1	89,1	95,5	89,3 (1752)	1,21	1,13
Negra	79,4	78,6	81,8	76,6	79,3 (1110)	0,96	0,99
Razões entre 'Branca' e 'Negra'	0,99	1,13	1,09	1,25	1,13		
Condição de Migração							
Migrante Recente	76,4	79,7	81,5	98,2	81,5 (530)	1,29	1,04
Migrante Antigo	80,3	85,7	90,0	91,9	86,7 (1316)	1,14	1,07
Não Migrante	79,6	85,4	87,7	94,2	86,8 (1017)	1,18	1,07
Razões entre 'Não Migrante' e 'Migrante recente'	1,04	1,07	1,08	0,96	1,07		

Tabela 6 (continuação)
Taxas de Ocupação por características sociodemográficas e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total	Razões entre Zonas	
	1	2	3	4		4 e 1	2 e 1
Sexo							
Masculino	85,3	88,2	88,6	96,0	88,6 (1607)	1,13	1,03
Feminino	71,3	80,1	85,9	92,5	82,3 (1262)	1,30	1,12
Razões entre 'Masculino' e 'Feminino'	1,20	1,10	1,03	1,04	1,08		
Grupos Etários							
16 a 24	69,0	78,9	83,9	84,3	79,8 (655)	1,22	1,14
25 a 39	80,6	85,1	87,9	96,3	86,5 (1127)	1,20	1,06
40 a 54	87,3	88,6	88,0	96,0	89,0 (844)	1,10	1,01
55 e mais	75,9	86,8	93,4	97,6 ^A	89,7 (221)	1,29	1,14
Razões entre '40 a 54' e '16 a 24'	1,26	1,12	1,05	1,14	1,11		

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. Estes números devem ser vistos com cautela devido ao pequeno número de ocorrências nestas categorias, no entanto, essa situação condiz com o que se poderia esperar previamente para as zonas de acordo com suas caracterizações de capitais e composição da PEA em 2007.

B. Como o número observações das cores amarela e indígena foi muito reduzido optou-se por suprimir este dado da tabela. Sendo assim, nesta tabela, as observações referidas não estão expressas no cálculo do total de ocupados por zonas, nem no todo da RMC.

Na coluna “RMC, Total” da Tabela 6, apresentam-se as taxas de ocupação na região segundo as características sociodemográficas indicadas até aqui como de interesse para o entendimento da inserção laboral. As razões calculadas nesta coluna, todas acima da unidade, mostram que o desempenho da RMC no que tange a essas características

acompanha o perfil médio observado por Gomes e Amitrano para a RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) no período de 1990 a 2000 a partir de dados da PED (realizada pelo Dieese e Fundação Seade). Os mais escolarizados tem maior nível de ocupação em relação aos menos escolarizados, assim como os brancos em relação aos negros, os não migrantes (e migrantes antigos) em relação aos migrantes recentes³⁹, o sexo masculino em relação ao feminino e os mais velhos comparativamente aos mais jovens. Sendo assim, a probabilidade de se estar na situação de ocupado varia de acordo com essas características. Logo, a composição sociodemográfica da PEA nos espaços conforma efetivamente uma situação típica de vivência coletiva com o mundo do trabalho. Isso é de extrema importância para o fim de apreender os mecanismos através dos quais o lugar exerce influência na inserção laboral, pois, conforme venho afirmando, a dimensão da experiência dos residentes atua na conformação dos mecanismos que se busca compreender.

A alta relevância na composição da PEA dos atributos baixa escolaridade, cor negra, migração recente, sexo feminino e população jovem, caracterizam, portanto, os quadros menos favoráveis. Conforme apresentei através dos Gráficos 1, 2 e 3 e das Tabelas 4 e 5, a composição sociodemográfica da PEA em cada zona é específica. No que tange a esses atributos pode-se sintetizar a composição das zonas 1 e 2, de maior interesse aqui, da seguinte forma:

- As zonas 1 e 2 têm maior peso relativo em suas composições da característica baixa escolaridade (63,8% e 59,5%, respectivamente, das PEAs tem até 9 anos de estudo) do que as demais zonas e a RMC como um todo.
- A zona 1 tem em sua composição também grande peso relativo da cor “Negra”, 60,7% da PEA, o que também acontece na zona 2, mas em menor intensidade (41,6% da PEA é negra nesta zona), em ambas, esse atributo está acima da média da RMC, nas demais zonas esse atributo está abaixo da média.
- No que tange a migração recente, a ZV1 tem em sua composição a maior proporção de “Migrante Recente”, chegando a um quarto de sua PEA, enquanto nas demais, incluindo a zona 2, esse valor está em torno de 15%. Com respeito a esse

³⁹ Exclusivamente esta característica não se encontra dentre aquelas observadas por Gomes e Amitrano.

atributo todas as ZVs estão próximas a média da RMC, apenas a zona 1 está destacadamente acima.

- Com respeito à composição da PEA por sexo, as zonas 1 e 2 são bastante semelhantes. Há uma maior representação de homens, tendência que também se observa na zona 3 em intensidade similar, sendo uma exceção a zona 4, onde isso é invertido, havendo predominância da participação feminina na composição da PEA.

- Sobre a representação do grupo etário mais jovem (“16 a 24” anos) na composição da PEA por zonas, temos que na zona 2 este grupo tem maior peso relativo, nas zonas 1 e 3 esse grupo tem peso similar, enquanto na zona 4 aparece diminuído.

Portanto, a conjuntura menos favorável em termos de composição sociodemográfica da PEA encontra-se na zona 1. Nela, três dos cinco atributos que configuram essa conjuntura tem maior relevância relativa do que nas demais zonas, sendo, baixa escolaridade, cor negra e migração recente. Portanto, cerca de 60% da PEA nesta zona tem pelo menos um dos atributos desfavoráveis à situação de ocupado.

Na mesma medida que a zona 1, a composição da zona 2 tem representação relevante do atributo baixa escolaridade. Mesmo que em menor intensidade quando em comparação a zona 1, a zona 2 também conta com um percentual relevante de sua PEA na cor negra (41,6%), e, ainda que apenas ligeiramente, tem um percentual de PEA jovem em sua composição acima da média da região. Sendo assim, a zona 2 é a segunda zona menos favorável em termos de composição sociodemográfica para a probabilidade de se estar em situação de ocupado.

Retornando à Tabela 6, ela fornece também um comparativo de taxas de ocupação entre zonas tendo a cada vez uma característica sociodemográfica sob controle. Assim, é possível comparar, por exemplo, as taxas de ocupação no grupo de “0 a 9 anos” de estudo entre as zonas 1 e 4. As “Razões entre Zonas” (apresentadas nas duas últimas colunas da Tabela 6) ajudam a visualizar este comparativo com respeito aos extremos, zona 1 e 4, e zonas mais próximas, em termos de capitais, zonas 1 e 2. O objetivo disso é ter indícios sobre a influência que o espaço exerce sobre a inserção desprezado o efeito de uma característica sociodemográfica por vez.

Vê-se que as “Razões entre Zonas” estão todas acima da unidade no que diz respeito a todos os atributos (com exceção do comparativo entre zonas no atributo cor negra). Ou seja, as taxas de ocupação nas zonas 2 e 4 estão todas acima das taxas de ocupação da zona 1, ainda que estas taxas estejam calculadas para um mesmo grupo de escolaridade, por exemplo. Vale ressaltar, no entanto, que as razões que na Tabela 6 aparecem em vermelho estão sem validação estatística⁴⁰, porém possuem relevância sociológica. Quero dizer com isso que essas razões condizem com o que se poderia esperar pela teoria apresentada no capítulo I, ou mesmo supondo similaridade de resultados desta com outras pesquisas, como a de Gomes e Amitrano para a RMSP⁴¹.

Tomemos um exemplo, aqueles com anos de estudos entre 10 e 12 anos têm taxa de ocupação de 75,3% na zona 1, ao passo que na zona 4 essa taxa é de 95,3%. Isso leva a razão entre zona 4 e zona 1 a um valor bastante acima da unidade 1,27, ou, em outras palavras, se poderia também dizer que na zona 4 a taxa de ocupação é 27% maior do que na zona 1 no grupo de 10 a 12 anos de estudos. Pode-se também estabelecer algumas interessantes comparações diagonais, como, entre a taxa de ocupação na zona 1 no grupo “10 a 12” anos de estudos (75,3%) e a taxa de ocupação no grupo “0 a 9” anos de estudos na zona 4 (87,5%). Neste caso, o grupo com menos anos de estudos, porém pertencente à zona 4, tem uma taxa de ocupação 16,2% maior do que o grupo com mais anos de estudos, porém pertencente a zona 1. Isso coloca em evidência a correlação entre lugar de residência e inserção laboral.

II. 4. Qualificando a ocupação segundo Zonas de Vulnerabilidade

A experiência laboral típica das zonas não se resume ao nível de ocupação ou desemprego de seus residentes. Vários atributos distinguem situações de emprego e desemprego. A seguir apresento algumas dessas distinções para aqueles que se encontravam em situação de ocupados à época do levantamento e, quando possível, para a

⁴⁰ As taxas que originam as razões foram submetidas a um teste de hipótese onde se admitiu um intervalo de confiança de 95%.

⁴¹ Região Metropolitana estudada por Gomes e Amitrano através de comparativos entre áreas da região definidas segundo o capital econômico possuído pela população residente.

PEA total. A decisão de utilizar primordialmente informações relativas aos ocupados deriva do fato de que o alto nível de ocupação no agregado reduziu naturalmente a amostra de desempregados, havendo nestes dados muitos problemas de representação quando se buscava deprender as informações de interesse desagregadas por zonas. Além disso, os índices de dados perdidos para os desempregados foram bastante elevados em algumas variáveis, como a categoria ocupacional e o setor de atividade do emprego anterior⁴². Tudo isso resultava em dados de menor validade analítica na categoria desempregados e por isso não há um exame dessa situação aqui, mesmo que com isso se reconheça a abertura de uma séria lacuna nesta pesquisa.

A composição ocupacional é bastante distinta entre as zonas. A Tabela 7 mostra a polarização das categorias. Em lilás estão aquelas categorias que ficaram acima da média da RMC nas zonas 3 e 4, enquanto em verde as que ficaram acima da média nas zonas 1 e 2.

⁴² Chegando a 20% de *missing*, o que compromete sobremaneira a validade da informação.

Tabela 7
Ocupados segundo Categorias Ocupacionais e Zonas de Vulnerabilidade.
RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Capitalistas ^A	0,0 ^H	0,1 ^H	0,6 ^H	0,5 ^H	0,3 ^H (7)
Executivos, Administradores e Gerentes ^B	0,5 ^H	0,6 ^H	2,3 ^H	4,1 ^H	1,4 ^H (33)
Profissionais ^C	1,4 ^H	2,1 ^H	8,8	23,2	5,9 (136)
Microempresários ^D	3,8 ^H	3,1 ^H	9,6	13,7	6,0 (150)
Trabalhadores Não- Manuais ^E	10,0	15,6	26,8	19,7	18,8 (421)
Trabalhadores Manuais ^F	63,2	66,8	44,6	34,3	57,1 (1277)
Trabalhadores da Construção Civil ^G	10,4	4,1 ^H	2,1 ^H	0,5 ^H	3,7 (117)
Trabalhadores de Serviços Domésticos ^G	9,2	6,8	3,2 ^H	1,8 ^H	5,5 (138)
Aprendiz. Trabalhador sem remuneração ou na produção para o próprio consumo e ocupações não especificadas	1,1 ^H	0,5 ^H	2,0 ^H	1,1 ^H	1,1 ^H (28)
NSA/NR	0,5	0,3	0,2	1,2	0,3 (9)
Total	100 (673)	100 (729)	100 (582)	100 (332)	100 (2316)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulações Especiais, categorização realizada por pesquisadores do NEPO/UNICAMP a partir de reagrupamentos de categorias da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A. Empregadores que possuam empresas que aloquem a partir de seis empregados, inclusive (com ou sem contribuição a previdência).

B. Aqueles que têm por atribuição a coordenação e planejamento de atividades. São gerentes gerais e de áreas de apoio ou empresas; diretores gerais e de áreas de apoio ou empresas; membros superiores do legislativo, executivo e judiciário.

C. São profissionais com instrução universitária, como professores, cientistas, psicólogos, pesquisadores, advogados, engenheiros, inseridos no mercado formal ou informal.

D. Empregador, com ou sem contribuição a previdência, que aloque de um a cinco empregados.

E. São técnicos, escriturários, secretários, supervisores de serviços correlatos (administrativos), inseridos no mercado formal ou informal de trabalho, e também, membros das forças armadas e instituições militares.

F. Corresponde a um grupo diverso de trabalhadores que realizam tarefas de execução ou apoio a produção, inseridos no mercado formal ou informal, dentre os quais, mecânicos, instaladores, montadores de máquinas, trabalhadores da pecuária, trabalhadores elementares de manutenção e supervisores de atividades correlatas. Também, pescadores, trabalhadores agrícolas, demonstradores, vendedores em domicílio, ambulantes, auxiliares de serviços gerais, etc.

G. Inseridos de maneira formal ou informal no mercado.

H. Valores que exigem cautela na interpretação devido ao pequeno número de casos registrados, no entanto, são todos condizentes com o que se poderia esperar das zonas segundo o conhecimento prévio de suas características.

“Capitalistas” e “Executivos, Administradores e Gerentes” estão acima da média nas zonas 3 e 4, enquanto nas demais, abaixo. Estas são as posições de direção e planejamento da produção, o que evidencia mais uma vez a manifestação da distribuição desigual de capitais, portanto de poder, no plano do mercado de trabalho, reificada no espaço de residência. As categorias “Profissionais”, “Microempresários” e “Trabalhadores Não-Manuais” estão também acima da média nas zonas 3 e 4, ao passo que, nas zonas 1 e 2 estão abaixo.

A exceção dos percentuais nas categorias “Capitalistas”, 0,57% na zona 3 e 0,50% na zona 4, entre os quais não há diferença estatística, existe uma diferenciação entre a composição das zonas 3 e 4. A zona 4 tem em sua composição uma representação maior de “Executivos, Administradores e Gerentes”, “Profissionais” e “Microempresários”, enquanto a zona 3 se sobressai em relação a zona 4, pela representação da categoria “Trabalhadores Não-Manuais”. Lembremos que, enquanto “Executivos, Administradores e Gerentes” são posições de planejamento e direção da produção, assim como “Microempresários” em menor escala, “Profissionais” é exercida por aqueles com nível superior, e Trabalhadores Não-Manuais agrupa ocupações que podem ser exercidas por níveis médios de instrução. Portanto, a composição ocupacional das zonas 3 e 4, quando comparadas está bastante condizente com a distribuição de capitais que as definiu enquanto distintas.

Por sua vez, as zonas 1 e 2 têm em sua composição percentual acima da média da RMC nas categorias “Trabalhadores Manuais”, “Trabalhadores da Construção Civil” e “Trabalhadores de Serviços Domésticos”, enquanto nas zonas 3 e 4 essas categorias estão bastante abaixo da média, sobretudo as duas últimas. Também entre as zonas 1 e 2 existe

uma diferenciação interna: “Trabalhadores Manuais” tem peso ligeiramente maior na composição da zona 2 do que na composição da zona 1, ao passo que “Trabalhadores da Construção Civil” e “Trabalhadores de Serviços Domésticos” são mais importantes na composição da zona 1. Note-se que as ocupações agrupadas em “Trabalhadores Manuais” exigem, por vezes, instrução formal, enquanto “Trabalhadores da Construção Civil” e “Trabalhadores de Serviços Domésticos” são menos exigentes neste tocante, muito embora, as zonas 1 e 2 tenham uma PEA muito similar em termos de “Anos de Estudo”, como anteriormente visto.

A distribuição dos ocupados segundo grandes setores de atividade econômica na RMC (Tabela 8) mostra uma metrópole condizente com a atual etapa do capitalismo periférico. O setor de serviços suplanta todos os demais, inclusive a indústria. Isso se manifesta não apenas, ou mesmo primordialmente, pelo enxugamento de postos no setor industrial (ou desindustrialização), mas também pela expansão da terceirização⁴³.

Todas as zonas concentram a maior parte dos seus ocupados no setor de serviços, mas apresentam particularidades entre si. As zonas 3 e 4 têm em torno de metade de seus ocupados no setor serviços, com peso maior do setor de serviços na composição da zona 4. A julgar pela composição ocupacional destas zonas é de se supor que a concentração no setor de serviços se dê em função do peso relativo que tem em sua composição os “Profissionais” (dentre os quais se encontram os profissionais liberais). Por sua vez, nas zonas 1 e 2, onde o setor de serviços emprega mais de um terço dos residentes em cada uma, é de se supor que isso se dê por outras vias e ocupações, provavelmente mais precárias, pois nestas o percentual de trabalhadores “Profissionais” é bastante reduzido.

A Tabela 8 também traz informações que distinguem as zonas 1 e 2 entre si de forma interessante. A zona 2 é a única na qual o setor industrial tem peso acima da média da RMC. Isso introduz uma vantagem comparativamente à zona 1, já que a indústria frequentemente emprega de forma mais estável e com maiores remunerações que os demais setores (Oliveira, 2010), quando se trata de trabalhadores de nível educacional baixo ou

⁴³ Aqui acontece uma espécie de inchaço artificial do setor, pois, os contratados por terceirizadas são classificados no setor de serviços, ainda que na realidade estejam efetivamente sendo alocados em outro setor da economia, como a indústria (GONÇALVES e SEMEGHINI, 1992 *apud* CALDEIRA, 2011).

médio, como são aqueles que residem nas zonas 1 e 2. Em complemento a isso, nota-se que a zona 1 tem em sua composição lugar de destaque para os setores “Serviços Domésticos” e “Construção Civil”, os que, geralmente, em oposição a indústria, tem maior efemeridade de vínculos e menores níveis salariais.

Tabela 8
Ocupados segundo Grandes Setores de Atividade Econômica^A e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				Total RMC
	1	2	3	4	
Indústria	18,4	31,3	24,0	15,2	26,6 (564)
Comércio	17,4	15,1	18,4	17,8	16,5 (410)
Serviços	37,4	35,7	46,8	61,8	41,6 (1047)
Construção	13,2	6,8	4,9 ^B	0,8 ^B	6,2 (181)
Serviços Domésticos	12,5	9,5	3,6 ^B	2,6 ^B	7,3 (194)
Meio Ambiente	0,5 ^B	0,4 ^B	0,8 ^B	0,1 ^B	0,5 ^B (14)
Agropecuária e Pesca	0,2 ^B	0,3 ^B	0,3 ^B	0,0 ^B	0,2 ^B (5)
NSA/ NR/ Atividades Mal Especificadas	0,5 ^B	0,9 ^B	1,2 ^B	1,7 ^B	1,1 ^B (24)
Total	100 (702)	100 (758)	100 (622)	100 (357)	100 (2439)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. Agrupamento a partir da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

B. Valores que exigem ressalva em sua leitura devido ao pequeno número de casos registrados, no entanto, essa situação é perfeitamente condizente com a estrutura de um mercado de trabalho predominantemente urbano e com a realidade da caracterização de capitais constantes nas zonas.

A Tabela 9, por sua vez, fala sobre a posição na ocupação por zonas. Em todas elas a categoria “Assalariado com carteira ou do setor público” é a mais relevante, comportando em cada uma das zonas mais de 60% de seus ocupados. Essa informação está

bastante condizente com a caracterização previamente feita do mercado de trabalho da RMC como um dos mais estruturados do país em nível de formalização.

As zonas têm composições similares neste indicador. No entanto, pode-se destacar que a zona 2 é aquela que em sua composição apresenta o maior peso da categoria “Assalariado com carteira ou do setor público”. Ao passo que, a zona 4 é aquela com menor peso na mesma categoria, e também a que possui maior representação em sua composição da categoria “Conta própria ou Contrato de autônomo”. Isso poderia parecer, em alguma medida, um paradoxo, principalmente no tocante a zona 4. Contudo, não o é necessariamente. Conforme vimos, a zona 4 tem grande peso da categoria ocupacional “Profissionais” que muitas vezes se insere no mercado de forma autônoma, o que não significa necessariamente desproteção social. Apesar disso, este dado sugere uma maior flexibilização do trabalho na zona 4. Mesmo que isso não signifique necessariamente uma precarização da qualidade de vida dos trabalhadores desta zona, pois os autônomos com melhores rendimentos têm possibilidade de estar protegidos através do pagamento autônomo da previdência.

Tabela 9
Ocupados segundo posição na ocupação e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Assalariado com carteira ou do setor público	65,1	71,2	67,3	62,5	68,8 (1616)
Empregador ^B	1,2 ^A	0,5 ^A	3,2 ^A	1,7 ^A	1,5 ^A (39)
Assalariado sem carteira	11,6	9,9	9,3	11,6 ^A	10,0 (251)
Conta própria ou Contrato de autônomo	21,9	17,9	19,9	24,0	19,4 (482)
Fora do circuito do MT ou MT urbano ^C	0,3 ^A	0,4 ^A	0,4 ^A	0,3 ^A	0,4 ^A (9)
Total	100 (685)	100 (746)	100 (614)	100 (352)	100 (2397)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. O número de observações nestas categorias recomenda cautela em sua leitura.

B. Agrupou-se nesta categoria também os 'Donos de Negócio Familiar'.

C. Refere-se aqueles que se declararam 'Parceiro, arrendatário, meeiro ou assemelhado' e aqueles que eram 'Trabalhadores Familiares'. O número de observações nesta categoria ficou abaixo do necessário para se estabelecer um padrão estatístico.

A estabilidade no trabalho é também uma das distinções possíveis de serem estabelecidas entre os ocupados e ajuda a refletir sobre a realidade da precarização do trabalho. Situações estáveis permitem planejamento de longo prazo e com isso maior qualidade de vida. Nesta pesquisa esta dimensão foi observada a partir de dois indicadores, o tempo no trabalho atual e a presença de pelo menos um mês sem rendimento nos doze meses que antecederam a data de referência da entrevista, junho de 2007.

Tabela 10
Distribuição por tempo no trabalho atual¹ e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Até 6 meses	14,9	17,6	12,6	8,2 ^A	15,0 (347)
]6 meses a 1 ano]	10,7	11,5	13,4	14,0	12,2 (300)
]1 a 5 anos]	43,9	36,9	31,4	31,4	35,3 (900)
Mais de 5 anos	30,5	34,1	42,6	46,5	37,5 (911)
Total	100 (699)	100 (763)	100 (631)	100 (365)	100 (2458)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

1. A informação diz respeito ao trabalho principal e foi obtida apenas daqueles que normalmente trabalhavam de maneira regular contínua ou descontínua (com jornada preestabelecida ou volume de trabalho a ponto de garantir previsibilidade).

A. O número pequeno de observações permite entender este resultado apenas como indicativo. O que reforça sua validade é o fato de estar condizente com o que se poderia esperar em relação à zona 4.

No que tange ao tempo no atual emprego (Tabela 10) vê-se que em todas as zonas a distribuição concentra-se entre as categorias “1 a 5 anos” e “Mais de 5 anos”, em cada zona essas categorias somam mais de 70% dos ocupados residentes. Isso indica que, para a maioria dos trabalhadores, as altas taxas de ocupação na RMC, embora com a gradação por zonas já observada, são também acompanhadas, pela permanência nessas ocupações por períodos maiores que 1 ano. No entanto, vale observar que nas zonas 3 e 4 a representação da categoria “Mais de 5 anos” é maior do que “1 a 5 anos”, acontecendo o inverso com respeito as zonas 1 e 2, o que revela certa distinção, neste tocante, da realidade laboral vivida nestas áreas.

Tabela 11
Distribuição da população economicamente ativa por existência de pelo menos um mês sem rendimento^A nos últimos 12 meses^B e Zonas de Vulnerabilidade. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Não houve	72,0	74,2	81,5	89,7	77,5 (2205)
Houve pelo menos um mês	28,0	25,8	18,5	10,3	22,5 (639)
Total	100 (878)	100 (888)	100 (702)	100 (376)	100 (2844)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. Foi considerado mês sem rendimento quando o entrevistado referiu a ausência de qualquer renda, seja ela resultante de vencimentos laborais ou outras fontes como pensões, transferências governamentais, aluguéis, mesadas, etc. Para a finalidade de aferir a estabilidade financeira resultante diretamente da inserção laboral, o ideal seria considerar a presença de mês sem rendimento derivado do trabalho. No entanto, isso não foi possível dada a limitação da fonte. Sendo assim, este dado é apenas indicativo de estabilidade laboral, pois subenumera a existência de meses sem rendimentos derivados do trabalho.

B. Considerados a partir do mês de referência da pesquisa, ou seja, os doze meses que transcorreram entre junho de 2006 e junho de 2007.

Por sua vez, a Tabela 11, corrobora a percepção de que a estabilidade laboral nas zonas 1 e 2 é distinta em relação as zonas 3 e 4. Nas zonas 1 e 2 o percentual da PEA com pelo menos um mês sem rendimento no último ano é superior a um quarto, enquanto na zona 3, ele não chega a um quinto e na zona 4, é pouco superior a um décimo. Importante dizer que, conforme menciono na *nota A* da Tabela 11, os rendimentos considerados nesta tabulação não são apenas aqueles derivados do trabalho, portanto, a instabilidade laboral que se reflete em instabilidade financeira está ainda subestimada.

De tudo o que se disse, pode-se concluir por uma forte aderência da caracterização de vulnerabilidade das zonas com a situação de inserção laboral nelas constantes. ZV1 e ZV2 em geral tem características de trabalho menos favoráveis comparativamente as zonas 3 e 4, seja em termos das categorias ocupacionais que encerram, como em estabilidade da inserção. A análise da distribuição dos ocupados por grandes setores da economia e a informação disponível de posição na ocupação, por sua

vez, ofereceram informações menos inequívocas para síntese. No entanto, vale destacar que a diferenciação entre zona 1 e 2 no tocante aos setores de atividade em que seus ocupados estão inseridos é importantíssima, principalmente quando lida em associação ao nível educacional da PEA destas zonas. Em que pese a similaridade da composição das zonas em termos de anos de estudos de seus habitantes, a zona 2 tem uma vantagem relativa em termos de inserção laboral frente a zona 1, seja em nível de ocupação, em categorias ocupacionais que comporta ou em termos dos setores da economia em que seus ocupados se concentram.

II. 5. Mensurando o nível de associação entre lugar de residência e desempenho no mercado de trabalho

Por fim, com o objetivo de mensurar mais propriamente a associação entre inserção laboral e lugar de residência foi empreendido um processo de modelagem. As “variáveis-resposta” consideradas foram a “situação de ocupação” (empregado ou não empregado) e a “situação de estabilidade” no mercado de trabalho (estável ou não estável).

A situação de ocupação levou em consideração as recomendações da Fundação SEADE e DIEESE, sendo, portanto, como já se anunciou, considerados na categoria “desempregados” não apenas aqueles em situação de desemprego aberto, mas também os que se encontram em desemprego oculto pelo trabalho precário e por desalento⁴⁴. A situação de estabilidade foi mensurada a partir da informação “existência de algum mês sem rendimento no último ano”, categorizada em “não houve” (estável) e “houve pelo menos um mês” (instável). O ano de referência neste caso são os doze meses transcorridos entre junho de 2006 e junho de 2007⁴⁵, sendo este último, mês em que foi realizada a

⁴⁴ Para detalhes sobre a definição destas categorias de desemprego consultar o *Anexo A* desta dissertação.

⁴⁵ Conforme já apresentado na Tabela 11, *nota A*, a informação é relativa à ausência de qualquer renda, seja ela resultante de vencimentos laborais ou outras fontes como pensões, transferências governamentais, aluguéis, mesadas, dentre outras. Para a finalidade de aferir a estabilidade financeira resultante diretamente da inserção laboral, o ideal seria considerar a presença de mês sem rendimento derivado do trabalho. No entanto, isso não foi possível dada a limitação da fonte neste quesito. Sendo assim, este dado subenumera a existência de meses sem rendimentos derivados do trabalho. Portanto, a instabilidade, quando houve algum mês sem

Pesquisa Domiciliar do projeto Vulnerabilidade, que é a fonte de dados também nesta etapa da pesquisa.

Venho afirmando, em conformidade com a economia neoclássica e apoiada nos resultados da análise descritiva, que a inserção laboral está associada a fatores sociodemográficos e ao lugar de residência⁴⁶. Portanto, o modelo a ser utilizado deve considerar a influência de ambos os fatores. Em princípio o modelo apropriado poderia ser o de regressão logística binária⁴⁷ tradicional. Contudo, conforme se observou através da análise descritiva, as variáveis sociodemográficas não são independentes em relação à variável de contexto, lugar de residência⁴⁸. Um modelo de regressão logística tradicional tem como um de seus pressupostos básicos a independência entre as observações das variáveis preditoras (no caso, sociodemográficas e lugar de residência), por isso ele não seria capaz de ajustar adequadamente as associações, haja vista que esse pressuposto não é cumprido. Sendo assim, utilizou-se um modelo de regressão logística binária de tipo multinível, pois neste tipo de modelo é possível levar em consideração a dependência entre as variáveis preditoras.

Justificada a necessidade do uso de um modelo multinível, foram considerados dois níveis:

- a) Nível 1, individual (relativo às variáveis sociodemográficas), para o qual são levadas em conta as variáveis preditoras: anos de estudo (categorizada em “13 ou mais” – referência, “0 a 9” “10 a 12”), cor (“Branca” – referência, “Negra”), condição migratória (“Não Migrante” – referência, “Migrante Recente”, “Migrante Antigo”) sexo (“Masculino” – referência, “Feminino”) e idade (“40-54” – referência, “16-24”, “25-39”, “55+”);
- b) Nível 2, contextual (relativo ao lugar de residência), cuja variável considerada foi a zona de vulnerabilidade de residência (categorizada em: “ZV4” – referência, “ZV1”, “ZV2” e “ZV3”).

rendimento, deve ser na realidade ainda mais relevante do que se pode visualizar com a informação disponível.

⁴⁶ Sobretudo a partir dos resultados apresentados na Tabela 6.

⁴⁷ Levando em consideração a natureza das “variáveis-resposta”, dicotômicas.

⁴⁸ Ver seção *População Economicamente Ativa e Nível de Ocupação* desta Dissertação.

A estratégia de modelagem foi a mesma para as duas “variáveis-resposta”. Inicialmente, foi realizada uma análise de regressão logística binária simples multinível entre cada variável preditora e as variáveis-resposta. As variáveis predictoras estatisticamente significativas ($p < 0,20$) na análise de regressão univariada foram selecionadas para a análise multivariada. Na análise multivariada, primeiro analisou-se o modelo nulo (M0), com intercepto aleatório, ou seja, sem variáveis predictoras (ou independentes), apenas com os níveis determinados (1 e 2). Em seguida, foi analisado o modelo contendo apenas as variáveis individuais (M1). Por fim, inseriu-se de forma simultânea as variáveis de nível individual e a variável contextual (lugar de residência), chegando-se ao modelo 2, modelo completo ou final (M2), tendo como referência um nível de significância de 0,05. Os resultados do modelo foram apresentados como razões de chance. As análises dos dados foram realizadas no *software* MLWin versão 2.0.2.

A partir da observação dos resultados do modelo nulo, percebe-se que parte da variabilidade na chance do indivíduo estar desempregado ou em situação de instabilidade foi explicada pelo nível 2, o que corroborou a manutenção da escolha da análise multinível para a modelagem das duas “variáveis-resposta” e a hipótese de que o lugar de residência é relevante para a explicação do desempenho no mercado de trabalho.

A modelagem contendo apenas as variáveis do indivíduo (M1) revelou a importância de cada uma destas variáveis como predictoras para a condição laboral, seja para chance de estar em situação de desemprego ou ser instável. Contudo, também mostrou a permanência de uma alta variância do efeito aleatório do nível 2 (indicado pela variância do nível 2), apontando para a existência do efeito de contexto nas variáveis individuais.

Por fim, o modelo final (M2), contendo as variáveis do indivíduo (sociodemográficas) e a variável contextual (zonas de vulnerabilidade), apresentou uma variância menor do efeito aleatório quando comparado com aquele que continha apenas as variáveis do indivíduo, havendo mais uma vez evidência da relevância das ZVs na determinação da situação laboral. No entanto, permaneceu, no modelo completo, seja na chance de estar desempregado, seja na chance de ser instável, uma variabilidade do efeito aleatório de contexto, indicando ainda uma presença de efeito de contexto, que deve ser explicada por outras variáveis contextuais não inseridas na modelagem deste estudo. Isso

mostra que há especificidades dos contextos que não estão contidas no desenho das ZVs e que são relevantes para a situação de inserção laboral. Como será mostrado no Capítulo 3, pode-se pensar em outras variáveis que, no nível 2 (contexto, no caso, espacial), poderiam interferir na situação laboral do indivíduo.

A modelagem não leva em consideração aqueles que tinham menos de 16 anos e também exclui os que se declararam “amarelos” ou “indígenas”, em ambos os casos devido ao pequeno número de observações nestas categorias o que inviabiliza sua inserção no modelo. Também foram excluídos os indivíduos que apresentaram informação faltante em alguma das variáveis. Essas exclusões correspondem a 1,9% da amostra. A amostra final é composta por todos os residentes na RMC que são economicamente ativos, a qual, consideradas as exclusões, foi de 2.815 indivíduos.

A avaliação da associação entre a situação laboral, variáveis individuais e do contexto foi feita com base na significância estatística do coeficiente das variáveis ($p \leq 0,05$) e na diminuição do efeito aleatório após sua inclusão no modelo.

A Tabela 12 mostra os resultados do modelo final para a chance de se estar desempregado. A inserção da variável contextual, zonas, no modelo 1, que continha apenas as variáveis individuais, foi responsável pela redução de 10,0% da variabilidade do efeito aleatório. Ou seja, o modelo 2 explica mais as diferenças na chance de se estar em desemprego do que o modelo 1, pois a variável “ZVs” está presente, o que mostra que é relevante levar em conta os lugares do espaço físico (e social) no qual as pessoas residem para explicar sua situação de inserção laboral.

Tabela 12
Modelo de Regressão Logística Binária Multinível, para
chance de estar em situação de desempregado (modelo final).
RMC, 2007

Variáveis	Razão de Chances(OR)	Valor-p
Anos de Estudo		
13 ou mais	1,000	-
0 a 9	3,037	0,000
10 a 12	2,494	0,000
Cor		
Branca	1,000	-
Negra	1,547	
Condição de Migração		
Não Migrante	1,000	-
Migrante Recente	1,184	0,000
Migrante Antigo	1,007	0,040
Sexo		
Masculino	1,000	-
Feminino	2,071	0,000
Grupos Etários		
40-54	1,000	-
16-24	3,053	0,000
25-39	1,647	0,000
55+	1,131	0,000
Zonas		
ZV4	1,000	0,000
ZV1	8,150	0,001
ZV2	5,355	0,007
ZV3	4,212	0,016

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

Os resultados apresentados na Tabela 12 corroboram o que se havia constatado anteriormente com a descrição univariada das taxas de ocupação. Controladas as demais características individuais, há mais chance de um indivíduo se encontrar em desemprego quando este tem menor escolaridade, o mesmo ocorrendo quando é de cor negra, migrante, do sexo feminino e está nas extremidades da distribuição etária (nos grupos mais jovens ou no mais velho). As associações mais fortes (aqui consideradas como aquelas em que a

chance de estar na condição de desemprego é superior a duas vezes a chance de estar na mesma condição na categoria de referência), em ordem decrescente, foram encontradas para aqueles que estão na faixa etária de 16 a 24 anos (RC=3,053), com 0 a 9 anos de estudos (RC=3,037), 10 a 12 anos de estudos (RC=2,492) e para o sexo feminino (RC=2,071).

Na mesma Tabela 12 também se visualiza a associação entre viver em uma determinada zona e estar em situação de desemprego controladas todas as características individuais aqui consideradas. Os resultados mostram que, controladas as características individuais, viver na ZV1 aumenta em mais de oito vezes a chance de o indivíduo estar em situação de desemprego, comparativamente a quando reside na ZV4. Para a zona de vulnerabilidade 2 essa chance é de mais de cinco vezes, enquanto para a zona 3 é de mais de quatro vezes. Portanto, indivíduos que tenham as mesmas características individuais têm distintas chances de estar em desemprego dependendo da zona em que residam, chance que é maior quanto menor o índice de capitais da zona.

Por sua vez, a Tabela 13 mostra os resultados da modelagem para a chance, dos economicamente ativos, estarem em situação de instabilidade financeira, que aqui se tomou como indicativa da instabilidade laboral. Neste segundo processo de modelagem, a inserção da variável contextual (ZVs), no modelo 1, – aquele que contém apenas as variáveis individuais – foi responsável pela redução de 25,5% da variabilidade do efeito aleatório. Sendo assim, a relevância da variável “ZVs” na explicação da situação laboral é maior para a chance de instabilidade do que para a chance de estar desempregado.

Tabela 13
Modelo de Regressão Logística Binária Multinível, para
chance de estar em situação de instabilidade (modelo final).
RMC, 2007

Variáveis	Razão de Chances(OR)	Valor-p
Anos de Estudo		
13 ou mais	1,000	-
0 a 9	3,622	0,000
10 a 12	2,540	0,000
Cor		
Branca	1,000	-
Negra	1,439	0,000
Condição de Migração		
Não Migrante	1,000	-
Migrante Recente	1,978	0,000
Migrante Antigo	1,024	0,000
Sexo		
Masculino	1,000	-
Feminino	1,950	0,000
Grupos Etários		
40-54	1,000	-
16-24	8,061	0,000
25-39	2,008	0,000
55+	0,959	0,000
Zonas		
ZV4	1,000	0,000
ZV1	22,466	0,000
ZV2	18,449	0,000
ZV3	20,045	0,000

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

Nenhuma variável individual está tão fortemente associada à chance de instabilidade como a variável contextual, zona de vulnerabilidade, está. Controlados os atributos individuais, aqueles que vivem na ZV1 tem uma chance vinte e duas vezes maior de estar em situação de instabilidade do que aqueles que vivem na zona de referência, a ZV4. Na zona 2, esta chance é dezoito vezes maior e na zona 3 vinte vezes maior. Em todos os casos a probabilidade de se estar cometendo um erro ao afirmar que o nível de

associação entre zonas e instabilidade é deste teor e intensidade é quase nulo, como mostram os valores-p.

Ambos os processos de modelagem, para chance de desemprego e para chance de instabilidade, mostram a relevância da variável de contexto, zonas de vulnerabilidade, para a explicação da situação laboral. Portanto, a hipótese desta pesquisa parece bastante resistente. No entanto, a permanência de um efeito aleatório residual na variabilidade da chance de se estar desempregado ou em situação de instabilidade, mesmo quando se insere no modelo a variável “ZVs”, mostra que há outros fatores influenciando a inserção laboral que não foram considerados nem no nível individual, nem no nível de contexto.

Em conformidade ao que a literatura tratada no capítulo I afirma, acredito que parte dessa variabilidade não explicada deve estar relacionada a aspectos dos lugares de residência que conformam distintas situações de acesso aos meios de transporte, estigmas territoriais, redes locais de circulação de informações sobre trabalho, etc. O capítulo III trata de investigar estes aspectos do lugar de residência que não estão propriamente contemplados no desenho das zonas.

Capítulo III: Das mediações

Dos três capítulos que compõem esta dissertação, este é o que considero o mais importante. Nele finalmente trato dos mecanismos que a literatura vem afirmando serem uma espécie de “conexão perdida” entre lugar de residência e inserção laboral. Ele se divide em três partes. Na primeira, trato das fontes que utilizei e dos motivos que me levaram a fazer um levantamento próprio de informações, o qual chamo de “pesquisa de campo”, ao modo dos antropólogos; embora eu não tenha feito exatamente uma etnografia. Na segunda parte, apresento os lugares onde empreendi minhas entrevistas e observações. Em seguida, falo do que encontrei sobre os mecanismos.

III. 1. A pesquisa de campo: justificativa, formato e escolha dos setores

A pesquisa domiciliar do “Projeto Vulnerabilidade” fornece algumas variáveis sobre os mecanismos que investigo. No entanto, por seu desenho e objetivos específicos os dados gerados não eram os mais adequados para um trabalho que visasse ao entendimento das maneiras através das quais o lugar de residência interfere na inserção laboral. Como em outro momento sublinhei, vários autores reivindicam pesquisas de desenho qualitativo para o tratamento desta questão. Isso acontece porque, sobretudo os mecanismos subjetivos envolvem percepções que, por suas naturezas, não são propriamente apreendidas em pesquisas que se utilizam de questionários fechados. A verbalização destas é complexa e de difícil redução prévia em categorias, sendo necessário empreender entrevistas menos rígidas quanto às respostas possíveis. Nelas o entrevistado pode de fato expressar o mundo social nele depositado e por ele significado de forma criativa, mas determinada por sua posição no espaço social. Isso só acontece através de frases próprias e não naquelas presumidas por um entrevistador que tem nele mesmo uma realidade depositada.

Em vista ao que se disse no parágrafo anterior, realizei uma pesquisa de campo própria com um roteiro de entrevistas de tipo semiestruturado que permitia essa liberdade de expressão ao entrevistado. Ela serve como complemento às informações que a pesquisa do “Projeto Vulnerabilidade” levantou e que continuo utilizando como fonte neste capítulo.

O roteiro de entrevistas em questão encontra-se disponível no *Anexo B*. Ele contém seis módulos, porém as perguntas neles constantes não se aplicavam a todos os respondentes. O tempo de entrevista variou, a menor teve duração de 00h30, enquanto a mais extensa tem 02h26. Todas tiveram o áudio gravado com o conhecimento dos entrevistados. Foram realizadas trinta entrevistas e também registrei uma conversa informal. Busquei pessoas preferencialmente na faixa de dezoito a sessenta anos, uma vez que se sabe ser esse subgrupo populacional o de maior probabilidade de estar economicamente ativo. Embora, obviamente, pessoas fora do mercado também possam fornecer informações sobre suas vizinhanças e expectativas profissionais, era necessário otimizar o levantamento dadas as condições materiais em que este se realizou, por uma única pesquisadora. Ainda assim, como a situação de atividade não tenha sido um filtro inicial, houve entrevistas com pessoas economicamente ativas e também não ativas.

A questão da expectativa profissional futura, destinada especificamente aos jovens de até 25 anos e crianças, foi abordada diretamente no caso dos entrevistados mais jovens (até 25 anos). No caso dos entrevistados com idade acima de 25 anos, dirigi a questão aos adolescentes e crianças que residiam no mesmo domicílio do entrevistado. Nas situações em que isso não foi possível, perguntei sobre as expectativas que os responsáveis por esses jovens e crianças depositavam em seus filhos, netos, sobrinhos (e etc.) residentes.

Os lugares escolhidos para o levantamento estiveram presentes na amostra que compôs a pesquisa domiciliar do “Projeto Vulnerabilidade”. Por isso, cheguei a eles com uma lista prévia de nomes e endereços de pessoas que haviam sido entrevistadas em 2007. A ideia inicial era entrevistar novamente essas pessoas e depois utilizar esses contatos refeitos para conseguir novas entrevistas. No entanto, em ambas as áreas, logo percebeu-se que seria mais fácil abordar potenciais entrevistados diretamente nas ruas e pedir que concedessem as entrevistas. Por isso, a minoria dos entrevistados são os mesmos de 2007.

Nem todas as entrevistas tiveram a mesma evolução, pois nem todos tinham a mesma disponibilidade para falar. Algumas vezes o silêncio pareceu ter significado, surgindo em perguntas que poderiam revelar algo delicado sobre o respondente e seu contexto. No mesmo sentido, algumas pessoas não aceitaram ser entrevistadas. Uma delas, por exemplo, disse explicitamente que considerava inadequado falar de assuntos

relacionados à vizinhança, devido ao teor ameaçador que entendia ter a mesma. Mas nem sempre esse foi o caso, algumas vezes o silêncio pareceu não ter sentido relevante para meus objetivos de pesquisa. Apesar disso, procurei analisar todas as entrevistas, sem desprezar nenhuma, inseri-as em um banco de dados onde as respostas foram reduzidas em frases chaves. Essa estratégia me permitiu certa segurança para falar delas em conjunto. Muitas falas foram também transcritas por mim, algumas aparecem neste capítulo como exemplos, escolhi-as justamente por seus caracteres exemplares.

O campo foi realizado em dois setores censitários da RMC, entre agosto de 2011 e fevereiro de 2012, sempre aos fins de semana, quando muitos trabalhadores estão em suas casas. Esses lugares foram escolhidos também por motivos específicos que apresento a seguir.

Conforme ao interesse anunciado, escolhi dois lugares, ou mais propriamente, dois setores censitários que comportavam residentes que, numa escala de capitais ocupam as categorias mais baixas. No caso das entrevistas semiestruturadas foram escolhidos setores com baixa escolaridade e renda dos chefes do domicílio e com altas proporções de analfabetismo entre crianças de sete a catorze anos, quando comparados à média da RMC. No entanto, os dois setores elegidos apresentavam entre si uma diferença proposital *a priori*, o tipo de entorno. Um dos setores elegidos é cercado por setores que apresentam a mesma situação em termos de escolaridade e renda, enquanto outro é rodeado por setores que apresentam situação inversa, portanto, renda e escolaridade elevadas. Sendo assim, os setores escolhidos vivenciam, respectivamente, uma situação de homogenia e uma situação de heterogenia, de tipo enclave.

O indicador utilizado para detectar a relação espacial entre os setores foi o chamado “Moran Local”, aplicado por Cunha e Jiménez (2006) com dados do censo 2000. A partir deste estudo pude identificar as áreas com ou sem homogenia para posterior escolha das duas áreas específicas. Infelizmente, no momento em que eu empreendi minhas entrevistas os dados do censo 2010 não estavam ainda disponíveis, por isso a utilização de um indicador formulado com dados do censo 2000 foi compulsória. No entanto, conforme pude constatar pessoalmente em minhas visitas de campo, a composição socioeconômica

dos setores elegidos parece não ter sofrido alterações importantes de forma a comprometer o objetivo de observar uma situação de homogenia e outra de heterogenia.

O fato de que eu tenha levantado as informações básicas de identificação para todos os residentes dos domicílios onde houve entrevistas fez com que o banco de dados do campo apresente 135 entradas (ou seja, 135 casos ou pessoas). Nestas informações constam “Última série concluída” e “Profissão”, essenciais para a caracterização do perfil socioeconômico. Isso, aliado à observação dos lugares, me permitiu confiança quanto à afirmação da manutenção do perfil socioeconômico dos moradores dos setores elegidos e destes estarem efetivamente em uma área de homogenia e outra de heterogenia, o que também corrobora a robustez do método de Moran.

Por sua vez, a ideia de investigar dois espaços em situações distintas em termos de composição social do entorno esteve norteada pelo que chamei de “hipótese da composição”, que norteia muitos dos estudos sobre as influências que o espaço de residência pode exercer nas condições gerais de vida das pessoas. O ponto de partida desses estudos é a proposição de que o espaço importa, pois a experiência espacialmente coletiva de uma condição, como a situação socioeconômica, difere da experiência individual. Além disso, essa hipótese parte da ideia de que espaços que comportam populações destituídas em capitais tendem a reproduzir essa situação devido à ausência dos requisitos necessários a sua superação, a própria posse de capitais. Esse argumento é comum à tese geral de Bourdieu (1999, 2011), à formulação de Kaztman e Filgueiras (2006) e até mesmo a empreendimentos institucionais em habitação, todos interessados na tendência à reprodução ou transferência intergeracional das condições de vida.

Em *Efeitos de Lugar*, Bourdieu (1999) apresenta a proposição genérica de que grupos sociais próximos em termos de capitais no espaço social tendem a estar próximos no espaço físico, enquanto aqueles que se distanciam socialmente tendem a estar distantes fisicamente. Isso descreve, de forma geral, a disposição espacial das cidades em centro e periferia ou outros tipos de disposições espaciais de grupos distintos, também não aleatórias e de caráter segregador. Porém, o autor vai além dessa descrição e afirma que parte da inércia da configuração do espaço social ocorre devido ao fato de estar inscrita no espaço físico. Um dos requisitos para a transformação do espaço social seria a transplantação de

coisas e pessoas no espaço físico. Pois, com a transposição, elas estariam cercadas por possibilidades de aquisição de capitais variados. O autor fala, por exemplo, que o capital social, particularmente aquele adquirido na infância e adolescência, é obtido pela frequência prolongada de espaços, como, poderíamos acrescentar, o lugar de residência. Mas este mesmo autor é temerário quanto ao efeito positivo da transplantação, pois os capitais são apropriados apenas por aqueles que são os ocupantes legítimos de um espaço:

Vê-se, assim, inclinado a pôr em dúvida a crença de que a aproximação espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de fato, nada é mais intolerável que a aproximação física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes (Bourdieu, 1999, p. 165).

Em sentido similar, Kaztman e Filgueiras (2006) afirmam que em vizinhanças onde a confiança entre os vizinhos é forte, os vínculos podem constituir-se numa rede importante, sobretudo no caso das vizinhanças heterogêneas. Isso porque, nelas circulam valores, comportamentos e informações que podem impulsionar a mobilidade social. Essa ideia está elaborada em trechos como:

[...] outro recurso que opera nas vizinhanças heterogêneas em benefício dos mais humildes é a presença dos *modelos de rol*⁴⁹. Refiro-me às pessoas que, por suas condições de vida, por seus hábitos e comportamentos, são exemplos de como alcançar níveis razoáveis de bem-estar utilizando a estrutura de oportunidades existente (2006, p.78).

De fato, os níveis de segregação residencial nas cidades determinam a maior ou menor probabilidade de que se conformem espaços de sociabilidade que incluam apenas pessoas ou famílias com características socioeconômicas semelhantes. A constatação destes fatos aumentou a preocupação dos efeitos perversos do aprofundamento das fissuras do tecido social urbano, em particular porque estas podem significar um fortalecimento da impermeabilidade que, tradicionalmente, tem caracterizado as estruturas sociais da região contra as pretensões de mobilidade dos que estão em níveis inferiores (2006, p. 79).

⁴⁹ Ao longo deste texto tenho chamado de modelos de papéis para o que os autores em questão chamam de modelos de rol, o que acredito ser uma expressão mais própria a escritos em idioma espanhol.

Kaztman e Filgueiras também afirmam que a composição social de bairros homogêneos pobres aparentemente tem efeitos sobre comportamentos de risco entre jovens, como abandono escolar e maternidade adolescente.

O parecer de que a composição social dos lugares de residência tem efeitos sobre as condições de vida possíveis de serem alcançadas informaram até mesmo grandes pesquisas institucionalizadas em projetos de habitação nos Estados Unidos, como o Moving to Opportunity for Fair Housing (MTO)⁵⁰. O MTO consiste em um programa de concessão de subsídio financeiro para que famílias de baixa renda fixem residência em áreas onde os residentes apresentem melhor situação “low-poverty neighborhoods”⁵¹. Um dos objetivos do empreendimento foi testar especificamente, e em longo prazo, o impacto que a mudança de residência poderia proporcionar nos resultados escolares e no mercado de trabalho dos beneficiados pelo subsídio (Department of Housing and Urban Development). Logo, a hipótese de partida da pesquisa, convertida em programa de habitação, consistiu na “hipótese da composição”.

Analisando conclusões de um autor que se baseia em um programa habitacional com o desenho descrito acima, Bauder (2002), escreve:

Rosenbaum (1991, 1995) examines participants in a public housing voucher programme that allows poor families to choose their neighbourhood of residence. The study reveals that the children of suburban movers are performing better in school and in the labour market than their inner-city counterparts. Rosenbaum concludes that youths in middle-class suburbs learn important social and behavioural skills, unavailable to youths in poor inner-city neighbourhoods⁵² (2002, pp. 85-86).

⁵⁰ O que pode ser traduzido por Mudando para Oportunidades Justas de Moradia.

⁵¹ Vizinhos menos pobres do que as de origem.

⁵² “Rosenbaum (1991, 1995) analisa os participantes de um programa público que fornece subsídio financeiro para habitação, o que permite que famílias pobres escolham seu bairro de residência. O estudo revela que os filhos de pessoas que mudaram para áreas suburbanas estão tendo melhores resultados na escola e no mercado de trabalho do que os seus pares do centro da cidade. Rosenbaum conclui que os jovens nos subúrbios de classe média aprendem importantes habilidades sociais e comportamentais, indisponíveis para os jovens nos bairros pobres do centro da cidade”. Tradução livre.

Portanto, quando a população sob análise é aquela com baixos atributos, seja de renda e/ou escolaridade, parece se sobressair a percepção de que sua concentração e/ou homogeneidade social é um aspecto negativo para seu desempenho no alcance a melhores condições de vida. Em complemento, a ideia de que a heterogeneidade é uma vantagem aparece, seja através de constatações empíricas ou em formulações teóricas, mesmo que com ressalvas, como a necessidade da consideração do nível de confiança entre os vizinhos ou percepção da possibilidade de intolerância na convivência entre os distintos. Permanece a disputa pelos fatores explicativos, mas aparentemente, a aquisição de habilidades e valores culturais a partir da convivência é uma chave comum a esses estudos.

Sendo assim, o objetivo de empreender uma pesquisa de campo em uma área homogênea e outra heterogênea é justamente contribuir para a discussão do que chamei de “hipótese da composição”. Vale dizer que desenhos de campo similares foram usados por outros estudos brasileiros nos quais me apoiei, ainda que não sejam exatamente no mesmo formato do que empreendi, poderia citar como exemplos: Andrade e Mendonça, (2010); Almeida, D’Andrea e Lucca, (2008); e Ribeiro (2008).

Por fim, vale dizer que a “pesquisa de campo” poderia ser assim chamada não apenas porque as ciências sociais, sobretudo a antropologia, costumam rotular dessa forma pesquisas qualitativas em que o pesquisador vai pessoalmente atrás do “objeto”. Uma vez que os bairros visitados revelaram-se verdadeiros microcosmos do espaço social, onde as pessoas se relacionam a partir das posições sociais que ocupam neste espaço, o que apresento a seguir são também observações de “campos” no sentido de Bourdieu.

III. 2. Os lugares: de setores a bairros

Um setor censitário é uma unidade de coleta de informações delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele é uma área contínua e seus limites visam a resguardar um número de domicílios e perímetro espacial possíveis de serem percorridos por um único recenseador. No entanto, existe também uma preocupação com sua homogeneidade socioeconômica interna, embora ela não seja o ponto essencial para a delimitação da unidade de recenseamento. No caso do enclave, como apresento mais

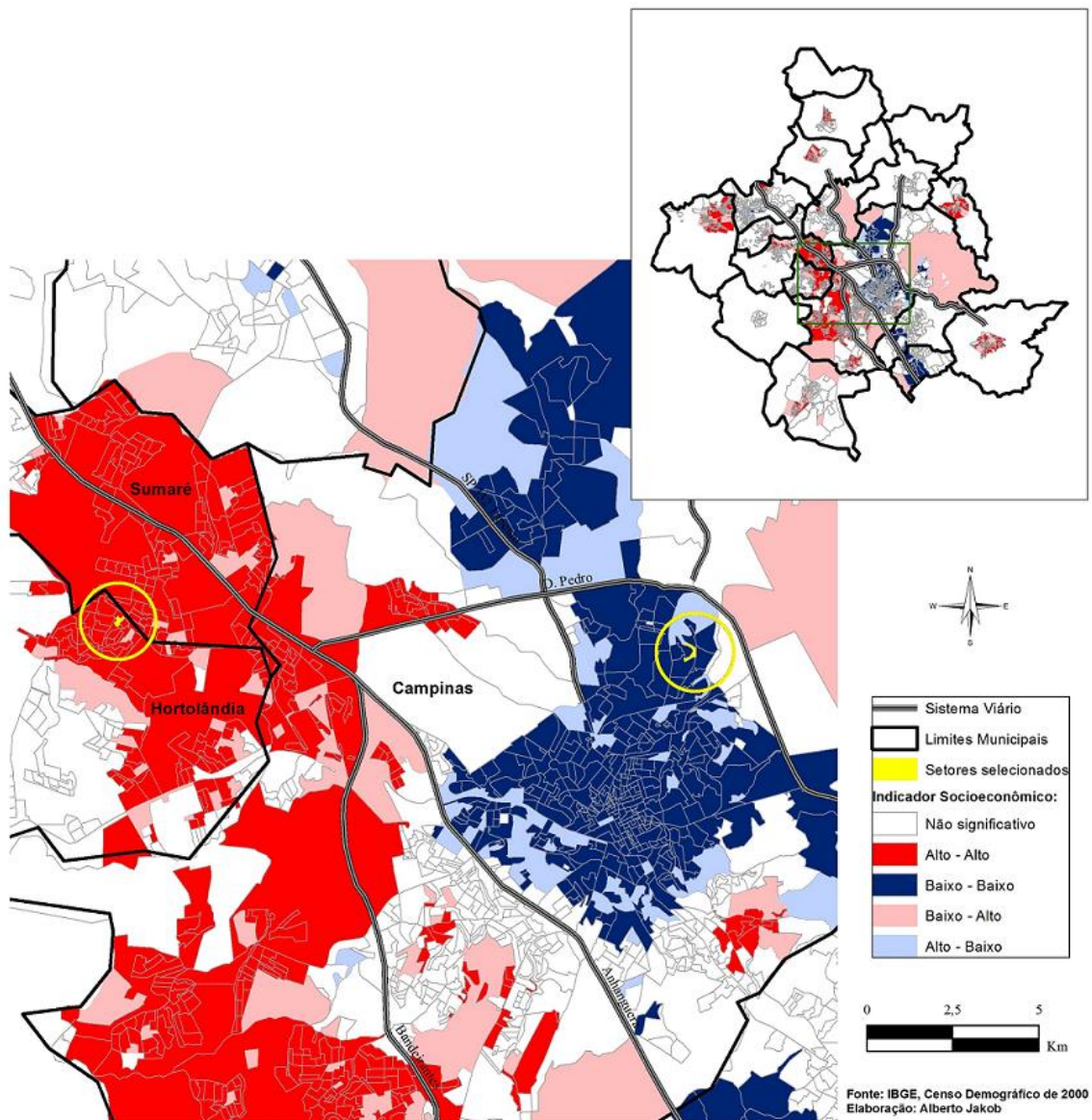
detalhadamente a seguir, os limites do setor elegido para entrevistas coincidiram muito claramente com uma clivagem social em relação ao entorno.

Apesar disso, setor censitário é muito mais uma categoria operacional do que propriamente uma categoria com referência em atributos sociais de um espaço e seus residentes. Ninguém se identifica como residente de um setor censitário ou é capaz de falar sobre as características dele, que é propriamente nomeado por uma sequência impessoal de números.

Por sua vez, bairro é uma construção que ao mesmo tempo envolve a dimensão espacial e a identificação social dos residentes. Em alguns municípios brasileiros, como no Rio de Janeiro, os limites dos bairros são designados por lei e as ruas onde o bairro começa e termina são claras. Em outros municípios, como Campinas, os limites dos bairros são mais turvos e não é incomum ver, por exemplo, uma correspondência vinda pelos correios em que conste um bairro, enquanto o morador afirme que resida em outro. Perguntar aos moradores o nome do bairro em que residem também não gera uma informação inequívoca ou objetiva. Às vezes, vizinhos de porta podem discordar sobre o nome do bairro que habitam. Isso pode ter a ver com a história do bairro, com estratégias de distinção social de grupos que vivem próximos e se veem externos, dentre outros fatores. Como se verá, a disputa pelo nome de um bairro pode ser uma porta de entrada interessante para mapear a estrutura social que nele se desenha.

Os bairros aos quais pertencem os setores que forneceram minhas entrevistas receberam nomes fictícios, assim como todos os meus entrevistados, instituições de ensino e outros bairros por eles mencionados. O caso de homogenia foi chamado de Boa Ventura, enquanto o caso de heterogenia de São João. O Mapa 2 mostra os setores em questão assinalados em amarelo. A seguir apresento aspectos gerais dos bairros onde eles se encontram. Parece-me que esses aspectos ajudam a definir suas identidades de forma relevante para o entendimento dos mecanismos.

Mapa 2
Setores selecionados pelo Índice de Moran Local para condição socioeconômica^A
Região Metropolitana de Campinas, 2000



A. Índice calculado por José Marcos Pinto da Cunha e Maren Andrea Jiménez. Consultar Cunha e Jiménez, 2006.

O Boa Ventura

O bairro Boa Ventura está localizado na divisa entre Sumaré e Hortolândia, pertencendo ao segundo município. Conforme se visualiza no Mapa 2, ele fica próximo à rodovia Anhanguera, onde se situam muitas indústrias da região metropolitana. Também Hortolândia é um município conhecido pela grande quantidade de plantas industriais que comporta. A área onde se encontra o setor selecionado se localiza na ZV1, aquela em situação de vulnerabilidade mais alta na região (CUNHA (org.), 2009). Os registros de identificação dos moradores dos domicílios onde realizei entrevistas e a situação infraestrutural do bairro corroboram essa classificação.

Considerando as informações dos domicílios, dentre os residentes que têm dezoito anos ou mais de idade (41 pessoas), mais da metade tem de zero a nove anos de estudos, o que corresponde no máximo ao ensino fundamental. Apenas um cursa escola técnica em telecomunicações, três tem ensino superior incompleto (dois ainda cursando, um desistiu ao final do primeiro semestre devido ao preço das mensalidades) e uma moradora tem ensino superior completo em Análise de Sistemas, mas não trabalha na área de formação, atualmente faz apenas “bicos” como garçomete em um restaurante. A profissionalização dos moradores também é baixa. Quando perguntados sobre a “Profissão” muitos respondiam que estavam desempregados, mostrando que não são efetivamente especializados em nenhuma atividade. As atividades que exercem ou exerceram variam pouco, se concentrando naquelas que podem ser realizadas justamente sem especialização.

Dentre as pessoas efetivamente entrevistadas (14)⁵³, sete estavam trabalhando, sendo uma delas vendedora de produtos de catálogo, quatro faxineiras, uma empregada doméstica mensalista e uma babá. Três estavam inativas por motivo de doença, sendo um pedreiro, uma auxiliar de produção e um servente de pedreiro. O último, acidentado no trabalho e até o momento sem nenhum apoio trabalhista, pois estava tentando negociar com o “gato” (dono da firma) que o contratou sem registro. As quatro pessoas restantes estavam desempregadas.

⁵³ Excluí dessa colocação a entrevista que realizei com uma pessoa menor de dezoito anos, a única exceção ao filtro previamente estabelecido de entrevistar pessoas com idade entre dezoito e sessenta anos.

Interessante destacar que duas das desempregadas pediram demissão, pois achavam seus empregos muito desgastantes. Uma era operadora de caixa de supermercado e saiu para trabalhar dois meses como faxineira em uma construção onde o salário era melhor. A outra, Ana, tem dezenove anos, está concluindo o Ensino Médio, era atendente de telemarketing. Ela deixou o trabalho porque o sistema de metas (recorrente em diversos postos de trabalho em tempos de reestruturação) era muito desgastante, nas palavras de Ana: “é muita pressão, mexe muito com a cabeça e os clientes xingam muito”. Além disso, o salário era baixo, não havendo uma compensação. Pautada nisso, e com alguma contradição, para ela, um bom trabalho é “um que eles paguem direito, pra mim, tanto faz, qualquer serviço”, fala em tom de indiferença.

Em termos infraestruturais, o que primeiro se evidencia é a própria entrada do Boa Ventura. Quando feita pelo limite entre os municípios é um grande campo de terra onde se acumula todo tipo de lixo, há desde lixo orgânico até restos de móveis. Apesar disso, o bairro de Sumaré que faz limite com este campo é asfaltado, assim como a parte inicial do Boa Ventura. O campo, portanto, é uma espécie de divisa que não parece pertencer a nenhum dos bairros. A frente do Boa Ventura é claramente voltada para o campo. Ali está a parte mais bem estruturada do bairro, uma vez que possui asfalto e é onde estão as casas de construção mais consolidada, ou seja, todas em alvenaria. Sendo assim, o campo dá a primeira impressão do bairro.

Todo o Boa Ventura está em terreno da prefeitura. Os moradores que estão desde o início da ocupação afirmam que sua formação começa por volta do ano de 1993. A maioria dos informantes residiu em outros bairros e municípios da RMC antes de chegar ao bairro atual e a Hortolândia (nove dos quinze entrevistados já residiram em no mínimo três bairros dentro da região) e metade não é natural do estado de São Paulo (considerando todos os moradores dos domicílios onde houve entrevistas). Onze vivem no bairro há mais de dez anos, havendo ocupantes originais e também aqueles que compraram suas casas e terrenos de outros.

Quando estive ali, no segundo semestre de 2011, o processo de regularização estava em andamento. Cerca de duas semanas antes de eu chegar, a prefeitura havia realizado uma reunião com os moradores. Nesta reunião foi anunciada a forma de

pagamento do terreno ocupado para alguns residentes e a remoção de outros, os que habitam a parte de trás do bairro. Nessa parte não há asfalto, embora haja luz, água e telefone, assim como em todo seu território. Também falta esgoto, que não existe em nenhuma das partes do Boa Ventura. O limite final do bairro é uma rua de mina⁵⁴. Portanto, a remoção foi argumentada com base na segurança dos moradores e preservação ambiental. Essa mina tem, assim como a entrada do bairro, muito lixo. Do outro lado da rua de mina inicia-se um terceiro bairro, sendo que lá a ocupação é mais precária do que no lado mais precário do Boa Ventura. Algumas casas são integralmente de madeira e a disposição desordenada, sem vias bem demarcadas, mostram que o processo de urbanização é bastante incipiente.

Os moradores que serão removidos disseram-me que a prefeitura os alojará em casas ou prédios da Companhia de Habitação, mas tudo ainda estava muito incerto quando estive ali. Embora devam ser retirados todos os que distam até trinta metros da mina muitos moradores não sabiam se suas casas estavam ou não no perímetro de remoção.

Ao que me parece, a reunião com a prefeitura na mesma época em que eu iniciei minhas visitas no bairro facilitou minha entrada. Muitos moradores disseram-me que em princípio imaginaram que eu faria o cadastramento das famílias para a regularização. Houve também crianças que me perguntaram se eu era representante de alguma das organizações que prestam serviços locais de assistência. Sendo assim, aparentemente, desde o princípio fui vista como uma figura institucional e externa ao bairro. Sempre que abordei um possível entrevistado, confirmei parcialmente essa expectativa, pois me apresentei como pesquisadora da Unicamp. Minha identificação da universidade foi sempre apresentada; eu explicava as temáticas abordadas na entrevista e deixava claro o total poder do entrevistado em interrompê-la ao tempo que julgasse conveniente para si. A maioria dos abordados aceitou prontamente participar e aqueles que, neste bairro, se recusaram, alegaram motivos triviais.

A presença de instituições que prestam assistência ao local é intensa. Dos quinze entrevistados, doze afirmaram conhecer algum tipo de organização comunitária que

⁵⁴ Chamo de rua de mina, tal qual faziam os entrevistados, para um profundo veio natural na terra onde há vegetação.

presta serviços aos moradores, sobretudo com cursos profissionalizantes e atividades esportivas para as crianças e jovens; também houve referência a entidades que distribuem cestas básicas. Apesar disso, desses doze, quatro não sabiam o tipo de trabalho que as organizações, as quais conhecem apenas pelo nome, fazem. Dentre os oito restantes, quatro são ou foram beneficiados, seja direta ou indiretamente, através de algum dos residentes do domicílio. Nenhum deles trabalhava nestas organizações, embora tenham afirmado que elas consistiam em iniciativas de moradores em conjunto com as igrejas católica, adventista e a prefeitura.

Conforme referi em outro momento, a ideia era iniciar minhas entrevistas pelas pessoas que haviam sido entrevistadas em 2007, por ocasião da pesquisa do “Projeto Vulnerabilidade”. No entanto, o tipo de espaço público que se conforma nas ruas do Boa Ventura, intensamente habitado, me fez perceber que isso não seria necessário. Logo ficou claro que era mais eficiente abordar as pessoas diretamente nas ruas e pedir que me concedessem as entrevistas. Nesse bairro é muito comum ver pessoas sentadas nas portas de suas casas, em cadeiras ou na soleira das portas, são vizinhos conversando, mas também há pessoas que ficam ali apenas observando o movimento do lugar. Em geral eu abordava as pessoas que estavam sozinhas, pois acreditava que a conversa seria mais fluida e livre.

De fato, essa maneira de chegar foi muito eficaz. Algumas das entrevistas foram feitas diretamente na rua. Eu sentava com as pessoas diante de suas casas, apesar de que muitas delas também me convidaram para entrar, momento em que eu pude perceber a diferença de qualidade das habitações entre os vizinhos. Visitei casas onde as paredes eram revestidas e o piso era feito com lajotas, havendo todos os móveis e eletrodomésticos que eu poderia considerar básicos e até mesmo alguns supérfluos, como microondas. Mas também estive em residências onde havia apenas uma cadeira para sentar, ou onde o piso consistia somente em cimento. Dois anúncios de venda de imóveis no bairro traduzem bem o espectro infraestrutural heterogêneo do lugar e das residências. Em um deles lia-se: “Vende-se casas, terrenos e barracos”; em outro, a descrição de uma casa à venda vinha acompanhada da frase final “No asfalto”.

Para acessar o Boa Ventura utilizando apenas um coletivo, partindo da Cidade Universitária Zeferino Vaz (Unicamp), eu descia em um ponto ainda em Sumaré. Por isso,

todas as vezes que estive ali, atravessei a pé o bairro adjacente ao Boa Ventura que pertence àquele município. O aspecto das casas desse bairro adjacente é muito similar ao das casas da parte da frente do Boa Ventura; são em geral casas simples, mas todas de alvenaria. As ruas do bairro adjacente também são similares às ruas da frente do Boa Ventura. São asfaltadas e nota-se que foram projetadas, pois são largas e a disposição das casas é padronizada. Além disso, em todos os sábados e domingos que estive neste lugar, havia muita gente na rua e música, o que acontecia tanto no Boa Ventura, como no bairro adjacente. Em ambos também há pequenos estabelecimentos locais intercalados com casas na rua principal (ou a rua mais larga), como lojinhas de presentes e mercearias. Portanto, o corte entre os bairros é percebido apenas pelo campo anteriormente descrito.

Algumas casas do Boa Ventura chamaram minha atenção também pela presença de um símbolo em suas fachadas, que, segundo me explicaram os moradores, é de um grupo privado de vigilância, sendo esse o sinal mais evidente de preocupação com a segurança que pude observar.

No bairro há tráfico e consumo de drogas. Dois moradores mostraram as casas onde residem o “chefe” e onde há um ponto de venda, o qual chamam de “biqueira”. Esses mesmos moradores contaram sobre um assassinato e uma tentativa de homicídio ocorridos no bairro nos últimos dois anos. No caso da tentativa, o entrevistado foi a vítima direta e exibia cicatrizes na cabeça. Ambas as histórias estão relacionadas ao tráfico e as vítimas eram usuárias. O ponto em comum entre elas é a disputa pela casa onde residia a vítima. No caso em que houve a morte, o entrevistado que relatou o ocorrido disse que a casa fora tomada como pagamento por dívidas. Por sua vez, no caso da tentativa de assassinato o entrevistado apenas disse que o objetivo daqueles que o agrediram era tomar sua casa para transformá-la em uma “biqueira”.

Houve ainda uma terceira entrevista que mostrou a vivência direta com a violência, que entre os que ali residem não é incomum, tenha esta acontecido no Boa Ventura ou em outros bairros nos quais os entrevistados já residiram. Em uma entrevista que durou 2h21, Pedro e sua mãe, Marisa, contaram-me que chegaram ao bairro em 2007 depois de serem expulsos de um bairro localizado em Sumaré. A expulsão ocorreu por um mal entendido com os traficantes locais. Marisa foi tomada como mãe adotiva de um

inquilino seu que, por sua vez, tinha dívidas com o tráfico. A casa onde residia com Pedro, o marido e mais um filho ficou em posse dos traficantes. Como nos exemplos anteriores, a casa foi o alvo da disputa material direta.

No Boa Ventura, Pedro e Marisa acreditam que estão mais seguros, pois ali os agressores do bairro anterior não circulam. Além disso, Marisa acredita que existe um sistema interno de proteção, que recai sobre todos os residentes do bairro que não se envolvem diretamente com o tráfico. Essa situação é chamada por Almeida, D'Andrea e Lucca (2008) de “[...] *convivência pacífica*, manifesta em atitudes de respeito entre bandido e *comunidade*” (p. 127: 2008). Contudo isso requer a necessidade de conhecimento das pessoas que estão diretamente articuladas com o tráfico na área, ainda que não haja envolvimento direto no que compete às atividades ilegais.

O São João

São João é um bairro da RMC que se localiza no município de Campinas. O Mapa 2 mostra que este bairro está próximo à rodovia Dom Pedro I que, assim como a Anhanguera, é conhecida por abrigar um grande número de indústrias na região metropolitana. O setor elegido é uma pequena parte do São João. O setor pertence a ZV2, considerada como de vulnerabilidade relativa alta, mas está rodeado por ZV4 e ZV3.

Considerando as informações de todos os moradores dos domicílios em que houve entrevista, dentre os que têm dezoito anos ou mais de idade (51 pessoas), mais da metade possui até nove anos de estudos. Uma pessoa possuía ensino superior completo em Pedagogia, uma tinha superior incompleto também em Pedagogia (mas não está mais estudando, está desempregada e busca qualquer emprego) e uma terceira iniciou a faculdade de Análise de Sistemas no ano da entrevista, 2012. Portanto, a imagem geral dos domicílios entrevistados no São João é bastante similar a do Boa Ventura, em termos de escolaridade formal.

Dentre os que foram de fato entrevistados (15 indivíduos), sete estavam trabalhando, sendo uma auxiliar de escritório, uma auxiliar de produção, um pedreiro, um pintor de automóveis (dono de sua própria oficina), um técnico em informática e duas

faxineiras, uma mensalista e outra diarista. Três eram aposentados, uma cozinheira, um vigilante e uma empregada doméstica. Dentre os cinco restantes, três estavam desempregados em situação de desemprego aberto (procuravam trabalho efetivamente). Por fim, duas eram donas de casa. Uma delas tem experiência anterior em linha de produção (auxiliar de produção), estava com 33 anos e possuía apenas o ensino fundamental: procurou emprego há três anos, mas desistiu devido à dificuldade de encontrar. Ela acredita que não conseguirá retornar ao mercado, do qual está fora há quinze anos, devido à baixa escolaridade e ao tempo em que se encontra afastada.

Em termos infraestruturais, o São João é um bairro bem consolidado. Ele é inteiramente asfaltado e possui todas as amenidades urbanas, como água, luz, telefone e sistema de escoamento de detritos.

Uma pequena parte do São João foi resultado de uma ocupação. Essa área é justamente o setor censitário no qual empreendi entrevistas, o entorno, por sua vez, é área privada. A ocupação ali é bastante antiga, alguns dos meus entrevistados vivem neste lugar desde que nasceram e há ruas que levam nomes de parentes das pessoas que entrevistei. O ano de início da ocupação diverge entre meus informantes. O morador que afirma estar há mais tempo no local chegou no ano de 1976, mas há quem afirme que a ocupação teve início ainda antes, nos primeiros anos da década de 1970. Apenas dois dos entrevistados residiram, em algum momento, em outro município da RMC, os mesmos únicos que residiram em três ou mais bairros da região. Portanto, no setor elegido do São João, a trajetória intrametropolitana é menos itinerante do que aquela que os moradores do setor do Boa Ventura apresentam. Porém, em termos de estado de nascimento, a situação é similar a do Boa Ventura, uma vez que, considerando todos os moradores onde houve entrevistas, metade não é natural do estado de São Paulo.

Nenhum dos entrevistados soube dar detalhes sobre o processo de regularização da área, mas entre os que esboçaram algo sobre o tema é consenso que o cadastro dos residentes foi feito há muitos anos pela prefeitura, embora ninguém tenha escritura e também não paguem IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

A clivagem social entre a área do bairro que se originou por ocupação e aquela que foi objeto de compra regular do terreno é bastante clara, ela coincide com os limites do setor censitário de baixos atributos e o seu entorno de atributos mais elevados.

Primeiro a fachada das casas do setor de baixos atributos socioeconômicos são mais simples, há casas sem revestimento externo e algumas com portões improvisados, como, por exemplo, de madeira bastante deteriorada. Várias dessas casas foram feitas pelos próprios moradores e, segundo eles, parte do material foi comprado com auxílio do município. Além disso, há casas com grandes quantidades de material reciclável em suas entradas, revelando uma das atividades exercidas pelos moradores do setor. Outros sinais mostram que ali reside uma população de poder aquisitivo mais restrito quando comparada ao entorno. Os automóveis que se vê estacionados nas ruas, em geral, são de modelos antigos. Pode-se ver carroças para coleta de material reciclável e há alguns pequenos estabelecimentos sugestivos, como uma *lan house* improvisada na casa de um dos moradores. As ruas do setor elegido têm uma disposição que revela a história de uma ocupação na qual a infraestrutura chegou posteriormente à consolidação das casas. Há várias vielas estreitas, muitas sem saídas e três avenidas largas, principais, que em alguns pontos interligam-se por passagens de pedestres.

As casas do entorno imediato, por sua vez, são maiores e várias possuem cerca elétrica. Os automóveis que nele circulam são mais novos e não há pequenos estabelecimentos como a *lan house*, do setor de baixos atributos. Além disso, as calçadas são mais largas e por vezes ornadas com pedras. Em comum as casas do setor elegido e do seu entorno têm as fachadas bastante fechadas.

Para acessar o bairro, eu tomava um coletivo público saindo da cidade universitária e descia num bairro adjacente ao São João, bairro este similar ao entorno do São João no que tange a aparência das ruas e casas. Por sua vez, o horizonte destes bairros é repleto de prédios, dos quais estão separados por uma avenida expressa. Na margem desta avenida, há bancos de madeira que, pela aparência, devem ter sido postos por moradores, possivelmente do São João (parecem feitos artesanalmente e pelo grau de deterioração com madeira não apropriada). Ali é possível ver pessoas conversando nas tardes dos fins de semana.

Embora eu tivesse uma lista de nomes e endereços com entrevistados que haviam participado da pesquisa “Vulnerabilidade” no ano de 2007, era difícil encontrá-los. A numeração das casas do setor de baixos atributos foi mudada nos últimos anos, algumas apresentam a numeração antiga, enquanto outras, a nova, e havia ainda aquelas que exibiam ambas as numerações. Por isso e porque as ruas do setor elegido fossem muito similares as do Boa Ventura (em termos de utilização cotidiana do espaço público, com, por exemplo, pessoas nas portas de suas casas e muita música) optei pela mesma estratégia que usei no bairro homogêneo para conseguir entrevistas. Abordei as pessoas diretamente nas ruas.

Neste caso a estratégia também foi bastante eficiente, pois raramente havia recusas e tive um campo sem muitas dificuldades. No entanto, um dos moradores não quis participar, alegando receio “dos caras”, o que no mínimo revela uma manipulação da identidade do bairro que, como se verá, é, assim como a do Boa Ventura, marcada, dentre outros aspectos, pela violência e pelas drogas. Além disso, neste bairro fui em uma ocasião perguntada sobre quem eu era, essa mesma pessoa me desestimulou a realizar certas perguntas sobre o bairro. Sendo assim, aparentemente minha entrada foi, comparativamente ao Boa Ventura, menos bem-vinda. Mas não houve outras dificuldades e considerei esses incidentes como de pouca gravidade, e de fato o foram, já que minha meta de quinze entrevistas no setor foi alcançada em tempo e eficiência similares ao Boa Ventura. Meus entrevistados eram disponíveis e, como no Boa Ventura, fui tratada com gentileza e respeito por todos com os quais conversei.

A intensidade do uso das ruas no setor em questão é outra característica que o distingue do entorno. No entorno não se observa pessoas sequer caminhando, portanto, muito menos pessoas sentadas nas portas de suas casas conversando, como é possível ver massivamente no setor de baixos atributos socioeconômicos. Logo na primeira vez em que estive no bairro essa característica se sobressaiu, pois eu precisei tomar um ônibus que passava numa das ruas do entorno e ficou impossível pedir qualquer informação, já que não havia pedestres circulando.

Ficou ainda mais clara a clivagem quando, com as entrevistas, revelou-se que o setor de baixos atributos socioeconômicos é nomeado por Núcleo ou Núcleo Júlio Prestes (nome também fictício), o que se confunde com o nome de uma organização que presta

serviços sociais na área. Essas organizações existem no São João com configuração similar a do Boa Ventura. Elas oferecem cursos de capacitação profissional, atividades para crianças e às vezes doações. A mais referida foi uma organização de iniciativa de um grupo espírita, mas também houve menção às iniciativas da igreja católica, evangélica e a convênios com a prefeitura. Tal qual no Boa Ventura, com exceção de um entrevistado, ninguém participa dessas organizações de forma diversa a de beneficiado. No entanto, no São João, há a associação de moradores do bairro, porém sempre que mencionada, foi qualificada como sem utilidade evidente.

Quanto ao “Núcleo” uma moradora do lado regular do bairro, mas exatamente no limite entre a área regular e a ocupação, explica um pouco do que ele é, na perspectiva de quem está no lado regular do São João.

Trecho 1⁵⁵:

R: Sílvia, me diz uma coisa, se você pudesse assim, se mudar pra um outro bairro, digamos que um bairro nas mesmas condições desse bairro, um bairro popular, etc, é::, um bairro que você vendesse essa casa e com o dinheiro dessa casa você comprasse uma outra casa, você se mudaria?

Sílvia: Hum-hum.

[...]

Sílvia: Eu não gosto daqui.

R: E porque que você não gosta? Tem algum motivo específico?

Sílvia: **Ah, eu não gosto da rua, né? Muito movimento, muita..., muito barulho, muita bagunça. Então...**

R: Você acha que a rua é barulhenta? Mas, barulhenta de quê? Tem festa pela rua?

Sílvia: É, é.

[...]

Sílvia: **Mas, ali na frente tem um, um salão de dança que é, eles, fim de semana é terrível, né?**

R: Tá. E você tem um bairro assim em específico que você gostaria de morar ou...?=
Sílvia: =Ah, tem, o Lagoa ((um bairro bastante próximo espacialmente)), até no Bairro Ulisses⁵⁶ ((um bairro espacialmente adjacente ao São João)).

[...]

[...]

[...]

Sílvia: Eu gostaria de sair.

⁵⁵ As transcrições que doravante se apresentam estão conformes aos sinais fonéticos constantes em Silverman (2009). No *Anexo D* desta dissertação há um glossário para consulta. As frases em negrito por sua vez são marcações minhas e não dizem respeito a nenhum evento relativo ao momento da entrevista. Contudo, elas marcam falas que considero mais relevantes para o argumento que desenvolvo com base no trecho em questão.

⁵⁶ Todos os nomes de lugares e ruas que aparecem nas falas são fictícios.

R: E você acha que nesses bairros tem menos barulho?
Sílvia: Ah, eu acredito que sim. **Eu acho que é por causa do, do Núcleo aqui, muito perto, né?**
R: Núcleo?
Sílvia: É, esse..., esse Núcleo aqui, é tipo uma favela, né?
R: Anran. Tá.
Sílvia: Agora é um Núcleo, mas foi bem...(3s)
R: Tá.
Sílvia: Agora tá melhor, mas..., **não valoriza, sabe? Os, a gente, a casa.**
R: Tá, per aí, então, esse bairro aqui que a gente tá, como é que chama?
Sílvia: É São João.
R: Aqui é São João. E tem uma parte que você fala que era favela que você chama de Núcleo?
Sílvia: Agora é Núcleo. É, a gente fala que é Núcleo.

Sílvia, 57 anos, estudou até o 5º ano, dona de casa, moradora do bairro há quarenta anos. A casa de Sílvia é, sem dúvida, a mais bonita das casas que fui convidada a entrar. Ela havia sido reformada recentemente e a sala possui iluminação planejada, embutida em rasgos no teto dando um efeito difuso a iluminação. Sílvia mora no lado regular do bairro, mas exatamente na divisa entre o setor estudado e seu entorno.

Embora Sílvia tenha um baixo nível de escolaridade, muito similar ao dos moradores do setor elegido, ela marca claramente uma distinção que se expressa na maneira como descreve o setor resultante de ocupação. Ela se refere a este como uma área tão à parte do bairro que merece uma nomeação especial. Nessa área à parte Sílvia entende que as pessoas são diferentes do entorno, no comportamento, há muito barulho e bagunça vindos do Núcleo, que desvaloriza as pessoas e as casas do entorno. Como em outro momento deixou bastante evidente, ela se “identifica” mais com outros bairros que estão espacialmente muito próximos ao São João, mas onde esse barulho e bagunça, talvez (esse setor destoante) não existam. A entrevista com Sílvia foi repleta de outros empreendimentos para se afastar socialmente daqueles que moram ao lado, os que tem “nível baixo”.

O São João também é um bairro onde há tráfico e uso de drogas. Diferentemente do Boa Ventura, ali eu frequentemente via meninos no Núcleo fumando maconha abertamente, muitas vezes garotos que não aparentavam mais do que quinze anos. No entanto, a violência relacionada a isso é passado para os meus entrevistados e, para a maioria deles, o bairro tem estado mais tranquilo já faz alguns anos, muito embora as marcas tenham ficado na lembrança dos moradores. Isso fica claro no caso de uma

entrevistada que perdeu um irmão assassinado e tem outro que está preso por roubo e envolvimento com o tráfico, ou no da mãe que teve um dos filhos assassinados na rua paralela a sua. Ainda, na história de uma irmã que passou maus momentos com um irmão mais velho viciado. Por fim, na lembrança de um entrevistado, de apenas 26 anos, que foi preso por roubo para sustentar o vício e enfrentou a rebelião de 2006, quando dos ataques do PCC, na penitenciária 4 de Hortolândia. Segundo eles, embora o tráfico e uso ainda existam, as pessoas envolvidas que eram mais violentas estão agora presas ou mortas.

Ali também opera a noção da *convivência pacífica* com necessidade de conhecimento. A mesma Sílvia, citada anteriormente, diz:

Trecho 2:

R: Mas quando você fala que manda no bairro você tá se referindo a quê?

Sílvia: **Eles acham...aqui ninguém mexe com a gente, né? A minha casa, graças a Deus, é protegida, num...se mexerem e eles ficarem sabendo eles...**Eu acho um absurdo, né? A pessoa querer mandar...**não paga nem IPTU, quer mandar**, então...teve uma época que eles fechava a rua...eles ficam, param carro. É:::, o pessoal para na rua, você tá vindo de carro, eles não se importam de sair, eles acham que...então...

R: Eles agem como se eles fossem os donos da rua, é isso?

Sílvia: É. Os donos do bairro. Bom, **lá do bairro deles**.

Outro de meus entrevistados reage da seguinte maneira à pergunta sobre a possibilidade de se mudar do bairro:

Trecho 3:

Caio: Por vontade própria eu não mudaria não.

[...]

Caio: Ah, muitas coisas, né? Que hoje eu tenho amizade já, eu sei com quem eu posso andar, com quem eu não posso, agora, se vai pra outro bairro, amizade hoje em dia influi em muitas coisas. **[Aí você conhece pessoas, você não sabe se a pessoa é aquilo mesmo que tá falando, você não sabe se você tá andando com a pessoa certa, você não sabe como é que é o ritmo do bairro. Aqui eu já sei como é que é, aqui eu entro, saio, chego a hora que eu quero, aqui todo mundo me conhece. Aí eu já não sei como seria noutro bairro, né?**

R: [Tá.

Regina: Porque foi nascido e criado aqui, né? **Então, ninguém mexe com a gente.** ((Caio e Regina falam ao mesmo tempo)).

Caio: [Então, conheço todo mundo.

Regina: [E hoje é tudo, coisa, muito tráfico, essas coisa, então a gente...Chega num bairro desconhecido a pessoa não deixa nem você entrar no bairro.=

Caio: ()=**Que nem a minha tia falou, tráfico, conheço todos os rapaz aqui, conheço todo mundo.** Então, não tem problema, agora, em outros lugar, tem

muitos lugar que você já chega, já tem que falar quem você é, da onde você tá vindo, né? Então...

Regina: Não deixa nem entrar=

Caio: =É muito difícil, não deixa nem entrar, às vezes cê tem até parente, se (num) tiver também, depende a ocasião. **Porque às vezes muitos saem por, por, posso dizer que é expulso da favela, e outros não aceitam em outro bairro. Então, são muitas as coisas que eu ficaria aqui, eu não sairia daqui não.**

Caio, 26 anos, estudou até o 8º ano do ensino fundamental, é servente de pedreiro e está desempregado. Ele nasceu no bairro e sempre morou ali. Ele é o entrevistado anteriormente citado por ter sido preso em 2006 por roubo, com o objetivo de sustentar seu vício em drogas ilegais. A maior parte da entrevista de Caio foi acompanhada por Regina, sua tia, que também falou em vários momentos, as falas de Regina foram igualmente transcritas. Eles moram em domicílios adjacentes, construídos num mesmo terreno, mas com entradas independentes. Caio mora com os avós e dois irmãos, enquanto Regina vive com o marido e os filhos.

A necessidade do conhecimento das pessoas em prol do benefício da *convivência pacífica* pode provocar a permanência nos lugares. Há medo da mudança e o envolvimento desavisado com as pessoas “erradas”, tal qual ocorreu com Marisa (moradora do Boa Ventura anteriormente citada). No São João a experiência de mudança por desentendimentos com “os donos da rua” também pode ser trazida com a história migratória das pessoas. Um terceiro entrevistado, morador há cinco anos do São João, por exemplo, diz que sua motivação de mudança para o bairro foi o desentendimento com o traficante local do bairro em que anteriormente residia por conta de uma namorada, portanto, história que também está relacionada ao envolvimento desavisado com as pessoas “erradas”.

III. 3. Os mecanismos no dia-a-dia dos lugares

a) Mecanismos Objetivos

Caminho ao trabalho

Como já destacado, há pelo menos duas formas através das quais o lugar de residência pode afetar a inserção laboral de forma objetiva: pela distribuição não aleatória de postos de trabalho e das condições de mobilidade no espaço físico.

A apreensão da distribuição dos postos de trabalho no espaço físico tem sido feita por outros autores através da base de dados RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)⁵⁷, que é capaz de georreferenciar os postos formais em subáreas dos municípios brasileiros. No entanto, optou-se aqui por trabalhar com a informação do tempo de deslocamento para os locais de trabalho e pendularidade segundo ZVs como indicativos da distribuição espacial dos postos de trabalho e da experiência diária do percurso da casa para o trabalho. Na realidade, essas informações falam sobre os postos a que efetivamente a população segundo ZVs acede e não sobre aqueles que estão disponíveis nas zonas. Portanto, esta informação permanecerá como uma das lacunas deste trabalho, embora se considere que isso não confira maiores prejuízos às conclusões gerais.

A Tabela 14 mostra que a experiência de deslocar-se diariamente para outro município em função do trabalho é mais frequente nas ZVs 1 e 2, muito embora isso em si não signifique necessariamente maior tempo de deslocamento. Porém, a Tabela 15, mostra que, de fato, uma proporção maior de moradores das zonas 1 e 2, quando comparadas às zonas 3 e 4, estão sujeitos a percursos diários superiores a trinta minutos da casa para o trabalho. As categorias de tempo de deslocamento que apresentam relevância estatística mostram que, na RMC, o percurso da casa para o trabalho é, no mais das vezes, curto, principalmente quando comparamos esta situação a de outros municípios. Borges e Carvalho (2012) apresentam a informação, por exemplo, de que em São Paulo, Rio de

⁵⁷ São exemplos, Gomes e Amitrano, 2005 e Borges e Carvalho, 2012.

Janeiro e Salvador mais de 20% da população ocupada realiza deslocamentos para o trabalho que supera 60 minutos (Dados do IBGE, Censo 2010), sendo que essa duração é apresentada apenas para 5% da população⁵⁸ na RMC, segundo os dados de 2007.

Tabela 14
Distribuição percentual de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional segundo ZVs e pendularidade para o trabalho. RMC, 2007

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Não Pendular	81,9	76,7	87,7	95,2	82,2 (1993)
Pendular	18,1	23,3	12,3	4,8 ^A	17,8 (379)
Total	100 (687)	100 (725)	100 (612)	100 (348)	100 (2372)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. Valor que merece ressalva devido ao número pequeno de ocorrências, no entanto, condizente com o que se poderia esperar da ZV 4.

⁵⁸ Refere-se a ocupados, desempregados com trabalho precário e inativos com trabalho excepcional. Vale lembrar que as informações apresentadas por Borges e Carvalho (2012), enquanto derivadas do Censo 2010, têm metodologia de classificação da situação de ocupação distinta daquela utilizada para os dados de 2007 apresentados por mim, que se baseiam na metodologia da Fundação SEADE. No entanto, o uso agregado de ocupados e desempregados com trabalho precário, para os dados de 2007, corrige parcialmente essa incompatibilidade. O mais importante, em linhas gerais, a comparação pode ser estabelecida da maneira como se apresenta.

Tabela 15
Distribuição percentual de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional por ZVs e duração do deslocamento da casa para o trabalho. RMC, 2007

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Inferior a 30 minutos	50,6	59,8	74,6	78,8	65,3 (1490)
30 a 60 minutos	38,7	32,0	20,3	17,9	27,7 (690)
60 minutos ou mais	7,0 ^A	6,6 ^A	3,1 ^A	2,2 ^A	5,2 (123)
Não sabe	3,7 ^A	1,6 ^A	1,9 ^A	1,1 ^A	1,8 ^A (55)
Total	100 (681)	100 (724)	100 (606)	100 (347)	100 (2358)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.
A. As observações registradas nessas subcategorias foi abaixo do mínimo necessário para que estatisticamente se considere essa informação conclusiva. No entanto, essas informações podem ser consideradas indicativas.

Obviamente, o tempo de deslocamento não fornece todos os indicativos da qualidade deste percurso.

Como se poderia esperar, a forma através da qual o deslocamento da casa para o trabalho acontece é distinta segundo as Zonas de Vulnerabilidade. Na ZV4 predomina o transporte particular motorizado (55,0%), por carro ou moto, enquanto na ZV1 essa forma de deslocamento é utilizada por menos de um quinto da população (15,8%), prevalecendo nesse caso os deslocamentos feitos por transporte coletivo (64,4%). As zonas 2 e 3 representam gradientes dessas situações extremas⁵⁹: na ZV2 prevalece o deslocamento por coletivo (49,0%), enquanto na ZV3 por veículo particular (44,9%). As proporções daqueles que se deslocam a pé ou por bicicleta ficaram entre 17,2% (ZV4) e 24,0% (ZV2).

⁵⁹ Os dados completos dessa distribuição foram disponibilizados no *Anexo C*, Tabela C2, desta dissertação.

A percepção das condições de acesso ao local de trabalho segundo zonas mostra também certa distinção entre elas. Dentre as pessoas que possuem algum tipo de trabalho⁶⁰, 15,2% afirmam haver algum problema para chegar ao local de trabalho na ZV1. Este percentual que cai para a metade na ZV2 e não alcança relevância estatística nas Zonas de Vulnerabilidade 3 e 4⁶¹. Essa informação pode ser interpretada como indicativo de que nas zonas 3 e 4 acessar o local de trabalho é uma atividade cotidiana problemática para um pequeno número de pessoas, enquanto nas ZVs 1 e 2 acomete ainda um montante relevante de indivíduos.

Nas entrevistas realizadas no Boa Ventura e São João, que estão respectivamente dentro de zonas do tipo 1 e 2, não foram incomuns as referências aos ônibus cheios e ao alto preço da passagem. Talvez tais reclamações estejam na pauta da percepção dos moradores que veem alguma dificuldade para alcançar os locais de trabalho, já que nestas zonas o coletivo é o principal meio de transporte dos trabalhadores.

Por sua vez, a percepção da gravidade do tráfego pesado mostra tendência inversa entre as zonas. Ele é considerado de alguma gravidade por um percentual da população que varia de 26,8% (ZV1) a 34,4% (ZV3), segundo zonas, sendo que os maiores percentuais estão nas zonas de mais altos índices de capitais⁶².

No entanto, a percepção da dificuldade em relação ao transporte coletivo, especificamente, aproxima as zonas. O percentual de pessoas que declarou haver alguma dificuldade em obter esse serviço gira em torno de 10% em todas as ZVs. Mas é certamente mais preocupante na zona 1, onde este meio é bem mais utilizado na rotina diária de trabalho, conforme já se apresentou. Outra característica que aproxima as zonas é a distância a pé ao ponto de ônibus mais próximo; em todas as ZVs cerca de 95% dos entrevistados estimou esta distância em até dez minutos⁶³.

Em suma, as informações sobre a distribuição de postos de trabalho acessados em cada zona e de acessibilidade aos meios de transporte mostram uma gradação de dificuldades através das zonas, sendo a situação mais favorável encontrada na ZV4 e a

⁶⁰ Ocupados, desempregados com trabalho precário e inativos com trabalho excepcional.

⁶¹ Para os dados completos consultar *Anexo C*, Tabela C3.

⁶² Para detalhes do dado, ver Tabela C5, *Anexo C*.

⁶³ Para os dados completos ver Tabela C4, *Anexo C*.

menos favorável na ZV1, seguida pela ZV2. Nestas últimas a proporção de pessoas sujeitas ao deslocamento pendular e que reconhecem algum problema para chegar ao local de trabalho é sempre superior a essas mesmas proporções nas zonas 3 e 4.

Vale acrescentar que o formato do levantamento da pesquisa “Vulnerabilidade” – com categorias de respostas previamente definidas – possivelmente vela detalhes importantes. Um deles diz respeito ao tempo de deslocamento efetivamente despendido entre a casa e o trabalho. Muitos de meus entrevistados diretos se referiram ao tempo em que ficavam dentro dos coletivos. No entanto, o tempo de espera por transporte é relevante em muitos casos, como foi possível depreender das conversas em que as pessoas narraram suas rotinas sobre a pontualidade dos coletivos e perdas de baldeações.

No caso do bairro Boa Ventura, dez, de quatorze entrevistados, declararam haver dificuldades em chegar aos compromissos no horário desejado. Lá, segundo a maioria dos entrevistados, a frequência com que os ônibus passam dentro do bairro varia de trinta minutos a uma hora, dependendo do período e do dia da semana, por isso, muitos utilizam o ponto de ônibus de um bairro adjacente. A perda do horário exato do transporte e os atrasos com que os coletivos por vezes passam são cruciais para remontar o dia de trabalho de um morador do Boa Ventura.

No bairro São João, por sua vez, por estar em uma área da região mais consolidada infraestruturalmente, ZV2, e ser cercado por zonas em melhores condições, as entrevistas não revelaram a mesma reação frente à questão da qualidade do transporte coletivo. As pessoas que neste bairro se utilizam efetivamente deste meio de transporte não veem dificuldades de planejar o horário de chegada em compromissos. Além disso, o intervalo de tempo entre os ônibus foi estimado por eles entre dez e trinta minutos, ou seja, bastante inferior ao que a maioria dos entrevistados referiu ocorrer no Boa Ventura.

Também merece destaque o fato de que no São João algumas das pessoas entrevistadas iam para seus trabalhos a pé (quatro dos sete que atualmente trabalham), situação que não foi observada no Boa Ventura. No São João, essas pessoas (duas faxineiras, uma auxiliar de produção e um pintor de automóveis) caminhavam de cinco a trinta minutos. Por sua vez, o tempo de deslocamento daqueles que utilizavam carro ou ônibus foi variado em ambos os bairros, até porque, no caso das diaristas e pedreiros, os

locais em que trabalham variam sempre. No entanto, as pessoas que entrevistei no Boa Ventura, em geral, apresentavam percursos maiores. No São João apenas um de meus entrevistados excedia quarenta minutos para chegar ao trabalho, enquanto no Boa Ventura essa situação é a mais comum. Sendo assim, embora tanto o Boa Ventura quanto o São João estejam próximos a rodovias que concentram atividades econômicas intensas, apenas no São João existe um entorno imediato que se reflete no dia-a-dia de trabalho das pessoas por empregá-las nas proximidades.

b) Mecanismos Subjetivos

Busca por informações sobre emprego: as redes sociais

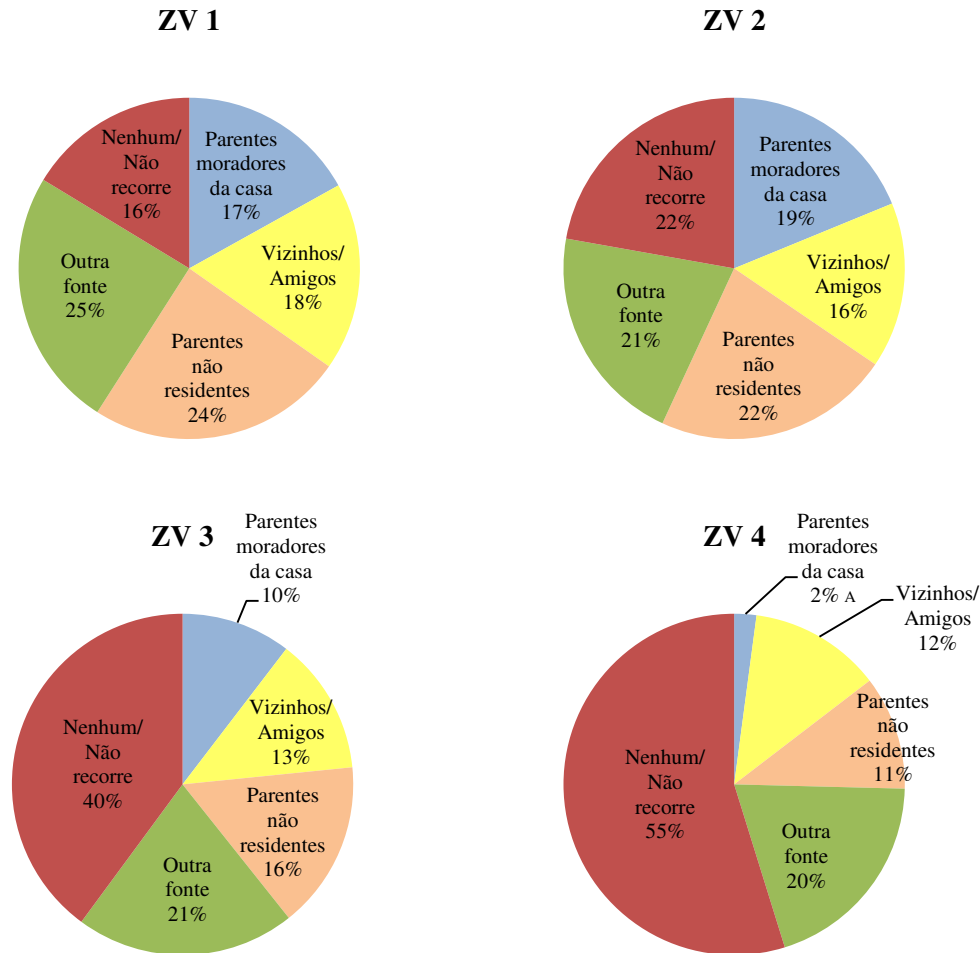
De acordo com as proposições teóricas apresentadas no capítulo I, lugares que concentram populações com um tipo de experiência específica com o mundo do trabalho, e, que se utilizam intensamente das redes locais para a obtenção de informações e auxílio para aceder a um posto tenderiam a reproduzir a situação laboral vigente no meio. Isso porque a experiência local conforma uma espécie de escopo das possibilidades visíveis e acessíveis.

Neste tocante, antes de tudo, é preciso verificar se, de fato, as redes locais existem e em seu interior circulam informações sobre empregos. Afinal, redes não equivalem à circulação de capitais.

O Gráfico 4, mostra a distribuição da PEA segundo a fonte primária de obtenção de informações sobre trabalho e Zonas de Vulnerabilidade.

Gráfico 4

Distribuição percentual da população economicamente ativa por tipo de fonte primária utilizada para obtenção de ajuda ou informação sobre trabalho, segundo ZVs. RMC, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Elaboração própria.
A. Valor que deve ser lido com cautela devido ao pequeno número de registros na categoria.

A pergunta que deu origem ao dado que se visualiza no Gráfico 4 foi “A quem, ou à que, a Sra. ou sua família recorre quando precisa de ajuda/informações para conseguir trabalho?”. A categoria “Outra fonte” diz respeito a todas as respostas que saíram do escopo das categorias previamente estabelecidas no questionário e a agregação de algumas que tiveram um índice de resposta muito pequeno e, portanto, estatisticamente não significativo. Vale esclarecer que além das categorias-resposta que aparecem no gráfico poderiam ter sido elegidas: igrejas/ centros religiosos, patrão/patroa,

deputados/vereadores/prefeito, sindicato e banco (agregadas em “Outra fonte”). Mas não havia, por exemplo, a possibilidade de eleger agências de emprego privadas ou públicas, ex-empregadores, ex-colegas de trabalho, classificados em periódicos digitais ou em papel e assim por diante. Todas essas possibilidades, portanto, estão agrupadas em “Outra fonte” e não há informações sobre sua utilização.

Apesar das limitações do dado, fica claro que existe uma distinção marcante na maneira como os residentes em cada zona de vulnerabilidade buscavam essas informações. Enquanto mais da metade das pessoas nas ZVs 1 e 2 se referem a parentes, amigos e vizinhos, na ZV 4 mais da metade afirma não recorrer a ninguém ou nenhuma fonte, sendo na zona de vulnerabilidade 3, há uma situação intermediária.

Nas zonas de vulnerabilidade 1 e 2, 35% da PEA buscava informações entre “Parentes moradores da casa” e “Vizinhos/Amigos”⁶⁴. Portanto, uma parte relevante da fonte primária de informações, aparentemente, está circunscrita ao bairro de residência. Embora, essa afirmação não seja inequívoca devido à agregação também não corrigível de vizinhos e amigos.

Por sua vez, na ZV3, o percentual daqueles que buscavam informações entre “Parentes moradores da casa” e “Vizinhos/Amigos” era de 23%, menor do que nas zonas 1 e 2. Chama a atenção, na distribuição que compete à zona 3, sua aproximação com a zona 4, no que tange ao alto percentual daqueles que declaram não recorrer a nenhuma fonte: 40% e 55%, respectivamente. Na ZV4, por sua vez, além do alto percentual daqueles que declararam não recorrer a nenhuma fonte, é patente a menor utilização das redes locais (quando comparada as demais zonas), “Parentes moradores da casa” e “Vizinhos/Amigos” foram citados por apenas 14% da PEA como fonte primária. Portanto, quanto mais baixos os índices de capitais, maior a utilização de redes locais como fonte de informações para obtenção de trabalho.

Além disso, a distinção entre as ZVs no que se refere à utilização de “Parentes não residentes” como fonte – maior nas zonas 1 e 2, e menor nas zonas 3 e 4 – assim como

⁶⁴ Para os objetivos deste trabalho o mais apropriado seria que se pudesse desagregar essa informação de forma a conhecer se os amigos citados são ou não residentes no bairro do entrevistado. No entanto, a informação foi levantada já de forma agregada impossibilitando esse nível de detalhamento. Todavia, esta informação tem um valor indicativo.

a distribuição das respostas “Nenhum/Não recorre”, “Vizinhos/Amigos” e “Parentes moradores da casa”, sugere que nas zonas de mais altos índices de capitais existe uma maior independência com relação às redes sociais de forma geral, não apenas das locais, no processo de busca por emprego.

Possivelmente, os capitais disponíveis em maior escala nas zonas 3 e 4 proporcionam a busca por emprego por vias mais diversificadas e impessoais; em complemento, a menor disponibilidade de capitais nas zonas 1 e 2 aparentemente restringe essas vias e faz recorrer aos contatos pessoalmente próximos. Porém, essa não é a única possibilidade explicativa para a maior intensidade no uso das redes entre os residentes nas zonas 1 e 2.

Conforme mostrei no capítulo anterior, a ZV1 tem um percentual relevante de ocupados no serviço doméstico, o que também acontece, ainda que em menor escala, na ZV2. Intuitivamente, e com a corroboração das entrevistas que realizei, pode-se dizer que em postos de trabalho em que o exercício da atividade ocorre dentro do ambiente privado, como a casa, a intermediação através de amigos e parentes parece ser mais importante para alcançar um posto do que naqueles em que a atividade está no ambiente público, como fábricas, escritórios, consultórios. Atividades exercidas no ambiente privado parecem exigir mais dos contatos pessoais. Dada a relevância que o serviço doméstico assume como fonte de trabalho nas zonas de mais baixos capitais, pode ser que parte do intenso uso das redes pessoais na obtenção de empregos esteja associada ao tipo de ocupação prevalente nestas zonas.

O fato de que o argumento do parágrafo anterior inverta a ordem explicativa até aqui defendida, ou seja, de que o lugar (com suas redes locais) incida sobre a forma de inserção laboral, não configura contradição. Na realidade, considerar que a forma de inserção laboral atue formatando aspectos do lugar de residência (como o uso que se faz das redes locais) é um complemento lógico. Como ponto pacífico, fica a constatação que nas zonas de mais baixos atributos as redes, notavelmente as redes locais, têm mais relevância na obtenção de informações sobre trabalho do que nas zonas de altos atributos.

Cabe também ressaltar que as situações em que as redes locais podem ser utilizadas como fontes de informação ou auxílio não se limitam ao trabalho. Portanto, o que

se observa no Gráfico 4 não indica que as redes locais nas ZVs 3 e 4 sejam menos densas ou que nelas não circulem capitais na mesma intensidade que ocorre nas demais. O gráfico apenas revela que o capital considerado – informações sobre trabalho – circula menos intensamente nas possíveis redes das zonas 3 e 4, ao passo que, nas zonas 1 e 2, esse capital circula amplamente nas redes locais que efetivamente existem.

Nos setores em que realizei entrevistas, o recurso a vizinhos e parentes moradores da casa para obtenção de informações é bastante intenso, o que confirma o que se apresentou para as zonas 1 e 2. Tanto no setor elegido do Boa Ventura, quanto no setor do São João, a busca de informações por esse meio acontece desde o primeiro emprego e permanece na vida das pessoas de forma eficiente, o que pôde ser constatado perguntando-se o meio através do qual obtiveram o emprego atual. Obviamente, a busca de informações entre vizinhos não é o único meio através do qual os moradores dos bairros estudados procuram empregos. As agências de empregos foram citadas por cinco de quatorze entrevistados no Boa Ventura e por dois de quinze entrevistados no São João. Um dos aspectos interessantes neste tocante é que duas das pessoas que citaram agências no Boa Ventura foram enfáticas em dizer que há agências apenas em Campinas, quando na verdade sabemos que há um posto de atendimento ao trabalhador (PAT) que funciona como uma agência pública dentro de Hortolândia (e distando aproximadamente 5km do Boa Ventura). Neste caso também parece que as redes locais têm uma atuação forte em informar, mas nem sempre com a notícia mais eficiente.

Trecho 4:

Mariana: Não sei, não sei se é porque as **pessoas acostumaram mais a procurar lá** em Campinas. **Porque aqui, no bairro, tudo, quando a gente tá desempregado, “aí, vamo pra Campinas”, né, “vamo pra agência de Campinas”,** então Campinas, assim, é, se tornou uma referência pra emprego, mais que Hortolândia.

Mariana, 32 anos, moradora do Boa Ventura desde 1997, desempregada, estudou até o 7º ano. Já trabalhou como faxineira em casas particulares e em empresas.

Todavia, as redes locais que aparecem relevantes na busca de informações por emprego para a população com menores atributos em capitais, tanto no recorte por zonas quanto no recorte por bairros, têm aspectos que são cruciais a se observar para evitar a

valoração das redes sob o conceito de comunidade. Essa questão é relevante para de fato caracterizar todos os mecanismos de tipo subjetivo, por isso, optei por analisá-la apenas na última seção deste capítulo. Sigo com o que se encontrou a respeito dos mecanismos que foram inventariados no capítulo I.

O futuro profissional: efeito de pares, modelos de papéis, filtro de percepções, socialização institucional diferenciada

Nas proposições daqueles que estudam efeitos de vizinhança, os vínculos estabelecidos no lugar de residência, quando constituem-se em fontes de informações e saberes, são determinantes para a conformação não apenas das possibilidades de estar empregado e do tipo de emprego que se alcança. Eles também fundam expectativas de futuro profissional e tendências para o investimento ou deserção escolar, atuam, portanto, nos fundamentos da inserção laboral.

No Boa Ventura e São João as expectativas de futuro profissional são bastante similares. Quando o desejo das crianças era reportado pelos pais ou por elas mesmas, o mais comum foi que mencionassem cursos universitários específicos, como medicina, direito e engenharia. No caso em que a informação veio de adolescentes e jovens (de até vinte e cinco anos) a expectativa de que cursassem uma faculdade aparecia, mas também apareceram planos de fazer cursos técnicos profissionalizantes.

Alguns aspectos dos discursos de crianças, jovens e seus responsáveis fornecem pistas interessantes sobre a maneira como se conformam essas expectativas e o papel efetivo que o contexto social em que vivem exerce.

A seguir, apresento quatro trechos de entrevistas realizadas no Boa Ventura, sendo que, em duas delas, a criança sobre o futuro de quem se fala estava presente.

Nos dois primeiros trechos que seguem, os pais claramente reforçam os sonhos profissionais dos filhos, cumprindo o que parece ser parte do que se espera daqueles que se encontram no papel de pais. No entanto, em ambos há uma moderação. Os pais reforçam as expectativas dos filhos, mas, ao mesmo tempo, há certa ponderação que sugere a possibilidade de que elas não sejam alcançadas.

Trecho 5:

R: O quê que cê espera pro futuro profissional dos teus filhos?

Mariana: Ah, espero muita coisa, né! Principalmente que eles terminem os estudos, que faça um curso, que tenha uma profissão, que escolham um futuro melhor pra eles.

[...]

R: Mas você consegue imaginar alguma coisa assim, de profissão pra eles, o quê que eles vão se tornar?

Mariana: Não sei, assim, cada um pensa. **A minha filha, ela já pensa em ser pediatra**, o meu filho, ele já pensa assim de servir a marinha, essas coisas=

R: =O Pedro?

Mariana: O Pedro. O João já está meio indeciso, não sabe por enquanto o que ele quer.

R: Tá. E você consegue imaginar que eles vão se tornar o que eles querem, então, ela vai ser...

Mariana: Então, pode ser que, **às vezes o mundo dá muitas voltas, né? Às vezes pode ser que você imagina uma coisa e lá na frente você tropeça e é outra coisa.**

R: Anran.

Mariana: Mas, por enquanto, eles tão...((ela ri)). Só o tempo dirá.

Mariana, já citada, tem 32 anos, é moradora do Boa Ventura desde 1997, faxineira, desempregada, estudou até o 7º ano. Ela tem três filhos, de treze, quinze e dezesseis anos de idade. Todos estudam em uma escola no bairro adjacente que atende aos anos do segundo ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, Escola Benjamin.

Trecho 6:

R: É::, o que que você considera que é um bom trabalho?

[...]

Lúcia: Ai, eu não sei o que eu vou te falar. Mas assim, o que eu quero dizer, pra ter..., pra falar do bom trabalho, tem que falar dos bons estudos, dos bons cursos, tem que falar de tudo isso.

R: Anran.

Lúcia: Então, assim, o bom trabalho, pra mim, que pode vir na minha mente, mas não pra mim, eu gostaria que fosse pros meus filhos, seria sei lá, como ela falou, **ela falou de médica, lógico, ela já foi lá em cima, né?** Mas eu gostaria, ou médico ou advogado ou então, um gerente de firma, sabe assim? Alguma coisa mais lá em cima, que não se..., que mexesse mais com a mente do que com o corpo físico, eu acho.

Lúcia tem 41 anos, é faxineira e está desempregada. Mora no Boa Ventura há nove anos com o marido e três filhos com idades de vinte, dezoito e treze anos. O mais velho trabalha como fiscal de rodoviária e terminou o ensino médio, os mais novos apenas estudam, ambos na escola Benjamin. A fala que transcrevo a seguir vem depois que a filha de Lúcia me conta que quer ser médica, a menina acompanha toda a conversa sentada ao lado da mãe.

O trecho que segue, o terceiro da série anunciada, mostra um encadeamento sugestivo de histórias pelo entrevistado. Eu pergunto a Marcos, pai de uma menina de onze anos e um garoto de quatro, o que ele espera do futuro profissional dos filhos, ele responde que a filha quer ser médica, em seguida, após uma breve frase que pode ser entendida como um ceticismo moderado “Não sei se é um sonho de criança”, ele discorre sobre os percalços de sua trajetória que o impediram de se tornar engenheiro, o seu próprio sonho de criança.

Trecho 7:

R: Mas olha só, você consegue imaginar alguma coisa do futuro deles?

Marcos: Minha filha diz que quer ser médica.

R: Tá.

Marcos: Entendeu? Não sei se é um sonho de criança. Eu tinha vontade de ser engenheiro civil, não consegui. Diante de Deus, é verdade, eu quando era criança, eu fazia planta de casa, assim, sabe, fiz a minha, num trabalho da escola, eu tava na quinta série, eu fiz uma primeira vez, eu fiz uma planta de uma casa, aí eu me apaixonei por aquilo ali. **Aí, eu falei assim, não, eu vou ser engenheiro, eu vou ser engenheiro, mas as consequências da vida, as adversidades do dia a dia não deixou eu chegar lá, por causa de que...** Eu tenho um conceito comigo, família desestruturada, filhos desestruturados. Entendeu? Família bem estruturada os filhos crescem estruturados também, entendeu? **Se a condição financeira é baixa, aí fica meio difícil os filhos progredir, evoluir, entendeu? Eu acho que isso aí vem com a ajuda do pai e da mãe.** Tipo assim, eu vejo, vi, muitos jovens da, da idade que eu tinha na época, aí que aconteceu? A mãe...casou, a mãe deu uma casa, entendeu? [...] Então, aí fica, fica mais fácil, entendeu? **Agora, no caso, eu, eu tive que conquistar tudo sozinho, eu sou filho de mãe solteira, entendeu? Então, eu, como mais velho, eu tinha que lutar por mim, pela minha mãe e pelos meus irmãos, então eu não tive muita oportunidade.** Eu, com dezesseis anos, quando eu vim pra cá, do Mato Grosso, que eu tinha voltado pra cá, eu fui trabalhar no CEASA de Campinas, puxar carrinho.

R: Dezesseis anos?

Marcos: Dezesseis anos de idade, eu tava na quinta série.

R: Mesmo assim você ainda estudou mais um pouco, né?

Marcos: Estudei mais um pouquinho. Eu tentei, a::, eu estudei aqui ó ((aponta em direção à escola do bairro)), não aguentei, por causa que eu chegava cansado. [...] **Aí que aconteceu, eu estudei aqui, tentei duas vezes estudar aqui, eu chegava na sala e ficava assim ((ele imita alguém que está com sono)).**

Marcos cursou até o 8º ano, é pedreiro, mas está afastado por motivo de saúde. Ele tem trinta e dois anos, mora com a esposa e dois filhos em uma casa na beira da rua de mina no Boa Ventura.

Por fim, a quarta entrevista foi realizada com Luíza. Luíza é empregada doméstica, tem cinquenta e seis anos e estudou até o 9º ano. Sob sua responsabilidade direta

estão dois netos, Diana, com dez anos, e Marcelo de nove anos. Parte do que aparece transcrito é uma espécie de diálogo que ela trava com a neta.

Trecho 8:

R: Luíza, o que tu esperas pro futuro profissional das crianças que tão contigo?

[...]

Luíza: Eu quero que...quando a pessoa tem força de vontade, a pessoa pode fazer as duas coisas. É difícil, mas dá pra fazer se quiser. **Trabalhar e estudar.**

R: Anran. Tá, então você espera que, terminou o segundo grau, vá fazer o nível superior e conjuguem isso com um trabalho...

Luíza: Já falei pra eles, enquanto eu puder e tiver condições de trabalhar o que eu puder ajudar, que tiver a, que eu puder ajudar, que eu tiver em condições de ajudar, eu ajudo. Espero também que eles colaborem porque...

Diana: Com sessenta anos, vó, a senhora vai parar de trabalhar porque eu vou começar a fazer, como é que chama? (), com quinze anos começa.

Luíza: Mas, Diana, não é só trabalhar não, tem que estudar e trabalhar.

Diana: Eu vou fazer os dois.

Luíza: Hum! Pensa que é fácil.

Mais uma vez o que se observa é uma fala que ao mesmo tempo encoraja e desacredita. Os quatro entrevistados parecem oscilar entre uma das funções reconhecidamente paternas, a de incentivadores, e uma realidade material desfavorável à concretização de altas expectativas de futuro profissional. Essa realidade leva a descrença e traz à tona a necessidade de pais e responsáveis incutirem moderação nas expectativas; moderação esta que é uma demonstração ativa do processo de aquisição de um lugar no espaço social. As crianças do Boa Ventura não podem ir “lá em cima” em sonhos de futuro profissional sem alguma ressalva, estudar e trabalhar “não é fácil”, e o pai, por vezes, é um exemplo de que você pode “tropeçar”.

Todos os exemplos mencionados foram obtidos no Boa Ventura. No São João aqueles que falaram das expectativas profissionais de seus filhos foram em geral mais evasivos. No entanto, há outros aspectos que aparecem quando o tema é a educação de crianças e jovens e que aproxima a percepção dos bairros no que diz respeito às condições de alcançar as expectativas.

Embora não ocorra com todos os entrevistados, em ambos os bairros, aparece a percepção de que a educação legada nas escolas acessadas é de um tipo inferior, quando comparada ao que existe em outros lugares. A seguir estão dispostos dois trechos de

entrevistas que mostram isso. O primeiro foi obtido no Boa Ventura, enquanto o segundo, de natureza bastante similar, é do São João.

Trecho 9:

R: Tá, mas você acha que se eles estudassem numa escola em outro bairro ia ser diferente a educação que eles recebem?

Irene: Com certeza, né? Que cada escola muda, né?

[...]

Joice: Depende do jeito da população daquele bairro, a escola é daquele jeito. Que nem aqui, **a população é mais favelada como se diz, né (geralmente)**

[, **então a escola é assim.** Já lá em Campinas, (o pré, onde que eu fiz), era um bairro nobre, a escola já era mais nobre, então o ensino também vira mais nobre, **não era particular, mas era mais nobre o ensino. Já aqui,** quando não tem professor eles liberam, **quase nunca tem professor todas as aulas, todos os dias, o ensino prejudica bastante, né? Porque eu fui fazer uma prova de guardinha mesmo, não passei, porque tinha coisa de segundo ano que eu não tinha visto.**

Irene: [favelada. ((Irene ri)).

Irene: É, muda.

R: Então, você acha que se você tivesse estudando numa escola de outro bairro você ia tá...=

Joice: Sim=

Irene: =Mas um bairro melhor=

Joice: =Um bairro melhor, um bairro mais nobre=

Irene: =Isso=

Joice: =mais civilizado, o ensino seria bem melhor.

Joice tem dezesseis anos, mora com a mãe, Irene, o padrasto e dois irmãos no Boa Ventura há dez anos. A mãe é faxineira e o padrasto vigilante. Ela cursa o 2º ano do Ensino Médio na Escola Benjamin e também trabalha como operadora de telemarketing. Joice quer fazer faculdade de medicina, assim como muitas das crianças e jovens com as quais eu conversei. Entrevistei efetivamente a mãe de Joice, portanto, o que foi lido acima é um diálogo entre nós três.

Trecho 10:

Stephanie: [...] Porque, assim, hoje em dia, as pessoas querem ser de uma classe social, então vamos supor, lá no Lagoa ((Lagoa é um bairro próximo conhecido como um bairro de classe média)) tem uma escola, pelo nome, a fachada assim, as pessoas acham que talvez vá ser melhor. Na minha opinião sim, **talvez seja uma escola de professores, alguma coisa assim. Então uma escola carente, que já não para diretor, já não para professor, já teve muita intriga, eu acho assim, que vem professores que tão iniciando ou que já tão quase pra aposentar e que não tá nem aí.**

R: Você acha que num bairro melhor eles mandam professores melhores?

Stephanie: Acho.

Stephanie, dezoito anos, cursa o 3º ano do Ensino Médio, mora no bairro com a avó desde que nasceu. Stephanie estudou na escola do bairro que atende do 6º ao 9º ano, a Escola Moraes,

atualmente está numa escola em um bairro adjacente. Stephanie é auxiliar de escritório e quer fazer faculdade no futuro, mas ainda não sabe o curso que deseja. No momento, ela pensa em concluir o Ensino Médio e realizar uma formação técnica em contabilidade.

Tanto a fala de Irene e Joice, quanto a de Stephanie revelam a percepção de que um tipo de escola específica se implanta em bairros onde habitam aqueles que se caracterizam pelos baixos índices de capitais. As escolas a que ambas se referem são destinadas a crianças mais velhas, são do segundo ciclo do Ensino Fundamental, no caso do São João (Escola Moraes), e atendem ao segundo ciclo do Ensino Fundamental e Médio (Escola Benjamin), no caso do Boa Ventura. Em ambos os bairros a percepção da escola dos menores é, em geral, mais positiva.

No São João, nenhuma das crianças que reside nos domicílios onde houve entrevistas e que estão atualmente em idade de frequentar a Escola Moraes, frequentavam-na. Os moradores consideram que a escola do bairro é ruim, não apenas porque faltam professores, ou porque os alunos aprendem menos do que consideram aceitável para os anos, mas também em função do uso e tráfico de drogas interno.

Por seu turno, no Boa Ventura, ainda que vários percebam as escolas do bairro e das redondezas de forma negativa, seja pela falta de professores ou pela estrutura gradeada do prédio (“igual a um Carandiru” – diz Rebeca, uma garota de dezenove anos; “parece um presídio” – disse Isabela, que tem catorze anos), apenas uma criança e a mãe estão matriculadas em escolas alternativas em função disso. Ali, o que aparece várias vezes é a ideia de que as melhores escolas são particulares e estas são financeiramente interditas, percepção esta comum à fala de Joice e ao diálogo que apresento a seguir.

Na sequência, o leitor tem um diálogo entre Diana e a avó, Luíza. Diana, que já foi aqui mencionada, tem dez anos, ela está prestes a passar para a escola referida por Joice, Rebeca e Isabela (Escola Benjamin), mas quer ir para uma escola no centro de Hortolândia. A avó de Diana, a responsável direta por ela, é empregada doméstica na casa de um casal de médicos que tem um filho de nove anos, é essa criança a quem Diana se refere em um dado momento. O sonho de Diana é ser médica também.

Trecho 11:

R: Ah, tá. Então, chegou na 4ª série tem que ir pro Benjamin?

Luíza: Tem que sair.

Diana: Tem várias escolas que pode ir. Minha tia vai me deixar na fila de espera pro Inácio.

R: Aonde é que fica o Inácio?

Diana: Lá no centro, não sei onde fica.

Luíza: No centro de Hortolândia, perto do Paulista. Ela nem sabe se vai conseguir lá, né, Diana?

Diana: Ela falou ().

R: Mas porque que vocês querem matricular a Diana lá?

Diana: Porque lá a minha tia falou que é uma escola boa.

Luíza: Ela tá tentando, não sei se ela vai conseguir não. Se não conseguir vai ter que estudar nesse daí mesmo, no Benjamin.

Diana: O Benjamin não. Eu prefiro estudar na escola do Eduardo.

Luíza: Não tá no querer da gente às vezes, Diana. Tem que ter (condição) pra levar, tem que tá levando vocês, tem tudo isso aí.

[...]

R: Mas, é:::, o quê que você acha que tem de diferente na escola lá do centro?

Diana: Falam que é bem melhor, que o povo não é mal educado que nem nessa escola.

R: Ah, tá.

Luíza: Apesar de que, isso aí acho que é em toda escola hoje. A (única) escola que não tem muita bagunça é particular. Mas (ninguém) pode pagar.

R: Anran. Você acha?

Luíza: Eu acho sim.

Diana: Só o filho da patroa dela que...=

Luíza: =Mas a minha patroa tem condições, né, Diana! ((Luíza ri))

Diana: É, a patroa dela pode. ((Diana usa um tom afetado ao pronunciar a palavra pode)).

O diálogo entre Diana e a avó é exímio em mostrar mais uma vez que as escolas frequentadas pelas crianças destes bairros funcionam, mesmo no imaginário infantil, dentro da engrenagem da aquisição de uma posição social. A avó de Diana evoca um discurso de moderação, tal qual se viu em outras entrevistas, ela força a criança a assumir a posição que as condições materiais de vida em que se encontram reservam-lhe. Quando Diana tenta se aproximar do lugar social que ocupa o filho do casal de médicos, ela é chamada à sua realidade material pela avó. Ela não irá a uma escola como a que esse garoto frequenta e tem que se contentar com uma escola que, mesmo com seus dez anos, já percebe como de “povo mal educado”.

O que se observa em todos estes exemplos é que as expectativas de futuro profissional de crianças e jovens tanto no São João quanto no Boa Ventura são altas, mas existe um lugar no espaço social previamente definido para elas que se inscreve no espaço

físico (o bairro em que residem) no discurso de seus pais e responsáveis, e nas escolas que são destinadas a frequentar.

Em *A distinção*, Bourdieu apresenta a tese de que os sonhos passam por uma espécie de envelhecimento social, a aquisição da posição social. Ainda que seja possível o descompasso entre a posição social de origem e a posição social de chegada, definidas pelo acúmulo de capitais, estatisticamente esse descompasso é menos recorrente do que a sincronia. O que se observa nos discursos destacados nesta seção é precisamente um processo de aquisição de posições sociais para a sincronia.

As crianças do Boa Ventura e São João são expostas largamente a uma ética do trabalho, a modelos (de papel) de profissões especializadas (ainda que fora de seus lugares de residência) e têm um valor positivo da educação formal. No entanto, suas condições materiais de existência são gradativamente incorporadas sob a forma de um sonho envelhecido que, se não mina a ética do trabalho e o valor da educação formal, faz desaparecer a perspectiva das profissões especializadas. Para esse processo contribuem o envelhecimento dos sonhos dos próprios pais e a percepção gradativa do mundo real, desigual, no qual ocupam posições inferiores do campo social. Os pais ou responsáveis, e a escola, como primeira representante institucional da posição inferior, aparecem nos discursos como cruciais nesse processo.

Outro ponto que aproximou os bairros no que tange às expectativas profissionais foram as informações que os jovens mostravam ter do ensino universitário e profissionalizante. No São João fui surpreendida pela constatação de que três dos meus entrevistados diretos, com dezoito, vinte e vinte e seis anos, desconheciam a existência de universidades públicas. No Boa Ventura, duas entrevistadas, com dezenove e catorze anos⁶⁵, confundem cursos técnicos com faculdades. Isso mostra que a aquisição da posição social que se inicia na infância e começo da adolescência prossegue na idade adulta sob a forma da restrição de informações, completando-se um ciclo de transferência intergeracional das posições no espaço social.

⁶⁵ Esta foi a única entrevista realizada com uma pessoa menor de dezoito anos.

Por fim, cabem algumas observações a respeito da existência de tráfico e uso de drogas nestes bairros. A adesão a comportamentos que se desviam da ética do trabalho e da educação formal como valor tem sido uma preocupação constante dentre aqueles que estudam efeitos de vizinhança, o uso e tráfico de drogas é um desses comportamentos.

Em ambos os bairros há uso e tráfico de drogas. Dentre as pessoas que entrevistei, nenhuma se declarou envolvida. Apesar disso, duas, uma no Boa Ventura, outra no São João, são ex-usuárias. Uma delas sofreu tentativa de homicídio em função deste envolvimento, enquanto a outra foi presa por assaltar uma empresa com objetivo de sustentar o vício. Essas duas entrevistas tiveram em comum a noção do expurgo desse envolvimento através da ética do trabalho. Apesar disso, ao menos no São João, há quem entenda que o uso de drogas está relacionado à aquisição da “adulterez”, da mesma maneira como a entrada no mundo do trabalho está:

“[...] porque aqui é assim, quando os moleque vai crescendo...que, sabe? Quer virar o tal, então é desse jeito.” (Jorge, 27 anos, morador do São João há cinco anos. Ele é pai de uma menina de dois anos, enquanto conversávamos a criança pegou um palito de fósforo do chão e simulou ser um cigarro).

Nesse sentido, haveria uma concorrência entre o mundo do trabalho e a deserção através das drogas. Por isso, uma das preocupações demonstradas pelos pais do São João, e também do Boa Ventura, é de que os filhos fiquem longe das ruas. No entanto, essa preocupação parece ser dividida com todos os estratos sociais. Infelizmente, mensurar e oferecer elementos que corroborem ou enfraqueçam a percepção de que existe um processo de socialização para a adesão ao uso e tráfico de drogas necessitaria um estudo específico. Todavia, me parece que as entrevistas mostram claramente que em ambos os bairros a exposição à ética do trabalho, à educação formal como valor e a modelos de altas expectativas profissionais é intenso. Muito embora também exista, nos dois bairros, uma rotina de circulação de drogas.

Histórias de estigma

O estigma é certamente um dos mecanismos mais frequentemente pleiteados por aqueles que estudam lugares habitados por populações que possuem baixos índices de capitais. Mas também é o mais difícil de ser captado.

Como muitos processos de exclusão, estigmas relacionados ao local de moradia podem ser, e muitas vezes são, velados. Além disso, no que tange ao mercado de trabalho, por vezes, a “estigmatização” pode confundir-se com a restrição da área de contratação devido a despesas com transporte. Quando um pesquisador tem acesso somente ao possível alvo de estigma, como no caso desta pesquisa, a informação que se tem é uma percepção.

No entanto, a percepção não é uma informação menor ou que necessite de verificação. Quando um agente elabora uma interpretação sobre um acontecimento ele se utiliza de uma matriz de conhecimentos que o permite entender o mundo. Essa matriz é construída ao longo da história de vida, na experimentação do mundo material e relacional que se inscreve no corpo e na mente. Quando Bourdieu elabora a noção de *habitus* é esse processo que se encontra em pauta. Portanto, perceber-se sendo estigmatizado depende da posse de uma certa linguagem que não está disponível a todos, mas sim, àqueles que partilham a posição no espaço social que corresponde a essa linguagem.

A pesquisa domiciliar do “Projeto Vulnerabilidade” continha a seguinte pergunta: “Pelo fato de morar neste bairro tem ou já teve dificuldade em encontrar trabalho?” Em todas as ZVs a população economicamente ativa em sua grande maioria respondeu que não. Mas é significativo o fato de que, dentre as zonas, apenas na ZV1 tenha havido um número estatisticamente significativo de respostas afirmativas e justamente na categoria que considera haver dificuldades devido a fama do bairro (8,8%)⁶⁶.

No roteiro de entrevistas que empreendi no Boa Ventura e no São João havia uma pergunta bastante similar àquela que compunha o questionário da pesquisa “Vulnerabilidade”: “Vê alguma facilidade ou dificuldade na obtenção de emprego devido ao bairro em que mora?”. Enquanto no Boa Ventura as pessoas acreditam haver mais

⁶⁶ Os dados completos desta tabulação foram disponibilizados na Tabela C6, *Anexo C*.

dificuldades do que facilidades (apenas um entrevistado levantou como facilidade a proximidade do posto de atendimento ao trabalhador de Hortolândia), no São João a situação foi inversa, ou seja, elas acreditam haver apenas facilidades.

Mas o que mais se destacou foi o entendimento imediato da pergunta. Ela não traz em sua formulação nenhum indicativo do tipo de facilidade ou dificuldade que se indaga, também não havia alternativas fechadas para serem escolhidas, o que deixa o entrevistado livre para formular a resposta. No Boa Ventura, houve quem imediatamente entendesse a questão como uma pergunta sobre estigma, ou, “acepção de bairro”, como se referiram dois dos meus entrevistados. Outros, entenderam o questionamento como relativo às questões de acessibilidade de transporte e distância de locais onde poderiam estar empregados. Isso não aconteceu no São João, onde os entrevistados não levantaram dificuldades⁶⁷, além disso, quando tentavam imaginar algum tipo de dificuldade sempre o que ocorria eram formulações com respeito a transporte e distância. Na realidade, muitos no São João entendiam que o bairro em que residem proporciona facilidades, seja porque existem firmas e serviços nas redondezas ou porque é um ponto interessante para negócios. Aqueles que não viam facilidades também não identificavam dificuldades, sendo o bairro visto como indiferente para obtenção de emprego.

Embora eu não estivesse presa ao roteiro que programei e pudesse utilizar palavras ligeiramente diferentes com cada um dos meus entrevistados, a questão foi repetida sem muitas alterações. Logo, se evidenciou que o descompasso no entendimento da questão entre os bairros é realmente significativo. A seguir, há dois trechos, ambos do Boa Ventura, onde os entrevistados expõem como entendem serem percebidos pelos empregadores. Além destas duas entrevistas houve uma terceira entrevistada que imediatamente reconheceu a questão como relacionada à “estigmatização” e afirmou que um dos filhos acredita ter sido recusado em um emprego em função de estigma de lugar.

No primeiro trecho a entrevistada, Celeste, conta uma situação onde de fato houve uma recusa de contratação. No segundo trecho o entrevistado, Marcos, divaga e imagina como seu currículo é recebido pelas empresas nas quais já tentou emprego.

⁶⁷ Uma exceção ocorreu em uma conversa informal, com áudio registrado, no São João. No entanto, optei por tratar da mesma em um ponto mais adiante desta dissertação.

Trecho 12:

R: Você vê alguma facilidade ou dificuldade de conseguir emprego devido ao bairro que você mora?

Celeste: Sim.

R: E de que tipo?

Celeste: Ah, muito preconceito, pelo bairro.

R: Ah, é?

Celeste: É.

R: Mas e, então, me fala assim, cê deve ter vivido alguma situação que hoje faz com que você esteja me dizendo isso...

Celeste: Já vivi.

R: E o quê que aconteceu?

Celeste: Eu fui procurar um serviço na (MS), por eu ter os estudos completos, e a mulher falou que quem morava dentro do Boa Ventura ela não dava emprego não.

R: Ela falou isso pra você?

Celeste: Falou, pra mim. E por causa da tatuagem também.

[...]

Celeste: Ah (e também), os outros fala que aqui, no começo, tinha muita..., aqui era um bairro que ninguém dava valor pro bairro, que todo mundo que morava aqui não prestava.

R: No começo do bairro?

Celeste: No começo do bairro, agora, os pessoal fica meio assim ainda.

R: Tá. No começo do bairro era pior, mas hoje ainda tem um pouco isso?

Celeste: Hoje ainda tem. Não é um pouco não, acho que é muito.

[...]

R: Isso que você tá me contando da (MS) aconteceu quando?

Celeste: Faz uns dois anos.

[...]

R: Tá, é::: Então, hoje em dia, assim, depois que isso já aconteceu quando você procura emprego, que te perguntam aonde você mora você fala esse bairro?

Celeste: Eu falo, mas eu falo meio com medo do que a pessoa vai achar.

R: Tá. Então, você nunca pensou de referir outro bairro? Você nunca referiu outro bairro?

[...]

Celeste: **Ah, não**, porque acho que, pra você procurar um serviço eles vão pedir o endereço.=

Celeste: =E eles vão descobrir que eu moro aqui no Boa Ventura.

Celeste tem vinte anos e o Ensino Médio completo, se declara parda. Ela mora no Boa Ventura com os pais e o filho desde 1995. Celeste era operadora de caixa em um supermercado próximo ao bairro, mas deixou o emprego fixo por um temporário, de dois meses, onde o salário era melhor. Quando a entrevistei ela estava desempregada há quase quatro meses e buscava um novo emprego.

Trecho 13:

R: Marcos, a casa, ela é propriedade tua? Ou você aluga?

[...]

Marcos: Então, a gente tá aqui morando praticamente, **como diz o outro, ilegal, né?** Não é legal. **Uma coisa, num...que lhe garante...se é a lei, você tem que cumprir a lei, se num tá dentro da lei, tá fora da lei, então, cê num...como é que eu explico melhor, assim, é, cê não tá na lei, não é certo, não é seu.** Não é nosso aqui.

[...]

R: E::, mas você vê alguma facilidade ou dificuldade de conseguir emprego pelo bairro que cê mora? Talvez pela cidade, alguma coisa assim?

Marcos: **Acho que mais pelo bairro.** Porque quando eu morei no Parque Pedro (bairro próximo ao Boa Ventura, em Sumaré), eu mandei um currículo no supermercado Paulista que é o Perez, que é onde que eu falei pra você que eu trabalhei, entendeu?=
R: =É bem aqui, não é?

Marcos: Aqui em cima.

R: Na rua A, né? Pra cima?

Marcos: É, lá em cima. Aí eu consegui, porque eu morava lá embaixo, né? Aí, quantas vezes, eu num morava aqui e tinha mandado lá? Então, a pessoa é, é mal vista pela..., é a mesma coisa, têm pessoas estudado, têm curso, têm teologia, entendeu? Têm até doutorado e tão morando em favela, entendeu? Por causa de quê? Por causa de muitas coisas, igual no caso eu tava falando pra você, por falta de opção, por falta de opção, entendeu? **Às vezes a pessoa tem, mas aí chega, se você mandar um currículo, você manda um currículo, de um bairro, de uma favela, isso aqui é uma favela, tem luz, tem água, tem telefone, mas é favela, entendeu? Se você manda um currículo daqui, se for pra Bosch, você manda do Jardim Isaltina ((é um dos bairros em que ele gostaria de morar)) pra Bosch, o mesmo, o mesmo currículo da sua pessoa, se for a mesma pessoa que for ler o currículo, se ele pegar o currículo ali e ver os dois, ele vai, ele não vai fazer diferença, tem um num endereço e outro noutro endereço, mas se for duas ou três pessoas que tiver lá na, mexendo com os papéis, **por exemplo, Marcos dos Santos, lalala, Boa Ventura, aí pega João da Silva, taltal, lá do Jardim Isaltina, eles vai pegar o do Jardim Isaltina. Entendeu? Por causa de quê? Por causa que vai tá no computador que aqui não é um lugar legalizado, que não é um lugar que tem estrutura, entendeu? A pessoa é julgada muitas das vezes pela condição que vive, pela, pela...minha mãe, minha mãe me ensinava assim, a gente vale o que a gente tem, se você não tem nada, você não vale nada, entendeu? O ser humano, a::, ele é feito de imagem, entendeu? É de imagem, o ser humano é feito de imagem, se você passa com um carro, um astra, todo mundo vai olhar, as meninas, “Oh, psiu”, né? Não é assim? Não é? Aí você passa de fusquinha...então, é::, o ser humano é feito de imagem, eu aprendi isso na escola. O ser humano é feito de imagem.****

Marcos, já citado anteriormente, cursou até o 8º ano, se declara branco, é pedreiro, mas está afastado. Mora em uma casa na beira da rua de mina que provavelmente será removida. Marcos chegou ao bairro pela primeira vez em 1997, depois de um período fora do Boa Ventura retornou em 2004. Sua casa é de alvenaria, ele mesmo construiu, de longe se vê que no topo Marcos hasteou uma bandeira do Brasil.

A entrevista de Celeste traz a questão da sobreposição de estigmas. O lugar de residência e a tatuagem no braço são colocados no mesmo patamar como motivos de recusa para contratação. Segundo Pérez (2006), a tatuagem é historicamente identificada como um estigma que sinaliza a marginalidade, mas assumiu novas feições na contemporaneidade, disseminou-se em vários estratos sociais e converteu-se em obra artística. A fala de Celeste, no entanto, sugere que esse sentido contemporâneo não é concedido a todas as pessoas, nem a todos os tipos de tatuagens⁶⁸. A presença de outros sinais identificados com a marginalidade, no caso, o lugar de residência, onde “todo mundo que morava aqui não prestava”, pode reativar identificações que em outras circunstâncias são consideradas conservadoras e sem sentido. Volto a citar Goffman, “Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontradas” (p. 12: 1988).

Por sua vez, Marcos acredita que seu currículo está marcado pela falta de estrutura física e ilegalidade urbanística do lugar que habita. O fato de que o território em que vive não seja legalizado faz com que ele entenda ser alvo de um julgamento, como são aqueles que estão “fora da lei”. Ele partilha com Celeste o sentimento de ser considerado como à margem da legalidade.

Outro aspecto interessante que aparece com o confronto das duas falas e também da terceira entrevistada (não transcrita aqui, mas que igualmente acredita haver esse tipo de “estigmatização”) é o fato de que nenhum deles manipula a informação do lugar de residência quando busca emprego. Ao que as entrevistas sugerem, quando o estigma de lugar não se coaduna com aquele que é evidente (como o que se inscreve no corpo, por tatuagem) aparece mesmo assim nas telas dos computadores, que monitoram e permitem que o empregador possa saber quem é do lugar não legalizado. Portanto, para os moradores do Boa Ventura a manipulação não parece possível, pois é certo que “eles vão descobrir”.

Essa manipulação como estratégia para contornar o estigma de lugar é pleiteada tanto por Wacquant (2007), em seu estudo sobre a “estigmatização” territorial nos Estados Unidos e Europa, quanto por estudos brasileiros, como o que está sendo empreendido por

⁶⁸ A tatuagem de Celeste é de um tipo específico, as letras não são uniformes e parecem ter sido escritas com uma caneta qualquer.

Borges e Carvalho (2012) em Salvador. Mas para os moradores do Boa Ventura a manipulação parece inacessível, mostrando que percebem o estigma de território como menos do tipo desacreditável e quase como do tipo desacreditado – tomando de empréstimo os termos de Goffman (1988).

c) Comunidade?

Antes de tudo, parece conveniente lembrar o que Boudon e Bourricaud (2002) afirmam ser a definição clássica, “se não vulgar”, de comunidade. Comunidade tem sido tomada como um agrupamento de pessoas que têm algo em comum, como a descendência de um mesmo pai, ou uma mesma vida. De acordo com esses autores, uma das críticas mais pertinentes a essa noção, e que passou a largo para muitos, é a de Aristóteles para Platão. Ao contrário de Platão, para Aristóteles o vínculo que assegura a uma pluralidade de indivíduos a unidade não é uma coisa, substância ou essência e sim um sistema de atributos e relações (Boudon e Bourricaud, 2002, p. 73). Ainda de acordo com o *Dicionário Crítico Sociologia*, o primeiro a utilizar o termo dentro da sociologia de uma forma técnica foi Tönnies. Este autor irá opor sociedade e comunidade. Sociedade para ele é a manifestação da individualidade de interesses, do egoísmo, enquanto comunidade é um conjunto de pessoas com identidade substancial de vontades.

Segundo Sampson (2011), nenhuma discussão sobre efeitos de vizinhança pode estar completa sem passar pela discussão da noção de comunidade. Ela aparece em discursos políticos, de fundações filantrópicas e programas de controle criminal como um ideal que necessita ser retomado, pois compreende uma era perdida. Ainda segundo este autor, o problema da retomada desta noção no pensamento científico é a nostalgia e normatividade, quando a noção deve vir acompanhada de discussões sobre desigualdade para que haja uma real contribuição.

O termo comunidade também vem sendo bastante usado nos discursos da mídia brasileira, mas ele não designa o ideal a ser alcançado por uma vizinhança qualquer. Em geral, ele aparece especificamente quando a notícia é sobre lugares onde residem pessoas pobres e de baixa escolaridade, numa espécie de discurso “politicamente correto”. Nenhum

outro espaço ou grupo é tão frequentemente chamado assim como são as periferias, espaços segregados, favelas, ocupações. Aparentemente, criou-se uma oposição em que periferia e favela designam o lugar ruim e da desordem, enquanto comunidade é o lugar onde pessoas pobres e trabalhadoras vivem, embora muitas vezes em conflito para expurgar elementos do mal (como o tráfico de drogas).

Na tentativa de não retomar a noção clássica, opor comunidade à sociedade ou cair no que acredito ser um discurso “politicamente correto”, que mais obscurece e exclui⁶⁹, acredito que as vizinhanças onde realizei entrevistas podem ser compreendidas mais propriamente a partir da noção de campo, no sentido de Bourdieu. Nelas a unidade e identidade dos bairros se define por um sistema de atributos e relações, de jogos de aproximação e afastamento que visam a expurgar o estigma de lugar que é, nestes casos, ao mesmo tempo um estigma de pobreza, marginalidade e desordem.

Tanto no Boa Ventura, quanto no São João, as pessoas se relacionam a partir de posições sociais, esforçando-se por definirem-se de forma distinta do vizinho. Isso não quer dizer que não existam identidades de vontades ou solidariedade. O exemplo da obtenção de informações sobre trabalho é exímio em mostrar a existência e eficiência das redes, assim como a maneira com que as pessoas ocupam as ruas nas áreas em que empreendi entrevistas. No entanto, há um processo contraditório que ocorre concomitantemente a isso e que da mesma forma contribui para estruturar o espaço físico e social dessas áreas. Sendo assim, não se pode deixar de observá-lo.

No Boa Ventura parece existir o que Wacquant (2007) chama de *distanciamento mútuo*, além da *convivência pacífica* (que não deixa de ser no mais das vezes forçada), já destacada na descrição geral feita do bairro. Embora os moradores ocupem as ruas e tenham uma convivência intensa, quando perguntados com respeito ao que acham da vizinhança, frequentemente tem opiniões negativas, e mesmo nos casos em que emitem opiniões neutras ou positivas, muitos se esforçam por deixar claro que não têm

⁶⁹ Entendo que designar por comunidades locais onde reside uma população com características socioeconômicas específicas mais contribui para entendê-la como monolítica e a parte do sistema de relações total de uma sociedade do que como parte, sendo constituída neste sistema de relações. Parece-me que há aqui, portanto, uma espécie de mensagem ideológica. No entanto, essa é uma discussão que está fora do escopo deste trabalho.

uma convivência próxima com os vizinhos. Os trechos a seguir exemplificam o distanciamento mútuo. Os vizinhos proferem falas que afastam mesmo aqueles que não são imediatamente identificados com nenhum tipo de atividade ilegal. Sentindo-se definidas mais por passivos do que ativos, as pessoas parecem afastar aquele que carrega os sinais de “desposseção”, aquele que, no entanto, é o próprio vizinho:

Trecho 14:

Sônia: Então, se você chega na pessoa, **às vezes você quer se chegar mais, quer fazer amizade, você não pode, porque você já tá vendo. Então, você pensa com você “Eu vô”, aí depois a pessoa quer se infiltrar lá dentro da sua casa, aí, ah...então, tem coisas desse tipo que é melhor você evitar.**

Sônia, 49 anos, auxiliar de produção afastada por doença. Tem o Ensino Médio completo. Mora no Boa Ventura faz quatro anos.

Trecho 15:

R: O quê que você acha da vizinhança aqui, Luíza?

Luíza: Eu não tenho o que dizer da vizinhança não, **eu não sou de tá na casa de ninguém, fico na minha casa o dia todo, vou trabalhar, chego à noite, não sou muito de tá na casa de...é só “Bom dia, boa noite”.**

R: Tá, mas então é tranquilo?

Luíza: Tranquilo, eu só não gosto mais por causa da barulheira que eles fazem a noite, quando tão tomando umas e outras, não gosto.

[...]

R: É::, tem muita música, né?

Luíza: Vixe!

R: **Tá. E sempre foi assim? Tranquilo?**

Luíza: **Acho que sim, viu.**

Luíza, 56 anos, empregada doméstica mensalista. Estudou até o 9º ano. Ela mora no Boa Ventura faz dezoito anos e é uma das primeiras moradoras, de acordo com o que conta, na época em que chegou o seu foi um dos primeiros barracos a serem levantados. Hoje, Luíza vive em uma casa de alvenaria com duas filhas e três netos, dois dos quais estão sob sua responsabilidade direta. Há seis meses Luíza está morando na casa da patroa em São Paulo e passa apenas os fins de semana em sua casa no Boa Ventura.

No São João, existe em algumas entrevistas uma manifestação similar ao que se observou no Boa Ventura. O afastamento mútuo no interior do setor de baixos atributos pode até mesmo assumir uma feição espacial, opondo-se aqueles que moram perto do

“campão” (ponto de venda de drogas e um dos limites do setor derivado de ocupação) e os que vivem em outros pontos deste mesmo setor. Como no exemplo:

Trecho 16:

Regina: Vê se pode, pessoa dirige bêbado. Tá vendo? ((Barulho de moto. Durante a entrevista passam algumas pessoas de moto fazendo “cavalo de pau”)).

R: Anran. Dá medo de perder a direção e jogar em cima alguém.

Regina: **E é lá de cima, lá de perto do campão, não é daqui de baixo não.**

Regina, moradora do São João há trinta anos.

No entanto, para a demarcação das posições sociais, no São João se sobressai o distanciamento entre os moradores do setor derivado de ocupação e os do entorno, onde os atributos socioeconômicos são mais elevados. Além da demarcação territorial bastante evidente e conhecida por todos, que confere uma nomeação diferenciada do setor de baixos atributos, o Núcleo, e às vezes, uma nomeação sugestiva para o entorno “Alto São João”, o lugar “das classes médias altas”, aparecem falas como:

Trecho 17:

Moisés: A rua Ferreira aqui, eu morei, doze anos, seis anos, dezoito anos.

R: Em casas diferentes, é isso?

Moisés: É. Até a casa que queriam vender pra mim, eu agradeço que eu não quis comprar. Porque na época era muito pesado pra eu pagar. Aí eu vim parar aqui, na favela.

R: **Então, tinha uma parte da Ferreira que não era favela e uma parte que era, é isso?**

Moisés: **Porquê? Você acha que a Ferreira é favela? É Ferreira aqui=** ((Ele mostra a rua que nós estamos com um gesto, é uma das ruas principais do bairro, larga, asfaltada e onde as casas são todas em alvenaria, metade delas são casas humildes, na outra metade há casas maiores. Parte desta rua é regular, outra parte está na área que foi ocupada e até hoje os moradores não tem escritura, nem pagam IPTU. Apesar de que o próprio Moisés se refira ao local onde mora como favela, ainda que “como modo de falar”, quando eu me refiro assim ao lugar, mesmo que no passado, ele responde num tom alto, aparentando desconforto e irritação com a minha pergunta)).

R: =Não, tudo bem=

Moisés: **Só que aqui é uma coisa, lá é outra.**

[...]

R: Tá, mas oh, é::, mas o que que você acha do pessoal que fica mais perto ali da avenida, ali não dá pra conseguir emprego, trabalho ali, serviço? ((me refiro a parte do bairro que tem um nível socioeconômico superior, pela referência espacial que dou, Moisés entende perfeitamente do que se trata)).

Moisés: **(Ah, não). Às vezes as pessoas que mora aí eu acho que tem até medo de descer aqui pra baixo.**

R: Ahn.

Moisés: **Uma ignorância. Tem que colocar na cabeça que a gente que mora aqui na favela, a gente, é melhor do que eles.**

Moisés, 56 anos, pintor. Vive no São João há trinta e seis anos. Por ser um morador antigo, mas que chegou ao local já em idade adulta ele lembra os primórdios do bairro. Contou que em princípio as ruas eram cheias de lixo de todo tipo, as casas eram barracos de madeira e não havia a avenida interna.

A fala de Moisés poderia ser claramente uma resposta a Sílvia, uma entrevistada já citada. Sílvia, que reside no lado regular do São João, faz questão de se declarar como distinta daqueles que residem no setor derivado de ocupação. Ela mora exatamente na divisa entre este setor e o entorno, de maneira que, ainda que sua casa seja a mais bonita que entrei no São João, não chega a ficar perfeitamente claro a qual “metade da rua” ela pertence. Sílvia diz não ter contato com os vizinhos, a não ser aqueles que residem na frente da sua casa:

Trecho 18:

R: Tá. E o quê que você acha da vizinhança?

Sílvia: Ah, não, eu não tenho queixa, **daqui da minha frente eu não tenho queixa, tenho mais pra lá.** ((Ela ri)).

R: Mais pra lá que cê fala é o quê? É o Núcleo?

Sílvia: É, não, é, **da metade da rua pra lá**, eu num...

[...]

Sílvia: Mas pra lá também eu não tenho contato, não tenho muito...Mas...não sei se é por causa do...não sei. Te falar, o nível deles são muito..., então, não sei.

Eles são muito baixo, assim de...aí eu não tenho muito com eles, mas...

“Da metade da rua pra lá” é o “Aqui é uma coisa, lá é outra coisa” de Moisés. Enquanto os moradores do setor derivado de ocupação são “muito baixos” para Sílvia e ela tem queixas, Moisés acha que “eles”, do entorno, “tem que colocar na cabeça que a gente que mora aqui na favela é melhor”. Assim se constrói a identidade do São João, um bairro dividido em fala e convivência em “Alto São João” e “Núcleo”.

Ambos os setores analisados, o que se localiza no Boa Ventura e aquele que está no São João, são áreas onde os vínculos existem. Os residentes dos setores efetivamente constroem no espaço público uma convivência próxima, com unidade

assegurada por um sistema de atributos e relações que incluem e excluem, aproximam e afastam. Eles se relacionam não apenas por identificação, mas também por movimentos de exclusão, ainda mais quando entram em jogo sinais que gostariam de expurgar de suas histórias, como a experiência de viver em lugares de pobreza e/ou degradação simbólica.

No caso do Boa Ventura, o afastamento mútuo é o que mais se evidencia pois ali, para demarcar uma posição social que não seja a da pobreza, é preciso negar a identificação com igual. No caso do São João, embora este mesmo movimento exista, o conflito que mais bem define a estrutura social do bairro está entre os desiguais, o setor de baixos atributos e seu entorno. Neste tocante, a própria maneira de ocupar as ruas parece ser uma espécie de divisor de águas.

O fato de que no São João a percepção da presença de estigma relativa a trabalho tenha aparecido em uma única fala, a de Moisés, parece ter significado relevante. Neste bairro o estigma de lugar existe claramente, entre setor e entorno, no entanto, estes espaços físicos mantêm um tipo de relação que Caldeira (2011) chama de heterogeneidade funcional. O setor que escolhi para análise é o lugar onde residem alguns trabalhadores que logram postos no entorno, como no caso de duas entrevistadas, ambas faxineiras. Por isso, ainda que o estigma esteja presente ele não é percebido através da interdição de postos de trabalho. Apesar disso, a experiência de residir em um espaço físico que ocupa um lugar inferior no campo social é claramente formulada. Não existe uma heterogeneidade social que permita o estabelecimento de vínculos entre o setor de baixos atributos socioeconômicos e seu entorno em nível de pares. Como estão em posições assimétricas do espaço social, os residentes dos setores que conformam o São João relacionam-se a partir dessa assimetria.

Embora no todo da RMC, Boa Ventura e São João ocupem espaços físicos distintos, o setor homogêneo e o setor enclave ocupam lugares homólogos no espaço social. Ambos os setores são periferias sociais em referência a centros específicos, respectivamente, à sede da RMC e aos setores que circundam o enclave. Ambos são espaços socialmente segregados, o setor que se localiza no Boa Ventura devido a homogeneidade social (com seu entorno), e o setor que se localiza no São João devido a convivência efetiva estar circunscrita apenas aos pares sociais que residem no “Núcleo”.

Os vínculos através dos quais circulam informações acontecem apenas entre os pares sociais efetivos, tanto no Boa Ventura quanto no São João. Isso seguramente está na base da explicação do fato de que Boa Ventura e São João difiram pouco no que tange as informações sobre universidades e cursos profissionalizantes, talvez o ponto inicial da transferência intergeracional da inserção laboral.

Considerações Finais

Afinal, no que tange a inserção laboral, faz diferença morar aqui ou lá?

As informações apresentadas nesta dissertação poderiam ser sintetizadas da seguinte maneira:

O espaço físico da RMC está distribuído de forma que reflete a estrutura social de diversas formas. O mapeamento das Zonas de Vulnerabilidade mostra que os capitais de tipo físico, humano e social têm um padrão de distribuição espacial na RMC que é, em linhas gerais, radial. A ZV que possui o melhores índices de capitais, ZV4, está no centro da região e em suas adjacências encontra-se grande parte da ZV3. Por sua vez, a zona de mais baixos capitais, ZV1, está distribuída ao longo da região, embora se concentre a Oeste. A ZV2 tem em comum com a ZV1, a localização espacial periférica.

As análises de séries históricas feitas por Oliveira (2010) mostram que o mercado de trabalho da RMC, percebido por indicadores como o nível de empregos e de formalidade, tem se mantido acima do que se observa até mesmo na RMSP, a região economicamente mais dinâmica do país. No entanto, a maneira como se distribuem os resultados no mercado de trabalho segundo Zonas de Vulnerabilidade também atesta diferenciais. Assim, a positividade do mercado de trabalho que a região encerra não se distribui de maneira uniforme nem no espaço físico, nem entre a população economicamente ativa.

As Zonas de Vulnerabilidade com mais baixos capitais também são aquelas em que a população economicamente ativa possui características que se associam às chances menos favoráveis de inserção no mercado de trabalho. Parte dessa distribuição já se esperaria pela própria maneira como as zonas foram construídas, como, por exemplo, a composição da PEA por ZVs em termos de anos de estudo. O mesmo não se pode dizer sobre a característica raça/cor, não inclusa *a priori* na conformação das zonas. Contudo, o mais relevante disso é que a ZV1, e em menor medida ZV2, são compostas por uma população menos escolarizada e mais negra e, no caso da ZV1, com mais migrantes recentes, do que quando comparadas as demais zonas e a média da RMC. Essas características têm associação positiva com desempenhos menos favoráveis no mercado de

trabalho, conforme atestam os estudos da economia neoclássica e os resultados desta pesquisa.

A associação entre as características sociodemográficas (escolaridade, raça/cor, condição de migração, sexo e idade), o local de residência e o desempenho no mercado de trabalho foi demonstrada para a RMC pelos modelos de regressão logística multinível.

Através da modelagem, pode-se constatar que, efetivamente, as chances de se encontrar em situação de desemprego ou instabilidade laboral são maiores para os menos escolarizados, negros, migrantes recentes, mulheres e jovens. Lembrando que, conforme mencionado, a baixa escolaridade, a cor negra e a migração recente são características que marcam mais fortemente a constituição das populações que residem nas zonas de mais baixos atributos.

No entanto, a modelagem utilizada também aponta para a presença de um efeito do lugar de residência no desempenho no mercado de trabalho que “independe” destas características, haja vista que, mesmo tendo-se controlados todos os atributos sociodemográficos mencionados permanece um forte efeito da variável espacial (as ZVs). Assim os modelos nos revelam que, tendo a ZV4 como referência, as chances de estar em situação de desemprego são maiores nas ZVs 1 e 2, e de se encontrar em situação de instabilidade maiores na ZV 1, seguida pela zona 3 e 2. Tal resultado corrobora a perspectiva de que efetivamente faz diferença para o desempenho no mercado de trabalho residir nesta ou naquela área da região, independentemente do indivíduo apresentar algum atributo sociodemográfico que interfira decisivamente sobre essa questão.

Além disso, os modelos de regressão apresentaram um efeito aleatório residual significativo mesmo considerando a variável “ZVs”, o que sugere que ainda existiriam fatores relativos aos contextos de residência que influenciariam o desempenho laboral, fatores estes não contemplados no desenho das zonas.

Esses fatores foram o alvo do levantamento qualitativo efetuado em dois setores da RMC. Conforme se expôs, parte relevante deles, os que chamei de mecanismos subjetivos, dependem largamente da experiência com o mundo do trabalho. Por isso, ao mesmo tempo em que as características sociodemográficas menos favoráveis à inserção laboral são definidoras das populações de certas áreas, zonas 1 e 2, elas concorrem para a

formação de experiências típicas no mercado que, por sua vez, conformam os mecanismos subjetivos. Sendo assim, pode-se dizer que o “efeito de lugar” nunca independe efetivamente das características sociodemográficas.

A partir de uma literatura que se preocupou em inventariar os fatores supracitados, ou, como aqui chamei, mecanismos/mediações, realizei uma pesquisa de campo que visou descrevê-los e apontar considerações sobre a relevância que apresentam como interferentes na inserção laboral. Em conformidade com essa mesma literatura realizei o levantamento em duas áreas onde residem populações com baixos índices de capitais, mas que são diferenciadas pela composição social dos habitantes de seu entorno: uma delas caracterizada como uma situação de homogeneidade e a outra de heterogeneidade social.

A expectativa era de que os mecanismos tivessem distintas configurações em cada uma dessas áreas e que estas distinções atuassem como fatores explicativos da presença de diferenciais na inserção segundo lugar de residência. Embora alguns mecanismos tenham de fato apresentado especificidades segundo a área de moradia, há também uma aproximação entre as áreas, que ocorre em função do lugar no espaço social que partilham. Essa aproximação faz com que os mecanismos não apresentem tantas diferenças segundo as áreas tal qual se esperava. Em consequência, ao contrário do que sugeriram os referenciais teóricos levantados, não foi possível afirmar que nas áreas heterogêneas o desempenho laboral, em todas as suas dimensões, era melhor do que nas áreas homogêneas.

Os resultados desse levantamento qualitativo, apresentado no capítulo III, mostram que os entrevistados diferem pouco em termos de inserção laboral no que diz respeito às profissões que alcançam e as expectativas de futuro profissional que crianças e jovens esboçam. No entanto, diferem com relação à acessibilidade dos locais de trabalho, tal qual ligeiramente diferem as zonas de vulnerabilidade 1 e 2, as quais pertencem respectivamente os setores elegidos no Boa Ventura e São João. Obviamente que, para o empregado, essa diferença proporciona jornadas diárias de trabalho menos cansativas, em função do tempo despendido entre a casa e o trabalho. Do lado do empregador, proporciona

um local de recrutamento de mão de obra mais próximo espacialmente e por isso menos custoso em termos de transporte e possibilidade de atrasos.

Logo, o que o levantamento nestes bairros sugere é que o que produz os diferenciais na inserção laboral, visualizados a partir da modelagem, são o que chamei de mecanismos objetivos, acessibilidade aos postos e a própria distribuição dos mesmos no espaço físico.

No que tange aos mecanismos de tipo subjetivos, que acontecem a partir da socialização e convivência, os bairros são aparentemente muito semelhantes, a não ser pelo estigma que afeta a inserção laboral, encontrado com mais recorrência no bairro homogêneo.

O bairro heterogêneo, São João, não tem, em função de sua composição, um ciclo virtuoso de forma que as relações sociais mais heterogêneas proporcionem a circulação de informações sobre emprego e perspectivas/informações sobre o futuro profissional diferenciadas do que é observado no Boa Ventura. Isso ocorre porque as relações que se estabelecem no São João são entre iguais. Não há uma heterogeneidade social neste bairro que o diferencie do Boa Ventura, a heterogeneidade do São João é do tipo funcional. O entorno de altos atributos que circunda o setor de baixos atributos do São João, onde realizei entrevistas, fornece algumas oportunidades de emprego, mas nada além da relação patrão-empregado, dominante-dominado. Essa heterogeneidade funcional no São João é possivelmente a responsável pela menor incidência da percepção de estigma sobre o lugar de residência. Apesar disso, o estigma no bairro heterogêneo em função do local de residência existe e é bem demarcado pela nomeação diferenciada do setor resultante de ocupação irregular, no entanto, não faz frente à vantagem da localização física deste setor para o alcance de postos no mercado de trabalho.

Como espero ter ficado claro no capítulo III, a ausência de contatos em nível de pares, mencionada no parágrafo anterior, ocorre por duas razões.

Primeiramente porque, como afirma Bourdieu (1999), poucas coisas causam tanto desconforto quanto a presença do desigual. Isso ocorre pela própria lógica de definição e manutenção das posições no espaço social. Se a definição ocorre pela exteriorização do outro, pois dois grupos sociais não ocupam a mesma posição, tal qual

dois corpos no espaço físico, a aproximação causa sensação de ameaça. Ela borra limites entre grupos e critérios de pertencimento, já que, a posseção do capital territorial é partilhada por mais de um grupo.

Em segundo, porque o espaço público das ruas não é apropriado da mesma maneira por grupos sociais distintos. Ele foi, nas palavras de Caldeira (2011), aos poucos sendo deixado para “[...] os pobres, os ‘marginalizados’ e os sem-teto” (p. 211). Aqueles que possuem maior capital econômico encerram-se em espaços destinados a presença apenas de iguais como os condomínios fechados, prédios, shoppings, clubes e casas fortificadas de onde saem em seus automóveis acionando seus portões eletrônicos. O pressuposto da hipótese da composição é o de que a proximidade física entre grupos socialmente opostos poderia proporcionar trocas de capitais que elevem as condições de participação social dos grupos despossuídos. Entretanto, se a proximidade física se vivencia apenas em seu aspecto funcional essa aproximação não é capaz de reduzir nenhuma distância social.

De formas distintas, Boa Ventura e São João são expressões claras da reificação do espaço social no espaço físico. Boa Ventura poderia ser considerado uma periferia clássica, enquanto o São João é uma espécie de indefinido nos termos conceituais do modelo periferia/centro e segregação espacial. Contudo, em absoluto o bairro heterogêneo nega uma segregação social interna bastante evidente no espaço físico, ainda que para a sua visualização seja necessária a observação em baixa escala.

Por fim, a rua é por vezes sentida e verbalizada por aqueles que efetivamente a ocupam, para a convivência e socialização, nos mesmos termos dos que a abandonaram. Não são poucos os exemplos, em ambos os bairros nos quais realizei entrevistas em que a rua é colocada como sinônimo de tudo de ruim, que se deveria manter longe principalmente das crianças pequenas. Justamente os indivíduos que ainda estão em formação e, portanto, em processo de aquisição de um lugar no espaço social.

Trecho 19:

Regina: Aqui é um lugar bom pra se viver, só que você não pode deixar os filhos, assim, [...] se ficar solto na rua e não tiver condições de ficar em cima vai pro mundo da droga mesmo, aqui. Então...não só aqui, em vários

lugares. (Regina, moradora do São João há trinta anos, mãe de um menino de sete anos de idade. Ela acabou de trocar o filho de escola, pois queria que ele estudasse em regime integral, assim não fica na rua durante a tarde enquanto ela trabalha).

Para a retirada das crianças das ruas servem as escolas, que podem se assemelhar a um “Carandirú” para quem nelas estudem, mas cuja referência de “segurança” pode ser a primeira resposta quando se indaga aos pais sobre a qualidade das mesmas. Da mesma maneira, são vistas as atividades extras oferecidas por instituições filantrópicas, “é pra tirar as crianças da rua”. Sendo assim, nos discursos a escola é a que oferece a perspectiva de um futuro melhor, pois mantém as crianças e jovens longe das ruas; muito embora, como vimos, a percepção de que as escolas destinadas aos residentes destes bairros é de qualidade inferior tenha aparecido claramente.

Se na Grécia antiga o mundo privado era o lugar da natureza e da intimidade, enquanto o mundo público era da criatividade, na pós-modernidade há uma transubstanciação em que o espaço público tradicional é o lugar do resto. Este lugar, embora efetivamente se ocupe nos bairros de entrevista em função da ausência de outros espaços integrativos, ninguém quer ocupar. Nem “ricos”, nem “pobres”.

Sintetizadas as conclusões, resta apontar as lacunas desta pesquisa que são ao mesmo tempo perspectivas para trabalhos futuros sobre o tema.

Parece-me que explorar em outras condições a situação de heterogeneidade socioeconômica nos lugares pode enriquecer o debate sobre os impactos da composição para o desempenho laboral (e alcance de melhores condições de vida, de forma geral). O caso de heterogeneidade que apresentei era de um bairro que apresentava literalmente um enclave. Isso significa dizer que a heterogeneidade ali assume uma delimitação físico-espacial muito bem definida. Certamente essa realidade física contribui para a maneira específica com que a convivência entre os desiguais acontece. Num limite, no “enclavado” o que se têm ainda é um tipo de experiência coletiva da “desposseção”.

Talvez a convivência entre os desiguais se observasse de forma diversa ao que se viu no “enclavado” se a heterogeneidade se configurasse através de indivíduos dispersos no espaço físico. Sendo assim, considerar a situação em que a heterogeneidade

socioeconômica em um lugar não seja tão bem definida de forma física e grupal pode lançar novas perspectivas. Muito embora, me pareça indiscutível que a aproximação que indivíduos ou coletividades têm no espaço social é um estruturante central para definir o tipo de sociabilidade a que poderão aceder em qualquer lugar. Portanto, a análise sempre com referência na realidade conformada em termos de campos, no sentido atribuído a este conceito por Bourdieu, me parece, deve ser mantida.

Referências

ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; LUCCA, D.; Situações Periféricas. Etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 82, novembro, 2008.

ANDRADE, L; MENDONÇA, J. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 12, nº 23, jan/jun, 2010.

ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BALTRUSIS, N.; D'OTTAVIANO, M. C. L. Ricos e pobres, cada qual em seu lugar: a desigualdade socio-espacial na metrópole paulistana. *Cad. CRH*, Salvador, v. 22, nº 55, Abril, 2009.

BARROS, J. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise Social*, Lisboa, v. XL, nº 175, 2005.

BAUDER, H. Neighbourhood Effects and Cultural Exclusion. *Urban Studies*, v. 39, nº 1, 2002.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia na grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

BORGES, A.; CARVALHO, I. Segregação Urbana e Emprego: observações preliminares sobre Salvador. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Águas de Lindóia, 2012. *Anais...* Campinas: ABEP, 2012.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. 2ª. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, M. (Org.). *Ensaio sobre a África do Norte* (Textos Didáticos). Campinas: IFCH/Unicamp, nº 46, 2002.

_____. *A Distinção*: crítica social do julgamento. 2ª. Ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CAIADO, M. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú, 1998. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, Edusp, 3ª ed., 2011.

COULON, A. *A escola de Chicago*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. E. Segregação Socioespacial e Inserção no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas. *REBEP*, Revista Brasileira de Estudos de População. Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, jan/jun, 2010.

CUNHA, J. M. P.; JIMENEZ, M. Segregação e acúmulo de carências: localização da pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. do. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; JIMÉNEZ, M. A.; TRAD, I. L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

CUNHA, J.M.P. (Org). Sumário de Dados de Região Metropolitana de Campinas. Campinas. NEPO/UNICAMP, 2009. Disponível em www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade. Acessado em fevereiro de 2013.

D'OTTAVIANO, M. C. L. Condomínios fechados na Região Metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico *versus* periferia pobre? In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambú, 2006. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2006.

DEDECCA, C. S. *O Trabalho no Brasil do Início do Século XXI. Metodologia e Análise do Censo Demográfico 2000*. Relatório de Pesquisa. Processo 03/03152-4. 2006.

ENGELS, F.. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERNANDES, A. C. A.; CANO, W; BRANDÃO, C. A. Região Metropolitana de Campinas: análise integrada. In: CANO, W; BRANDÃO, C. A. (Coords.). *A Região metropolitana de Campinas*: urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Campinas: UNICAMP, 2002.

FLORES, C. Conseqüências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

FUNDAÇÃO SEADE e DIEESE. *Metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED*. (Documento oficial). Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/ped/microdados/ped_metodologia.pdf. Acessado em fevereiro de 2013.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de Moradia na Metrôpole e Vulnerabilidade ao (Emprego e) Desemprego. MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). *São Paulo*: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: SENAC, 2005.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, SP: EDUSP, 1993.

GUIMARÃES, N. A; BRITO, M. M. A; SILVA, P.H. Como se chega às oportunidades de trabalho? Os caminhos em Salvador, São Paulo e Porto Alegre. BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (Orgs.). *Trabalho em questão*. Série Estudos e Pesquisas, nº 86. Salvador: SEI, 2010.

JINKINGS, I.; AMORIM, E. R. A. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRAS, C. Notas sobre el marco conceptual. In: KAZTMAN, R. (Coord.). *Activos y estructura de oportunidades*: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Montevideo: Oficina de la CEPAL en Montevideo/Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 1999.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRAS, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO). In:

CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metr6poles Paulistas. Popula73o, vulnerabilidade e segregac3o*. Campinas: N6cleo de Estudos de Popula73o - NEPO/UNICAMP, 2006.

KAZTMAN, R.; RETAMOSO, A. Segregaci3n espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *Revista de la CEPAL*, n6 85, abril, 2005.

MANFREDO, M. T. *Desigualdades e produ73o do espa73o urbano*: o caso de Hortol6ndia na Regi3o Metropolitana de Campinas. Disserta73o (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ci6ncias Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

MARQUES, E.; TORRES, H. Introdu73o. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *S3o Paulo*: segregac3o, pobreza e desigualdades sociais. S3o Paulo: Editora Senac S3o Paulo, 2005.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregac3o, da pobreza e da a73o do Estado. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *S3o Paulo*: segregac3o, pobreza e desigualdades sociais. S3o Paulo: Editora Senac S3o Paulo, 2005a.

MARQUES, E. Espa73o e grupos sociais na virada do s6culo XXI. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). *S3o Paulo*: segregac3o, pobreza e desigualdades sociais. S3o Paulo: Editora Senac S3o Paulo, 2005b.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e "Status"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINE, G. Adapta73o dos migrantes ou sobreviv6ncia dos mais fortes? In: Moura, H. (org.) *Migra73o Interna* - textos selecionados, Banco do Nordeste do Brasil S.A. , Fortaleza, 1980.

OLIVEIRA, H. S. de. *Economia metropolitana e mercado de trabalho: um estudo das Regi6es Metropolitanas do Estado de S3o Paulo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

OJIMA, R.; MARANDOLA, E.; PEREIRA, R.; SILVA, R. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as "cidades-dormit6rio" no Brasil. *Cadernos Metr6pole*, S3o Paulo, v. 12, n6 24, jul/dez, 2010.

ORTIZ, R. Introdu73o. *Sociologia de Pierre Bourdieu*. Cole73o Grandes Cientistas Sociais, v. 39. S3o Paulo: 6tica, 1983.

P6REZ, A. L. A identidade 3 flor da pele: etnografia da pr6tica da tatuagem na contemporaneidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n6 1, abril, 2006.

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e mis6ria do trabalho no Brasil*. S3o Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006.

POCHMANN, M. Introdução: trabalho em questão neste início de século XXI. In: BRAGA, T.; VIDAL, F.; NEVES, L. (Orgs.). *Trabalho em questão*. Série Estudos e Pesquisas, nº 86. Salvador: SEI, 2010.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP. v. 19, nº 2. Novembro, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. Proximidade territorial e Distância Social: Reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*. Ano 3, nº 3, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M.; CORRÊA, F. S. Segregação residencial e emprego nos grandes espaços urbanos brasileiros. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, nº 23, jan/jun, 2010.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da Segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas Metrópoles Paulistas. População, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, 2006.

SAMPSON, R. J. *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2011.

SEMEGHINI, U. C. *Gestão metropolitana, possibilidades e limites: a experiência de Campinas*. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

SILVA, J. P. *Trabalho, Cidadania e Reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVERMAN, D. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

STOCO, S. *Família, educação e vulnerabilidade social: o caso da Região Metropolitana de Campinas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

VIGNOLI, J. R. Dinâmica demográfica y asuntos urbanos y metropolitanos prioritarios en América Latina: ¿qué aporta el procesamiento de microdatos censales? In: SABATINI, F.; SALCEDO, R.; WORMALD, G.; CÁRCERES, G. (Orgs.). *Tendencias de la Segregación en las Principales Ciudades Chilenas*. Santiago: INE, 2008.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 25, nº 71, abril, 2011.

WACQUANT, L. A Zona. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº 23, novembro, 2004a.

_____. Esclarecer o Habitus. *Sociologia. Problemas e práticas*. Lisboa, nº 14, Fall, 2004b.

_____. Territorial Stigmatization in the Age of Advanced Marginality. *Thesis Eleven*, nº 91, november, 2007.

Anexo A

A amostra da pesquisa domiciliar para a RMC foi de 1.680 domicílios, resultando um banco de microdados com 5.902 casos ou entradas. Isso ocorre porque embora o informante tenha sido uma única pessoa, preferencialmente o chefe ou cônjuge do sexo feminino, grande parte das informações levantadas dizem respeito a todos os moradores do domicílio (CUNHA (org.), 2009). Utilizei o pacote estatístico SPSS para lidar com este banco.

O desenho amostral da pesquisa foi realizado de forma a fornecer informações representativas da região metropolitana e desagregáveis pelas chamadas Zonas de Vulnerabilidade. No entanto, devido a dificuldade em obter entrevistas na zona 4, por recusa à participação, essa representação ficou prejudicada nesse estrato. Além disso, os domicílios entrevistados eram todos pertencentes à área urbana da região, embora isso não signifique um viés, haja vista que em 2000 os domicílios em áreas rurais representavam menos de 3% da população da região (CUNHA (org.), 2009).

Os aspectos investigados foram agrupados em sete módulos, sendo eles: 1) Características do Domicílio, do Entorno e Percepção Ambiental; 2) Características Sociodemográficas Gerais da População; 3) Trabalho e Rendimentos; 4) Mobilidade Espacial; 5) Família e Comunidade; 6) Saúde; e 7) Educação. O levantamento ocorreu por meio de questionário fechado, com tempo médio de aplicação de cinquenta minutos, tendo sido realizado por empresa privada, contratada pela equipe de pesquisadores do projeto *Vulnerabilidade*. Os recursos para a realização da pesquisa foram provenientes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (CUNHA (org.), 2009).

Fiz uso mais intensivo dos módulos 1, 2, 3 e 4, embora também tenha me apropriado de quesitos dos demais. É importante dizer também que o módulo 3, “Trabalho e Rendimentos”, de suma importância para esta dissertação, teve a elaboração parcialmente inspirada na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Por isso, foi possível observar a PEA desagregada por categorias elaboradas no âmbito da PED, como o desemprego aberto

separado do desemprego total, este último inclui as subcategorias exclusivas dessa pesquisa, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento. Brevemente, eles são, respectivamente, aquele em que a pessoa exerceu alguma atividade no mês de referência de forma irregular e descontínua, buscou outra ocupação nos últimos trinta dias ou doze meses; e, aquele em que a pessoa não trabalhou no mês de referência, nem buscou nos últimos trinta dias ocupação por desestímulos do mercado ou circunstâncias fortuitas, mas tem necessidade efetiva de trabalho e apresentou procura nos últimos doze meses (SEADE, Principais conceitos).

Abaixo o leitor tem a lista de indicadores utilizados para a construção das zonas de vulnerabilidade, tal qual constam em Cunha et al, 2006, bem como o capital/ativo a que correspondem:

Físico: 1) Densidade de moradores por cômodo; 2) Percentual de chefes de família (ou indivíduos em domicílio unipessoal) com renda entre zero e dois salários mínimos (inclusive); 3) Percentual de pessoas morando em domicílios do tipo casa; 4) Percentual de pessoas morando em domicílios do tipo cômodo; 5) Percentual de pessoas morando em domicílios próprios em aquisição; 6) Percentual de pessoas morando em domicílios alugados; 7) Percentual de pessoas morando em domicílios sem canalização de água; 8) Percentual de pessoas morando em domicílios sem banheiro; 9) Percentual de pessoas morando em domicílios com dois ou mais banheiros; 10) Percentual de pessoas morando em domicílios sem rede geral de esgoto; 11) Percentual de pessoas morando em domicílios sem coleta de lixo.

Humano: 1) Percentual de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade; 2) Percentual de chefes de família (ou de indivíduos em domicílio unipessoal) com menos de 4 anos de escolaridade; 3) Razão de dependência (população de 0 a 14 anos mais população de 65 anos dividida pela população de 15 a 64 anos).

Social: 1) Percentual de chefes de família (ou de indivíduos em domicílios unipessoais) femininos com idade entre 10 e 19 anos; 2) Tamanho médio da família principal; 3) Percentual de pessoas na condição de agregados da família; 4) Percentual de pessoas maiores de 14 anos, ocupadas sem carteira de trabalho assinada; 5) Percentual de crianças

de 7 a 14 anos que não frequentam escola ou creche; 6) Percentual de famílias com renda não proveniente do trabalho.

Cunha et al (2006) ressaltam que os indicadores para o capital social mais bem refletem a proteção social. No entanto, acreditam que, em alguma medida, a proteção pode ser considerada como o resultado indireto de um tipo de capital social, pois revelaria a relação estabelecida entre comunidade e instituições, como o Estado.

Após a escolha dos indicadores listados foram realizadas análises fatoriais que resultaram em dois fatores para capital físico, dois para o social e um para o capital humano. A partir disso foram calculados os escores fatoriais para as áreas de ponderação em cada um dos fatores o que resultou em cinco valores distintos para cada área. Por fim, as áreas foram agrupadas com base nestes valores, utilizando a técnica de análise de conglomerados (cluster analysis). Assim, as zonas são conjuntos de áreas de ponderação que obtiveram valores próximos nos escores fatoriais calculados para os capitais. Os escores obtidos com essa aproximação se encontram na Tabela A1. Eles representam matematicamente as diferenças entre as zonas descritas no capítulo II deste texto. Por fim, conforme dito em outro momento, estas zonas são não contíguas espacialmente, mas tem distribuição, grosso modo, agrupada por regiões conforme se visualiza no Mapa 1 (Cunha et al, 2006; CUNHA (org.), 2009).

Tabela A1
Escores fatoriais, RMC, 2000

Fatores	Zonas de Vulnerabilidade			
	1	2	3	4
[Capital Físico] Padrão de ocupação periférico	0,84	0,81	0,63	0,13
[Capital Físico] Deficiência na infraestrutura	0,42	0,13	0,06	0,20
[Capital Humano] Carência de capital humano	0,84	0,59	0,34	0,09
[Capital Social] Desproteção social	0,68	0,39	0,28	0,35
[Capital Social] Estratégia familiar de proteção social	0,29	0,27	0,43	0,75

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Os valores dos fatores foram reproduzidos de NEPO/Sumário de dados, disponível em:

http://www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario/sumario_final_RMC/index_arquivos/arquivos/00_introducao_RMC.pdf.

Anexo B

Antes de iniciar a entrevista

- 1) Explicar a finalidade da entrevista e a confidencialidade que envolve
- 2) Deixar claro que não existem respostas certas ou erradas

A - Identificação dos moradores do domicílio

1. (Existência de entrevista em 2007 Sim, Não. Preencher com o coletado na entrevista atual)

Nome	Município de nascimento	Posição na Família	Estado Civil	Idade	Sexo	Cor	Última série concluída	Profissão	Religião

B - Local de residência, relações neste âmbito, estigma (1)

1. Se você pudesse se mudar para um bairro, tão acessível quanto este em termos de preço, mudaria? Se **SIM**, pra onde iria? Por quê? Como soube do bairro que está referindo? Se **NÃO**, por que não mudaria?
2. Tem propriedade do imóvel? Se **NÃO**, compraria a propriedade se dispusesse de recursos? Por quê?
3. Há algum bairro de seu conhecimento na Região Metropolitana de Campinas em que você não moraria? Por quê? (Mostrar tabela de municípios que compõe a RMC).
4. Nasceu no bairro? Os demais membros da família nasceram? Se **NÃO**, há quanto tempo mora neste bairro? Quem veio com você?
5. O quê você acha da vizinhança? Sempre foi assim?
6. Conhece alguma organização comunitária do bairro? (desde igreja até serviços voluntários e associação de moradores). Que tipo de trabalho fazem? Oferecem algum

serviço a comunidade? Já foi beneficiado? Participa? Quem são as pessoas que dela participam?

7. Para aqueles que têm **CRIANÇAS/ADOLESCENTES**. Estuda em escola do bairro? Se **SIM**, o que você acha da escola? Acredita que em escola pública de outro bairro seu filho receberia uma educação diferente? Por quê? Se **NÃO**, por quê? O que você acha da escola? Acredita que em escola do bairro seu filho receberia educação diferente? Por quê? (Se criança/adolescente, com mais de 7 anos, estiver em casa perguntar, também, diretamente a ela, perguntar se isso já foi conversado na escola e o que os professores dizem).

8. Para aqueles que tem **CRIANÇAS/ADOLESCENTES/JOVENS DE ATÉ 25 ANOS**. O que espera para o futuro profissional dos filhos?

9. Em que lugar espera que vivam? No mesmo município que vive atualmente? No mesmo bairro?

C - Deslocamento

1. Quanto tempo considera aceitável caminhar – dentro dos limites de seu corpo – até um destino? (para locais que tem que ir cotidianamente, trabalho, escola, mercado). Alguma vez excedeu este limite? Por quê?

2. Quando você precisa se deslocar para lugares mais distantes, que meio de transporte usa?

1. Coletivo-público; 2. Carro/Moto; 3. Vai à pé sempre.

1 e 2. Como avalia as condições de deslocamento de seu bairro para outros pontos da cidade?

1. COLETIVO/PÚBLICO. Há linhas do seu bairro para diversos pontos da cidade?

1. COLETIVO/PÚBLICO. O ônibus é pontual?

1 e 2. Você consegue planejar seu horário de chegada em compromissos que exijam hora marcada?

3. A PÉ. Por qual motivo não utiliza outro meio?

D - Trabalho, distribuição espaço-temporal do trabalho e percepção disso

1. Trabalha atualmente?

1.1. **SIM**, que atividade exerce? Com que frequência? Procura trabalho? Procurou nos últimos 12 meses? **SIM**, por qual motivo procurou? Há quanto tempo está procurando? **NÃO**, por qual motivo não procurou?

1.2. **NÃO**, por qual motivo? Procura trabalho? Procurou nos últimos 12 meses? **SIM**, por qual motivo procurou? Há quanto tempo está procurando? **NÃO**, por qual motivo não procurou?

2. O que é um bom trabalho pra você?

3. **Somente** para os que responderam **SIM NO ITEM 1**. Acha que tem um bom trabalho? Por quê?

3.1. Há quanto tempo trabalha no mesmo local? Qual a forma de contratação (estatutário ou carteira assinada ou autônomo – no caso deste perguntar se contribui para previdência)?

4. **Somente** para os que responderam **NÃO NO ITEM 1 OU NÃO NO ITEM 3**. Espera conseguir um bom trabalho, um dia? O que acha que seria necessário para obtê-lo?

5. Caso esteja **SEM TRABALHO**, mas tenha **trabalhado anteriormente**. Há quanto tempo não está trabalhando? Que atividade exercia? Quanto tempo trabalhou no mesmo local? Qual a forma de contratação (concurso público ou carteira assinada e/ou contribuição a previdência – no caso de autônomos a informação relevante é a última)?

6. Caso esteja **SEM TRABALHO**. Como arca com as despesas da casa atualmente?

7. Como escolheu a profissão que exerce?

8. Como obteve o primeiro emprego? Quantos anos tinha?

9. A quem ou a que meios você recorre quando precisa de informações sobre emprego?

9.1. Caso cite diretamente **PESSOAS**:

Nome	Vínculo/Como conheceu?	Profissão	Bairro de residência

9.2. Caso cite **outros MEIOS**, como classificados, concursos, agências de emprego. Como chegou a esses meios?

9.2.1. Se citar pessoas como via de acesso/apresentação

Nome	Vínculo/Como conheceu?	Profissão	Bairro de residência

10. Se estiver **TRABALHANDO**. Obteve o emprego atual através destas pessoas/destes meios?

11. Faz alguma restrição da área em que busca emprego? Se **SIM**, como? Por quê? Se **NÃO**, por quê? É indiferente?

12. Para os que **ESTÃO TRABALHANDO** e os que **NÃO** estão, mas **JÁ TRABALHARAM**. Como vai/ia ao trabalho? Em que bairro trabalha/trabalhava?

1. Coletivo-público; 2. Ônibus fretado; 3. Carro/Moto; 4. Vai a pé

1. PÚBLICO: O caminho até o ponto é bom? Na ida e na volta? Quanto tempo leva de casa ao trabalho? É frequente haver engarrafamentos no percurso? Quantos ônibus pega para chegar ao trabalho? Com que frequência passam os ônibus?

2. FRETADO: O caminho até o ponto é bom? Na ida e na volta? Quanto tempo leva de casa ao trabalho? É frequente haver engarrafamentos no percurso?

3. CARRO/MOTO: Quanto tempo leva de casa ao trabalho? É frequente haver engarrafamentos no percurso?

4. A PÉ: Quanto tempo leva andando? O caminho é bom? Na ida e na volta?

E - Estigma (2)

1. Vê alguma facilidade ou dificuldade na obtenção de emprego devido ao bairro em que mora? Se **SIM**, de que tipo? Em qual situação concreta passou/observou isso? Quando ocorreu? Se **NÃO**, nunca passou/observou/ouviu relato de parentes ou vizinhos relacionado a isso? Se **SIM**, em qual situação concreta? Quando ocorreu?

2. Quando procura emprego/familiares procuram é perguntado sobre o local de residência? Informa/informam este?

3. Contrata alguém para ajudar em serviços na casa? Para olhar as crianças, faxineira, jardineiro, etc, mesmo que esporadicamente.

4. Como escolhe essa (s) pessoa (s)? Que tipo de perguntas faz para selecioná-las?
5. Atualmente a pessoa que ajuda nestes serviços é residente em que local da cidade ou da Região Metropolitana (Mostrar tabela de municípios que compõe a RMC)?
6. Há algum tipo de preferência com relação ao local de residência dessas pessoas? Por quê?

**F - Mobilidade espacial na região, inserção laboral e ciclo vital (individual e familiar).
Em busca de conexões**

1. Vamos finalizar com um apanhado geral das mudanças de residência que fez na sua vida, se é que houve mudanças. Comece referindo o primeiro bairro e município em que morou na Região Metropolitana de Campinas.
-

Ao término da entrevista:

Registrar com informações dadas pelos entrevistados:

- 1) Endereço: rua, bairro, município
- 2) Telefone:
- 3) Agradecer e reafirmar a confidencialidade do que foi dito

Ao sair da residência do entrevistado, registrar:

- 1) Data da entrevista
- 2) Impressões tidas da entrevista
- 3) Descrever o entorno

Anexo C

Tabela C1
Taxa de Participação⁷⁰ por ZVs e Sexo. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Masculino	80,29	79,35	67,78	58,09	73,79 (2167)
Feminino	57,87	56,02	44,43	50,13	51,71 (2440)
Total	68,73 (1283)	67,18 (1330)	55,42 (1269)	53,4 (725)	62,08 (4607)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A taxa de participação consiste na razão entre a população economicamente ativa (PEA), ou seja, aquela que está no mercado de trabalho, e a população em idade ativa, aquela em idade considerada apta ao trabalho na sociedade em questão. Portanto, ela indica quanto da população que efetivamente poderia estar no mercado o está. Grandes disparidades entre as taxas de participação por sexos indicam assimetria de participação no mercado de trabalho. Considerando a história das relações de gênero no Ocidente isso potencialmente denota uma assimetria de poder nessas relações.

⁷⁰ A Taxa de Participação consiste na razão entre população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa (PIA). Convencionalmente a população em idade ativa é considerada como toda aquela com idade igual a 10 anos ou mais e representa o recurso humano máximo que potencialmente pode ser utilizado para a realização da produção (DEDECCA, 2006). No entanto, devido ao alto grau de estruturação do mercado de trabalho da RMC e as considerações de Dedecca (2006), com respeito a diminuição do trabalho infantil optou-se por adotar nesta tabela a PIA como população com idade igual ou superior a 16 anos, idade mínima legalmente para a entrada no mercado de trabalho. Manteve-se, todavia, o intervalo etário superior em aberto.

Tabela C2
Ocupados, desempregados com trabalho precário e inativos com trabalho excepcional por ZVs e modo de deslocamento da casa para o trabalho, RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Carro ou Moto	15,8	27,0	44,9	55,0	34,1 (765)
Ônibus ou Ônibus e a pé	64,4	49,0	36,6	27,8	44,5 (1116)
A pé ou Bicicleta	19,8	24,0	18,5	17,2 ^A	21,4 (470)
Total	100 (681)	100 (722)	100 (603)	100 (345)	100 (2351)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.
 A. Devido ao número de observações nesta categoria deve-se considerar esta informação com cautela.

Tabela C3
Distribuição relativa de Ocupados, Desempregados com trabalho precário e Inativos com trabalho excepcional por ZVs e percepção da dificuldade de acesso ao local de trabalho. RMC, 2007

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Muito grave/Grave	4,6 ^A	1,6 ^A	2,3 ^A	0,3 ^A	2,0 (62)
Pouco grave	10,6	7,6	1,8 ^A	1,0 ^A	5,5 (158)
Nada grave	83,6	90,2	95,1	94,9	91,5 (2252)
Não sabe	1,2 ^B	0,6 ^B	0,8 ^B	3,8 ^B	1,0 ^B (32)
Total	100 (723)	100 (775)	100 (644)	100 (362)	100 (2504)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.

A. O número pequeno de registros nestas categorias recomenda cautela quanto ao significado estatístico destas informações, no entanto, esta distribuição é compatível com a realidade infraestrutural da região e ZVs.

B. O pequeno número de observações nestas categorias recomenda cautela.

Tabela C4
**Distribuição relativa da população segundo ZVs e tempo
despendido a pé à parada de ônibus mais próxima da
residência. RMC, 2007**

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Até 10 minutos	96,9	96,5	95,0	97,9	96,2 (5676)
Mais de 10 minutos	3,1	3,5	5,0	2,1 ^A	3,8 (226)
Total	100 (1841)	100 (1722)	100 (1519)	100 (820)	100 (5902)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.
A. O número de observações nestas subcategorias recomenda cautela na leitura.

Tabela C5
**População por ZVs e percepção da gravidade de tráfego
pesado no entorno do lugar de residência. RMC, 2007 (%)**

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Muito grave/Grave	9,62	12,22	20,05	15,72	14,75 (789)
Pouco grave	17,16	15,97	14,28	15,86	15,54 (904)
Nada grave	71,73	70,91	64,58	64,08	68,4 (4106)
Não sabe	1,49 ^A	0,90 ^A	1,10 ^A	4,33 ^A	1,32 (103)
Total	100 (1841)	100 (1722)	100 (1519)	100 (820)	100 (5902)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.
A. O número de observações nestas subcategorias recomenda cautela na leitura.

Tabela C6
Distribuição da população economicamente ativa por ZVs e percepção da existência de dificuldades para obter trabalho devido ao bairro de residência. RMC, 2007 (%)

	Zonas de Vulnerabilidade				RMC Total
	1	2	3	4	
Não	86,7	92,8	99,2	97,2	94,6 (4810)
Sim, devido à fama do bairro	8,8	2,1 ^A	0,2 ^A	2,5 ^A	2,1 (103)
Sim, devido à distância	4,2 ^A	4,6 ^A	0,6 ^A	0,0 ^A	3,0 (81)
Sim, pela distância e fama do bairro	0,3 ^A	0,5 ^A	0,00 ^A	0,3 ^A	0,3 ^A (8)
Total	100 (874)	100 (890)	100 (704)	100 (379)	100 (2847)

Fonte: Pesquisa domiciliar do Projeto Vulnerabilidade, NEPO/UNICAMP (2007), FAPESP/CNPq. Tabulação própria.
A. Valores estatisticamente não significativos.

Anexo D

Símbolos de transcrição simplificados, retirados de Silverman (2009).

- 1) [C2: uma porção [de tempo
Mo: [sim

Os colchetes da esquerda indicam o ponto em que a fala atual de um falante é justaposta pela fala do outro.

- 2) = W: disso eu tenho certeza =
C: =Sim. Você confirmaria isso?

O sinal de igual, um no final de uma linha e outro no início, indica que não houve pausa entre as duas linhas.

- 3) (0,4) Sim (0,2) sim

Os números entre parênteses indicam o tempo passado em silêncio em décimos de segundos.

- 4) (.) Para conseguir (.) tratamento

Um ponto entre parênteses indica uma pausa minúscula.

- 5) O que há?

O sublinhado indica alguma forma de ênfase.

- 6) :: É:::

Os dois pontos indicam prolongamento do som imediatamente anterior. A extensão da série de pontos indica a duração do prolongamento.

- 7) PALAVRA, EU NÃO TENHO NADA COM ISSO.

As letras maiúsculas, exceto no início das linhas, indicam sons especialmente altos em relação a conversa ambiente.

8) .hhhh Acho que (0,2) .hhh

Uma série de “hs” precedidos por um ponto indica uma inspiração; sem o ponto, uma expiração. A duração da série de “hs” indica a duração da inspiração ou da expiração.

9) () Riscos futuros () e a vida ()

Parênteses vazios indicam a incapacidade do transcritor de ouvir o que foi dito.

10) (palavra) Você veria (que há) algo positivo

Palavras entre parênteses são audições possíveis.

11)(()) Confirma que ((continua))

Os parênteses duplos contém descrições do autor, e não transcrições.